

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE CULTURA
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PRCEU USP

MONUMENTO NACIONAL
ruínas engenho
são jorge dos erasmos

Catálogo da exposição

# Ruínas quinhentistas em *território milenar*

Monumento Nacional
Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos
(PRCEU-USP)



# Ruínas quinhentistas em *território milenar*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Catálogo da exposição [livro eletrônico] : ruínas quinhentistas em território milenar / coordenação geral Yuri Tavares Rocha, Olga Maurício Mendonça ; curadoria André Müller de Mello, Beatriz Pacheco Jordão ; realização Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP). -- Santos, SP : Reitoria da Universidade de São Paulo, 2024.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-89458-10-4

1. Arqueologia - Brasil 2. Cartografia 3. Artes - Exposições - Catálogos 4. Patrimônio arquitetônico - São Paulo (SP) 5. Patrimônio histórico - São Paulo (SP) 6. Povos indígenas I. Rocha, Yuri Tavares. II. Mendonça, Olga Maurício. III. Mello, André Müller de. IV. Jordão, Beatriz Pacheco. V. Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP).

24-222224 CDD-720.288

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Patrimônio histórico e cultural : Preservação e restauração 720.288
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



Catálogo da exposição

# Ruínas quinhentistas em *território milenar*

Exposição permanente inaugurada
em 04 de abril de 2023, em Santos (SP)

Realização

Monumento Nacional
Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos
(PRCEU-USP)

USP 90 ANOS 1934 2024
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE CULTURA
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

# Expediente


**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

*Reitor*
Carlos Gilberto Carlotti Junior

*Vice-Reitora*
Maria Arminda do Nascimento Arruda

*Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária*
Marli Quadros Leite

*Pró-Reitor Adjunto de Cultura e Extensão Universitária*
Hussam El Dine Zaher

**MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS**

*Diretor*
Yuri Tavares Rocha

*Vice-Diretora*
Olga Maurício Mendonça

*Educador*
André Müller de Mello

*Auxiliar Administrativa*
Mônica Andrea Soares Guedes Viana

*Secretário Administrativo - Financeiro*
Murilo Moretti

*Técnico em Informática*
Durbem Pereira Jaco

*Técnico em Comunicação Institucional*
Rafael Barros de Oliveira e Silva

*Auxiliar de Serviços Gerais*
Lenira dos Santos Silva






# Ficha técnica

## FICHA TÉCNICA EXPOSIÇÃO "RUÍNAS QUINHENTISTAS EM TERRITÓRIO MILENAR"

*Coordenação Geral*
Beatriz Pacheco Jordão

*Curadoria e Concepção*
André Müller de Mello e Beatriz Pacheco Jordão

*Pesquisa e Redação de Textos*
André Müller de Mello e Beatriz Pacheco Jordão

*Curadoria MAE USP*
Astolfo Gomes de Mello Araujo, Carolina Guedes, Marianne Sallum

*Colaboração de Conteúdo*
Astolfo Gomes de Mello Araujo, Carolina Guedes, Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez , Marianne Sallum, Silvio Cordeiro, Vera Lucia Amaral Ferlini

*Projeto Museográfico*
BUMMUB

*Projeto Gráfico*
BUMMUB

*Apoio Técnico-Financeiro*
Anna Maria Coelho Silva de Campos

*Execução e Montagem*
Metro Cenografia

*Projeto de Iluminação*
Fernanda Carvalho Lighting Design

*Execução Luz*
Santa Luz
Logística e Transporte do Acervo
Millenium Transportes

*Seguros*
Affinité

*Gráfica*
Watervision

*Artista Convidada*
Moara Tupinambá

*Colaboração*
MAE USP

*Estagiários 2019-20*
Ana Carolina Pereira Soares Faria, Beatriz Vilela Carvalho de Souza, Caio Roberto Paiva Santos Ferreira, Murilo Gomes Santos, Renan Matos dos Santos, Vitor da Cruz dos Santos

*Estagiários 2021-22*
Isabelle Maria Lopes de Freitas, João Victor Assis Pires, Luiz Felipe Mendes Bernardelli, Thalissa Lima de Carvalho, Thalita Yarima das Neves, Thaynara Fonseca Perez

*Realização*
Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos

## FICHA TÉCNICA CATÁLOGO

*Coordenação Geral*
Yuri Tavares Rocha e Olga Maurício Mendonça

*Concepção e Textos*
André Müller de Mello e Beatriz Pacheco Jordão

*Ensaios*
Adriana Negreiros Campos, Maria Cecília França Lourenço, Olga Maurício Mendonça, Vera Lucia Amaral Ferlini e Yuri Tavares Rocha

*Projeto Editorial*
André Müller de Mello, Beatriz Pacheco Jordão e Olga Maurício Mendonça

*Projeto Gráfico*
BUMMUB, Luísa Bissoni

*Fotos*
Egberto Nogueira

*Apoio Técnico - Financeiro*
Murilo Moretti

*Revisão*
André Müller de Mello e Pedro de Assis Neves

*Realização*
Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP)

*Estagiários 2024*
Ana Beatriz de Araújo Rodrigues Neme , Ana Clara Eloy Henrique da Silva, Bruna Pinheiro Lage Lima, Gustavo Thomaz da Silva de Andrade, Luiz Henrique Ignácio Balbino, Mariana Garrido Fernandes, Mayara Sousa Lucas da Fonseca , Pedro de Assis Neves

*Curadores*

**Beatriz Pacheco Jordão**
Docente do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da USP (IB-USP). Bióloga (IB-USP), é mestre e doutora em Bioquímica pelo Instituto de Química da USP. Foi Vice-Diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP) de 2013 a 2017 e Diretora do RESJE 2018 a 2022.

**André Müller de Mello**
Biólogo ligado à biologia da conservação de florestas tropicais, formado pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), atua como educador ambiental no âmbito da educação não-formal, em programas de uso público de áreas protegidas (Unidades de Conservação, sítios arqueológicos, bens culturais e museus). É Educador junto ao Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP) desde 2004.

Apoio

USP 90 ANOS 1934 2024
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE CULTURA
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



# Sumário

Sumário interativo


**Yuíre** 18

Obra de Moara Tupinambá

**Ruínas quinhentistas em território milenar** 20

Texto de abertura da exposição

**Discurso proferido na cerimônia de inauguração da exposição, no auditório da Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da USP, em Santos (SP)** 22

Yuri Tavares Rocha e Olga Maurício Mendonça

**Planta exposição** 28

Planta setorizada da exposição

**Formação do território brasileiro** 30

**Uma carta** 32

**Sambaqui** 38

Diorama: sambaqui 38

Os sambaquis e a cal de conchas: história da técnica construtiva 40

**Peabiru** 44

**Formação de impérios ultramarinos** 48

**Representações do Novo Mundo** 50

**A arte de medir e prever** 54

**Progressos culturais e técnicos na era dos descobrimentos** 55

**O Engenho dos Erasmos** 56

**Engenho São Jorge dos Erasmos: história e trajetórias de preservação, educação e cultura** 58

Vera Ferlini

**O porto de Antuérpia** 68

**Jesuítas e a família Schetz** 70

**Diáspora africana** 72

**Costa ocidental do continente africano e a diáspora negra** 76

**Piratas e corsários em Santos** 80

**A viagem das plantas** 82

**O porto de Lisboa** 84

Como era Lisboa na passagem do século? 82

A Quinta Avenida do século XVI ficava em Lisboa 88

**A viagem da cana-de-açúcar** 90

**Açúcar, café, ferrovia** 92

**Aquilombar-se** 94

**Saberes e quereres caiçaras** 96

**O Engenho e a USP** 98

O Engenho e a USP 98

Protagonismo USP 102

**Esquecidas no tempo dos engenhos** 106

Maria Cecília França Lourenço

**O mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendajú** 128

**Perda inestimável** 130

**O engenho, a ermida e o cemitério** 132

**Ruínas para que te quero** 136

Adriana Negreiros Campos

**Vitrines** 140

Vitrine etnográfica 142
Vitrine cerâmica paulista 144

**Terras indígenas no Brasil** 148

**Quilombos e outros Povos Tradicionais do vale do Ribeira** 150

**O que aconteceu com a vegetação nativa do Estado de São Paulo?** 154

**Você sabia?** 155

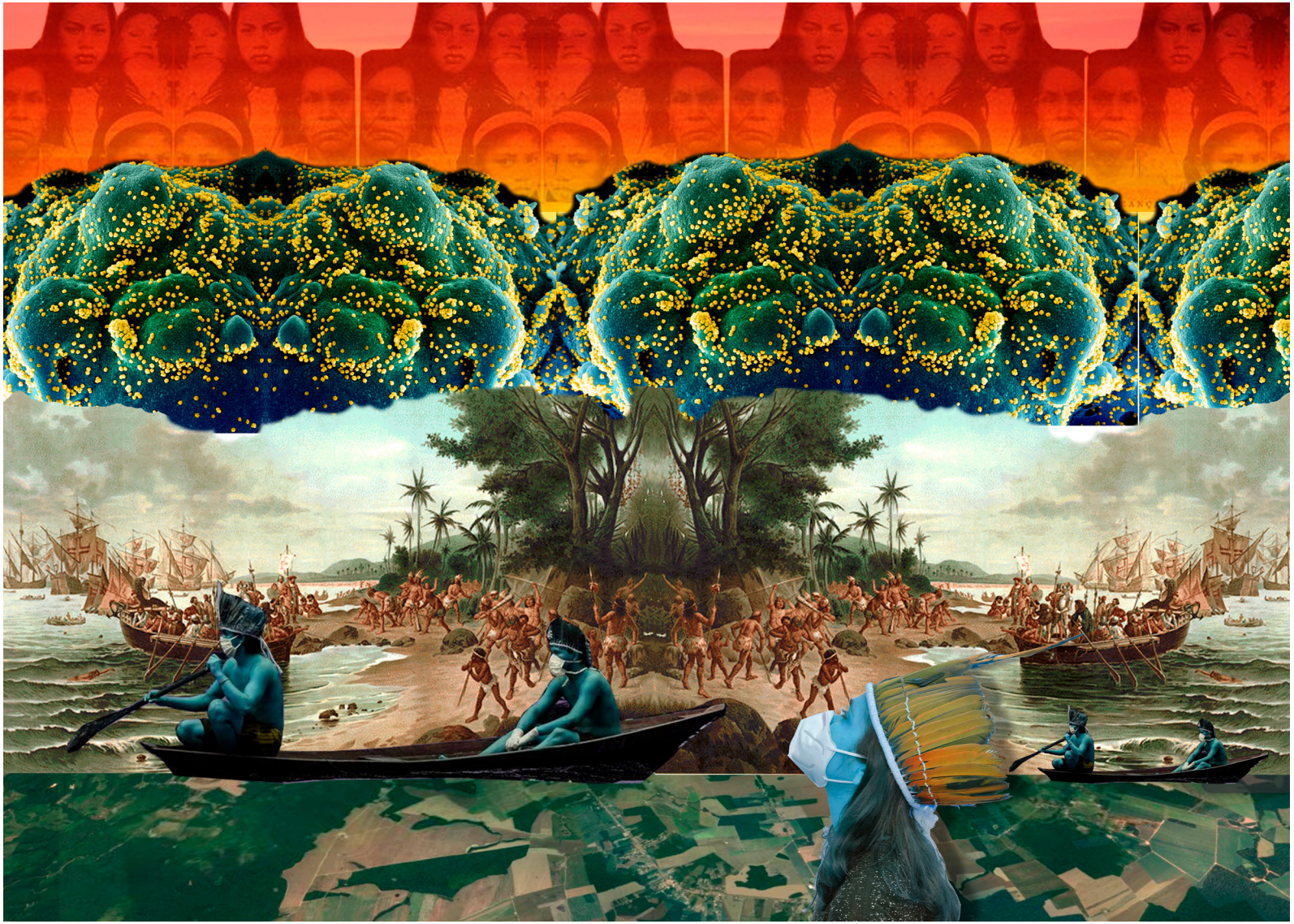
Os animais e seus nomes científicos

**Mapas** 160

O engenho e seus entornos

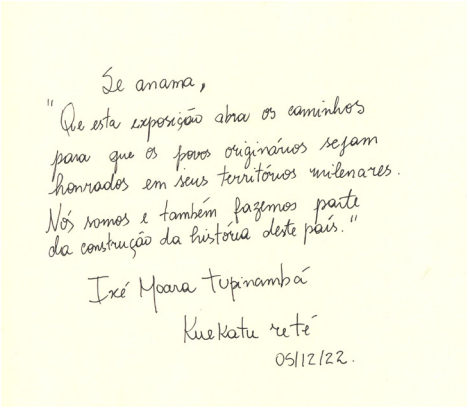
**Benedito Calixto e mapas históricos do Lagamar Santista** 166





# Yuíre

**Moara Tupinambá** é artivista visual, natural de Maery Tupinambá (Belém do Pará). Seus ascendentes são nativos tapajowaras, da comunidade de Cucurunã e Boim (Tupinambá). Sua poética percorre cartografias da memória, identidade, ancestralidade, resistência indígena e pensamento anticolonial. Segundo a artista, a série Yuíre retrata "a situação que a pandemia impõe aos povos originários da Amazônia, que enfrentaram e enfrentam doenças letais ao longo de sua história de resistência. Esta série de colagens, com técnica mista, traz à luz a problemática das doenças tropicais e o genocídio indígena, desvendando a relação entre o surgimento de epidemias e o desmatamento desenfreado na Amazônia."




**Moara Brasil Tupinambá**
*Kuêra, da série Yuíre*
*("Viver em um eterno retorno")*
2021
Colagem digital com técnica
mista impressa em metacrilato

# Ruínas quinhentistas em *território milenar*

O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da USP, contém a mais antiga evidência física preservada da colonização portuguesa em território brasileiro. Constitui complexo arquitetônico único, triplamente tombado. Trata-se de representante icônico da conexão étnico cultural ameríndio/europeia/africana, testemunho material do início da ocupação europeia no território americano e do contato do colonizador com indígenas e africanos escravizados, em princípios do século XVI.

A presente exposição, além de objetivar o fortalecimento de narrativas baseadas na formação do território, contrapondo silenciamentos estruturais das resistências tupiniquim e tupinambá ao processo colonizador, também evidencia assinaturas arqueológicas de povos sambaquieiros anteriores à chegada do Europeu.

Assumindo a necessidade de uma abordagem pós-colonial e da problematização dos efeitos contemporâneos da colonialidade, há um esforço consciente de trazer cada vez mais representatividade e perspectivas, a partir da compreensão de que, muito além de um país fruto da miscigenação, somos uma nação da diversidade. Tomando como fio condutor o principal documento da época disponível, uma carta escrita em 1548 ao proprietário do Engenho, relatando detalhes da administração, a exposição busca mostrar as diferentes vertentes (facetas?) da ocupação deste território. Evidencia-se aqui a constituição dos fundamentos do poder político e social dos senhores de engenho, alicerçado no monopólio da terra, na escravidão e na cristalização de uma sociedade patriarcal.

Mapas, documentos históricos e a ampla produção de conhecimento vêm ilustrar os últimos 500 anos deste lugar. A obra de Moara Tupinambá, artista indígena contemporânea, por outro lado, vem promover a ressignificação de registros há muito gravados em nosso imaginário.

Compreender as disputas e conflitos que ocorreram neste lugar de sobreposição de espaços coloniais, assim como em outros sítios de memória e resistência contemporâneos, abre espaço de reflexão acerca de dinâmicas político-espaciais urbanas atuais.





# Discurso proferido na cerimônia de inauguração da exposição, no auditório da Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da USP, em Santos (SP)

Yuri Tavares Rocha e Olga Maurício Mendonça

Como professor de Geografia, das áreas de Biogeografia e Paisagem, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo e, como bibliotecária da Escola Politécnica da USP, não poderíamos deixar de lado nossas filiações institucionais e nosso modesto conhecimento acadêmico para comentar um pouco sobre o local que agora passa a abrigar esta exposição permanente!

Estamos, como a própria exposição adota, num território milenar, o que já nos dá outra dimensão escalar, além da espacial, a temporal...

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece a existência de paisagens culturais, que são obras combinadas da natureza e da humanidade, que expressam longa e íntima relação entre os povos e seu ambiente natural, formando sítios arqueológicos e paisagens que refletem modos específicos de uso da terra, que garantem e sustentam a biodiversidade, hoje ou no passado.

Então, o "milenar" vem daí, mas, antes falemos da natureza, da paisagem natural, que tem milhares, milhões e bilhões de anos... Um dos primeiros naturalistas a propor a divisão das diferentes paisagens ou domínios de natureza do Brasil foi o alemão botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, no início do século XIX, que utilizou o nome *Dryádes*, ninfas da mitologia grega associadas aos carvalhos, para designar o Domínio da Mata Atlântica, como utilizou outras ninfas para os outros domínios, como as *Oréades*, nos Cerrados, as *Náiades*, na Amazônia, as *Hamadríades*, na Caatinga, e as *Napeias*, nas florestas com araucária. A Mata Atlântica ainda está no entorno do Engenho, a natureza ainda está aqui, mesmo na paisagem urbana que nos cerca! Mas hoje a Mata Atlântica ocupa cerca de 12% de sua área original e também aqui estamos dentro do Parque Natural Municipal Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, unidade de conversação municipal de Santos.

Para ser paisagem cultural, há a humanidade junto, na, com... Fazemos parte da natureza. Independentemente que quantos milhares de anos e de como a espécie *Homo sapiens sapiens* cruzou os oceanos e chegou às Américas, fato é que aqui existiam milhões de pessoas e centenas de etnias de povos originários americanos. Aqui na região onde estamos, Baixada Santista, havia a presença de povos Tupiniquim,






"

*Fazemos parte da natureza. Independentemente que quantos milhares de anos e de como a espécie Homo sapiens sapiens cruzou os oceanos e chegou às Américas, fato é que aqui existiam milhões de pessoas e centenas de etnias de povos originários americanos.*

"

Tupinambá, Carijó.... Hoje, são apenas 17 aldeias na Região Metropolitana da Baixada Santista e apenas cinco terras indígenas dos povos Guarani e Tupi-Guarani. No Brasil, atualmente existem menos de um milhão de indígenas, um pouco mais de 300 etnias e que falam quase 280 línguas.

Então, um pouco mais de 500 anos atrás, chegaram os europeus, que os latino-americanos de hoje preferem chamar de invasores e dominadores, mas na *Terra Brasilis* chamamos ainda de colonizadores... Escravizaram, dizimaram e invadiram esse território milenar, paisagem cultural da Mata Atlântica dos povos primevos, trazendo com eles a exploração não sustentável dos recursos naturais, predatória, com utilização de mão-de-obra escravizada, indígenas e africanos, povos e etnias africanas que compõem a diáspora que eles europeus produziram.

Como somos juntos, um time formado por um docente de uma faculdade de letras, e uma bibliotecária, vamos ousar e citar um dos maiores poetas da língua portuguesa, Fernando Pessoa, no poema "Mar Português":

*Ó mar salgado, quanto do teu sal*
*São lágrimas de Portugal!*
*Por te cruzarmos, quantas mães choraram,*
*Quantos filhos em vão rezaram!*
*Quantas noivas ficaram por casar*
*Para que fosses nosso, ó mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena*
*Se a alma não é pequena.*
*Quem quer passar além do Bojador*
*Tem que passar além da dor.*
*Deus ao mar o perigo e o abismo deu,*
*Mas nele é que espelhou o céu.*

Nossa ousadia é maior agora, mas com o mesmo grau de respeito ao Poeta, de comentar que as lágrimas desta margem do Atlântico também contribuíram para o "mar salgado"; mesmo sem a mínima intenção de tornar nosso "ó mar!"; por aqui e na África muitas mães, muitos filhos e muitas noivas, que também não tinham "alma pequena", tiveram que passar pela dor e viram no mesmo mar, "nele que espelhou o céu"...

As paisagens têm suas dinâmicas naturais e culturais. Assim, povos originários, africanos e europeus formaram o que o antropólogo Darci Ribeiro denominou de "povo brasileiro"... Temos aqui as "Ruínas Quinhentistas" que representam essa dinâmica de quase 500 anos e cujo valor transcende suas pedras e seus artefatos porque estão num território que tem história milenar de uma paisagem cultural, que começou faz tempo e continuará por muitos anos mais, a depender de sua valorização como bem cultural e educativo da história desse povo brasileiro, que tem alma nada pequena, cuja maioria dos quase 208 milhões de pessoas vive distante até 100 quilômetros do mar, cujas





lágrimas devem parar de salgá-lo e se ainda rolam, melhor aproveitar sua água para molhar as mudas de árvores da Mata Atlântica, para que sobreviva por mais milhares de anos.

PRESERVAR A NATUREZA E A HUMANIDADE QUE AQUI VIVEM!

Os povos originários continuam nos ensinando a cuidar da natureza. Estudo publicado em janeiro de 2023, na conceituada revista científica *Proceedings of the National Academy of Sciences*, concluiu que nas 129 Terras Indígenas, de 1985 a 2019, as devidamente demarcadas na Mata Atlântica, o desmatamento caiu e a área de floresta aumentou[1].

A exposição *Ruínas Quinhentistas em Território Milenar* constitui a ampliação da ação educativa e formadora do Engenho como Órgão de cultura e extensão universitária. Nunca tantos dados foram disponibilizados ao público, desde sua fundação, há quase 500 anos, e de sua doação à USP, há quase 70; nunca houve o acesso direto e simultâneo a tantas informações importantes sobre as terras de povos originários onde foi erguido, sobre sua história secular de mudanças de proprietários e invasões, até chegar à história mais recente, quando o Engenho se tornou o único sítio arqueológico sob a custódia da USP.

*Abril de 2023*

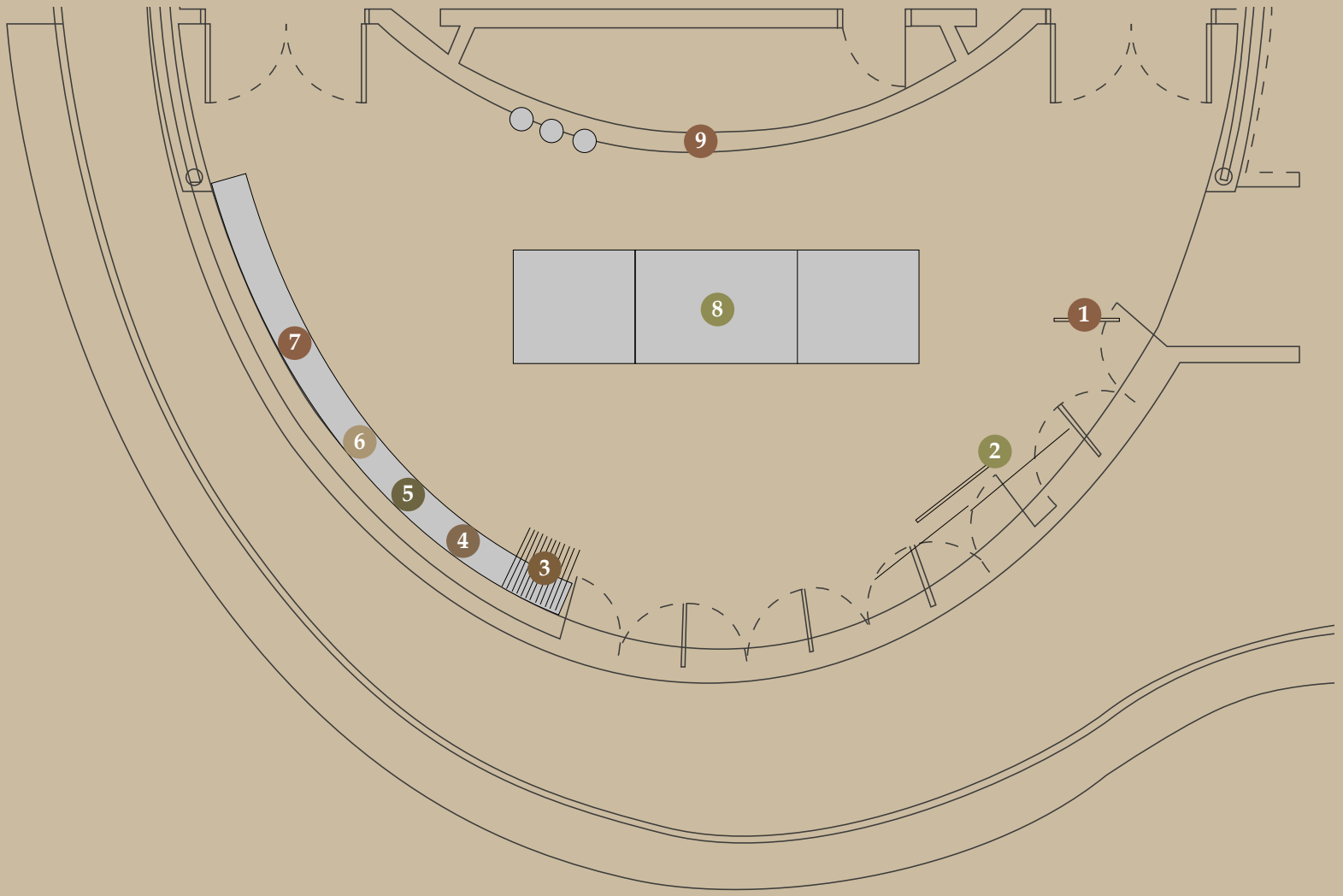
1. Rayna Benzeev, Sam Zhang, Marcelo Artur Rauber, Eric A Vance, Peter Newton, Formalizing tenure of Indigenous lands improved forest outcomes in the Atlantic Forest of Brazil, PNAS Nexus, Volume 2, Issue 1, January 2023, pgac287, https://doi.org/10.1093/pnasnexus/pgac287



**Yuri Tavares Rocha** é Diretor do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP), é docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Possui graduação em Engenharia Agronômica, é Mestre e Doutor em Geografia Física pela USP. Membro da International Biogeography Society (IBS), da International Association for Landscape Ecology (IALE) e da Asociación de Científicos Españoles en Brasil (ACEBRA). Parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e de periódicos científicos.

**Olga Maurício Mendonça** é Vice-Diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP). Possui graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos e especialização em Gestão de Processos Comunicacionais pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Atuou como bibliotecária na Escola de Comunicações e Artes e na Escola Politécnica da USP.

Ruínas Quinhentistas em Território Milenar foi idealizada para o *foyer* do auditório da Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da USP, em Santos. As intervenções expositivas dialogam com o desenho original do prédio, assinado pelo arquiteto, pesquisador e Professor Titular da FAU-USP, Prof. Dr. Julio Roberto Katinsky, de forma a permitir fluxos de visitantes e contato visual com o sítio arqueológico, emoldurado pela mata atlântica.




# Legenda

**1 Painel boas vindas**

Texto de introdução e apresentação

**2 Uma Carta**

Manuscrito de 1548

**3 Mapoteca**

Coleção de cartografia histórica e mapas contemporâneos que discutem aspectos geográficos e antropológicos ligados ao antigo engenho e ao bem cultural.

**4 Obra Yuíre, de Moara Tupinambá**

**5 Diorama com cena de povos sambaquieiros**

**6 Ermida (capela) e cemitério**

Infográfico baseado em cadernos de campo de escavações arqueológicas realizadas no sítio, em fim dos anos 1990

**7 Acervos arqueológico e etnográfico**

Artefatos encontrados em escavações realizadas no sítio, expostos ao público pela primeira vez, além de objetos representativos de povos tupi-guarani. Coleção MAE USP.

**8 Território**

Mapas da Ilha de São Vicente com toponímia indigena, curvas de nível do maciço rochoso e curso original do Rio São Jorge; localização dos engenhos da região no século XVI; extensão original da mata atlântica e sua devastação ao longo do tempo; fauna descrita por Anchieta; maquete da roda d´água e tecnicas construtivas utilizando cal de concha.

**9 Temas transversais**

O Engenho dos Erasmos em contexto, desde as grandes navegações, os ocupantes do território, até a formação de bairros da Zona Noroeste de Santos.

# Formação do *território brasileiro*

Cinco séculos de invasões e conquistas políticas, econômicas e ideológicas, ocupações, expansão marítima, militar e comercial, encontros e desencontros de povos, genocídios, resistências, guerras, acordos, apagamentos, silenciamentos, exploração de recursos e relações predatórias.

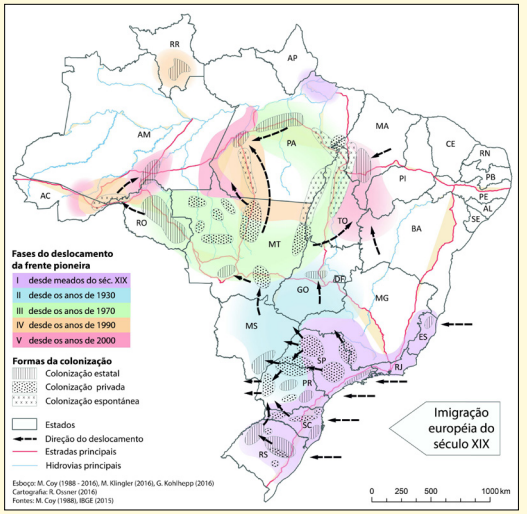









Aroldo de Azevedo. Brasil 500 Anos de Povoamento. IBGE, 2007



# Uma carta

São raros os documentos do Século XVI que tratam de um dos mais antigos vestígios da presença portuguesa nas Américas: o **Engenho dos Erasmos**.

Além dos remanescentes do engenho, há poucas referências documentais sobre o contexto e cotidiano da produção de açúcar e das relações sociais estabelecidas no local.

Esta carta, datada de 1548, é um dos mais importantes documentos originais manuscritos sobre o Engenho dos Erasmos. A reprodução foi possível graças à colaboração do Conde Baudoin d´Ursel, responsável pelos documentos históricos da família d´Ursel que estão depositados nos Archives Générales du Royaum (Bruxelas, Bélgica).

A hipótese mais provável é que tenha sido escrita por um dos administradores do engenho, Heliodoro Eobano, amigo de Gaspar Schetz, da segunda geração da família da Antuérpia a gerir o engenho. O administrador embarcou para São Vicente por volta de 1548 e relatou os andamentos dos negócios da família em território colonial português.

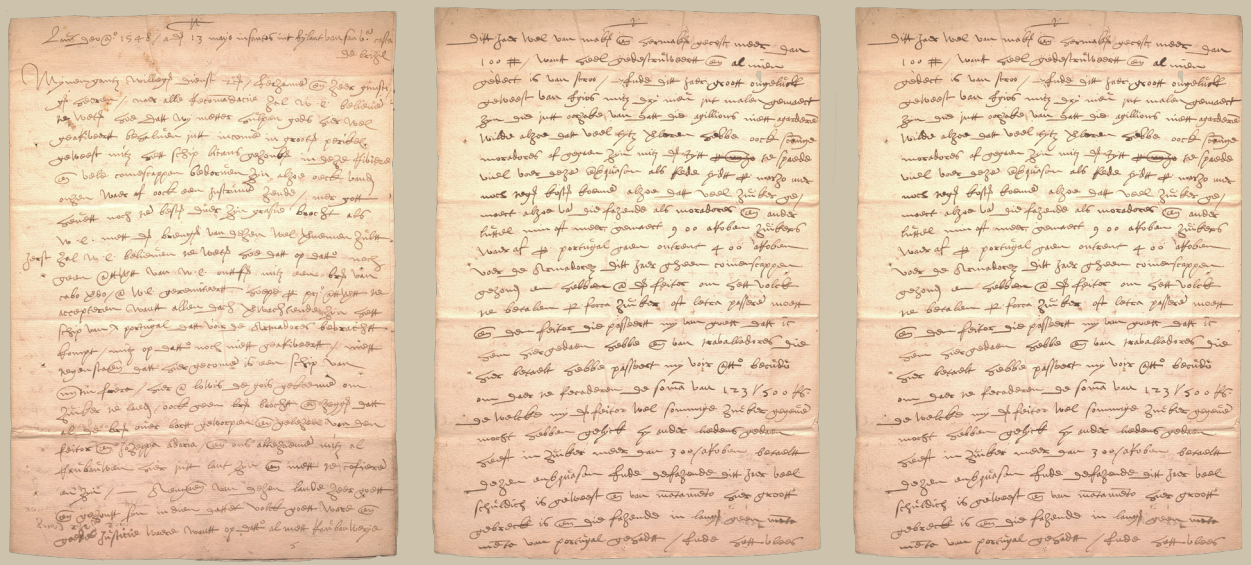
O documento traz informações sobre a disposição e função das edificações e a manutenção e o rendimento de um engenho, na embrionária capitania de São Vicente. São retratadas a posse da terra, produção e escoamento do açúcar, a mão de obra escravizada e questões sobre alimentação e relações monetárias.

A ótica capitalista que atravessa o documento, aliada às informações do autor acerca das relações com os colonos, moradores do entorno do Engenho, são elementos para uma reflexão sobre os processos de ocupação deste território. Trechos da tradução da carta, escrita em flamengo arcaico, nortearam a exposição.

A tradução foi feita nos anos 1960 por Eddy Stols, especialista belga nas relações dos Países Baixos com o Brasil e doutor em História pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica).







As formas de produção no engenho são questões centrais para entendermos o sistema açucareiro colonial português nos primeiros tempos depois das Grandes Navegações. O plantio de cana e a fabricação de açúcar na América Portuguesa estiveram intrinsecamente ligados à exploração da mão de obra indígena escravizada. Para os Schetz seria fundamental que, além da propriedade do engenho, dos canaviais e do controle do abastecimento, também fossem donos da mão de obra escravizada.

Os ataques de piratas e corsários, a concorrência dos engenhos do Nordeste, a atuação de feitores desonestos e conflitos entre os donos do Engenho e os lavradores de partido, culminaram na decadência do empreendimento no Século XVII.

om yaett @ maett goet goyzadaboz zijn @ mett boxboz
indt zijtt van betaelinge om yaen / om comt scappen
te stoopen ist yaett @ wel stoopen mix te koradaren
is sijn trabaljo / dronk indien datte yaen boxe ridinge
ff pmo compt zoe van justicie als van wolck / sijn
te wattezen en is @daz niett yaen sijn sijn aen justinjo
sebben oft @dr fazenda / want sijn yaen yaltt om yaett
@ mott sijn pforca aen yaet boxgh @ dr gattmen
betwelt wortt gbalt wel z yaet / zo sij sijn aen
justinjo saet sijn betwelt al sijn wercht hidden in
comscappen zo gatt al sett zuitter gattmet inden
justinjos mantt martinen yaen alle yaet laeth sijn
yaproboett is van comscappen

Inde wy sijn pstraud Varen @ p° fonzee / de wolcke wy
mott yaet willecomt en Varen @ tott noch ter
zijtt littel haett oft gatt van sijn sebben gd sab loff
voozh balt wemits op de yamode comscappe te @tt yden
allein @ yden ooch w.e. declaratie van sett justinjo
al sijn ondzien dezo fazende is yaet yaett mot de
feitoz pagadoz sebben sijn sijt pzoft te yaet yaspoft
@ baal lantz latt yaen onder sijn mozadanz sanden
alzoe gatt pedro fonzee yaet bzoode @ largen
af anzeren zal / inde alzoe in @dr sinyt sijnzijs
noch beter pfijmicht zullen alzoe beter
justicie int landt is mitz op datto al mott fauor
tzoe yaett w.e. fazende yaynden Vaet yaet bzyf



is gt feitor pedro fonzee om justicie te sebben soepe
gatt ff pmo beter ridinge sebben zullen /
manyaett van de justinjo al sijn sebben zijn yaet yaett @
stoott voor de gtrarios / want p° fonzee baal yamart
ff / een sijn van 6 lansen yaet yaett is @ een
planen sijn mott een feradra al sijn allemale mott
balloarton sijnne sude aen mock z sijnzen mott
ingels yadert yaet yaett @ stoott / als bzas de fonza
yamart saett / sude alle yaza sijnzen staen op eend
boxg @ al examel @ boett alzoe gatt yaen fazel
de yaa stoott voir de gtrarios mock better sijnzen
en saett in alle yaza justinjos alzoe gattmet sijn
mett 3 / oft 4 boxzen lichtelijck defendaren mags
mit yazen feitor wel yaordinert saett zo
van sett justinjo is ondt @ staett om vallen @ mott
mien yaestte yaet yamart yaden gatt hadt staett om
vallen sett is te baes @ sett watter ouch blijft
staet / mitz @ sij marda sompticht inde bouda
compt gatt yaotte impfijmicto van maken is / alzoe
mott ophaaty yamindaett zijn @ een sijn
yamart yaden mitz int sinyt bank boxg staet zal
sude ff feitor mott beginnel voor sij fidinge van w.e.
te sebben om te bazien voe zij staen / mitz baal
coft zal sude mott van copias yamart yaden want
me gatt flachte Vaett is / sett ondt justinjo saet



# A carta

São raros os documentos do Século XVI que tratam de um dos mais antigos vestígios da presença portuguesa nas Américas: **o Engenho dos Erasmos**.

Além dos remanescentes do engenho, há poucas referências documentais sobre o contexto e cotidiano da produção de açúcar e das relações sociais estabelecidas no local.

Esta carta, datada de 1548, é um dos mais importantes documentos originais manuscritos sobre o Engenho dos Erasmos. A reprodução foi possível graças à colaboração do Conde Baudoin d'Ursel, responsável pelos documentos históricos da família d'Ursel que estão depositados nos *Archives Générales du Royaume* (Bruxelas, Bélgica).

A hipótese mais provável é que tenha sido escrita por um dos administradores do engenho, Heliodoro Eobano, amigo de Gaspar Schetz, da segunda geração da família da Antuérpia a gerir o engenho. O administrador embarcou para São Vicente por volta de 1548 e relatou os andamentos dos negócios da família em território colonial português.

O documento traz informações sobre a disposição e função das edificações e a manutenção e o rendimento de um engenho, na embrionária capitania de São Vicente. São retratadas a posse da terra, produção e escoamento do açúcar, a mão de obra escravizada e questões sobre alimentação e relações monetárias.

A ótica capitalista que atravessa o documento, aliada às informações do autor acerca das relações com os colonos, moradores do entorno do Engenho, são elementos para uma reflexão sobre os processos de ocupação deste território. Trechos da tradução da carta, escrita em flamengo arcaico, nortearam a exposição.

A tradução foi feita nos anos 1960 por Eddy Stols, especialista belga nas relações dos Países Baixos com o Brasil e doutor em História pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica).

As formas de produção no engenho são questões centrais para entendermos o sistema açucareiro colonial português nos primeiros tempos depois das Grandes Navegações. O plantio de cana e a fabricação de açúcar na América Portuguesa estiveram intrinsecamente ligados à exploração da mão de obra indígena escravizada. Para os Schetz seria fundamental que, além da propriedade do engenho, dos canaviais e do controle do abastecimento, também fossem donos da mão de obra escravizada.

Os ataques de piratas e corsários, a concorrência dos engenhos do Nordeste, a atuação de feitores desonestos e conflitos entre os donos do Engenho e os lavradores de partido culminaram na decadência do empreendimento no Século XVII.

# Diorama: *sambaqui*

***Em tupi, "monte de conchas".***

Os sambaquieiros viviam em comunidades estáveis e bastante densas, sendo afeitos aos ambientes aquáticos e excelentes canoeiros e navegadores, muito bem adaptados às regiões de mangues e ilhas, baías largas e grandes lagos. Tiravam do mar e dos lagos a base da sua subsistência, sendo excelentes pescadores, utilizando redes, cercos, anzóis de ossos, além de pedras lascadas e polidas. Quando os numerosos grupos falantes dos vários dialetos Tupi chegaram ao litoral, por volta de 2 mil anos atrás, estes grandes montes de conchas e seus construtores já ocupavam a região e esta é uma das principais razões que explicam o desaparecimento das sociedades sambaquieiras.















# Os sambaquis e a cal de conchas: *história da técnica construtiva*

Na América Portuguesa, o aproveitamento de conchas de sambaquis para a fabricação de cal, era destinado ao assentamento e revestimento de blocos construtivos, além de impermeabilização e pintura (caiação) das edificações mais importantes. Apenas a partir do Século XIX a cal passou a ser obtida de rochas calcárias.

> "*(...) e as ostras são em tanta quantidade que se acham ilhas cheias das cascas e faz cal para os edifícios que é tão boa como a de pedra*"
> (Padre José de Anchieta,1584-1586).

> "*Destas conchas dos mariscos que comeram os índios, se tem feito toda a cal dos edifícios desta capitania, desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabarão as ostreiras de Santos, São Vicente, Conceição.*"
> (Frei Gaspar da Madre de Deus,1797).

Os sambaquis também são conhecidos como concheiros, ostreiras, casqueiros ou sernambis.

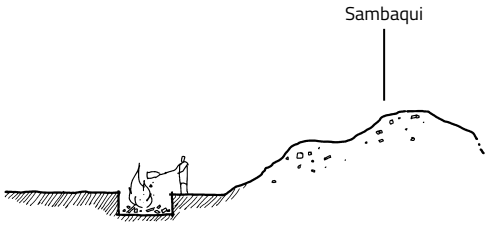
Para fabricar a cal de conchas, três etapas eram fundamentais:

- Limpeza e trituração (preparação)
Após a retirada das conchas dos sambaquis, aos blocos, estas eram trituradas e lavadas em água limpa.

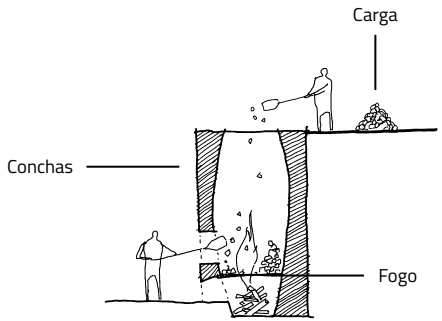
- Queima à alta temperatura (calcinação)
Os fornos grandes e permanentes eram raros, nos primeiros séculos. Geralmente os fornos primitivos eram semi-escavados em encostas naturais ou artificiais, para evitar a perda de calor.

- Adição de água, transformando a cal em pó (hidratação ou extinção)

Processo feito em ambiente coberto, adicionando água à cal, logo após a calcinação. Após a secagem, a cal reduzia-se a um pó fino. Esta etapa poderia ser feita de formas distintas, resultando em tipos diferentes de cal.




"Calcinação ao ar livre"- forno provisório








Atualmente, os sambaquis estão protegidos no âmbito federal pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram.

*“Quanto ao Engenho, é velho e está para cair e deve ser refeito neste primeiro ano. A roda está para cair, fica arriada demais e a água submerge-a, pois a maré entra às vezes na levada, o que dá grande impedimento para a moagem. Daí que deve ser mudado para cima e deve ser feito um bom que ficará na descida da colina.*

*O feitor não pode começar antes de receber notícias de vocês para ver como estão. Pois custará muito e deve ser feito de taipa, porque é obra eterna.”*

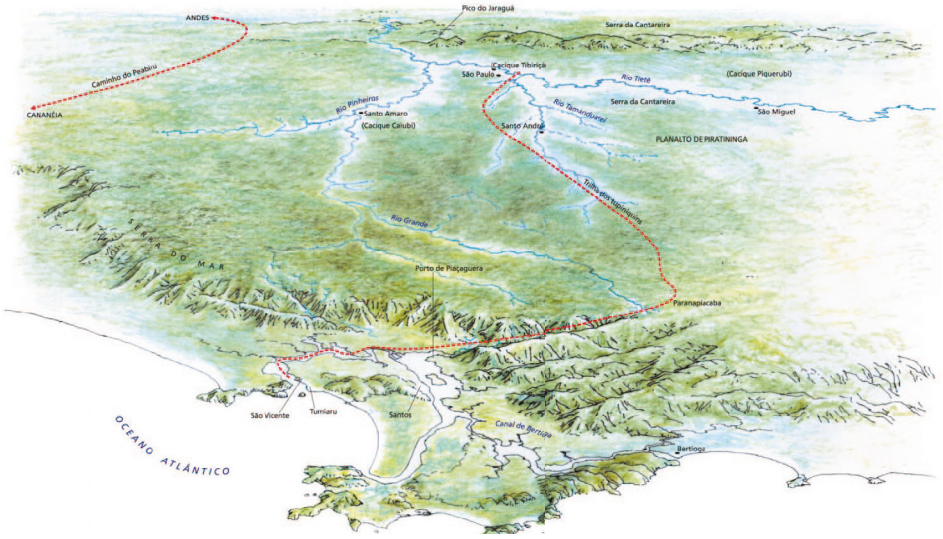
Carta de 1548

# Peabirú

As trilhas indígenas são um dos raros testemunhos da vida no período pré-colombiano. Vestígios delas ainda existem e podem ser identificados. A mais importante destas trilhas, denominada Peabirú, possuía enorme extensão ligando o litoral brasileiro à mesopotâmia paraguaia, atingindo a rede de caminhos do Império Inca aos Andes. Em seu trajeto, a trilha cortava o planalto de Piratininga, terreno onde hoje se estende a cidade de São Paulo.

O caminho teve papel de destaque na busca por metais preciosos peruanos e depois na penetração do território e no contato de jesuítas com indígenas, além da entrada das bandeiras.

Sua localização estratégica teria motivado as proibições de trafegar por ele.




Vallandro Keating e Ricardo Maranhão. Caminhos da Conquista: a formação do espaço brasileiro. 2008



“

*Também devia sua Alteza lançar mão desta Capitania de São Vicente pois é a entrada para dentro da terra.....e é aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão de que temos boas informações.*

Padre Manoel da Nóbrega, 1553

”

Fonte: Daniel Isso Gonçalves, 1998



“

*Eu pedi ao Governador licença para nos deixar entrar por alguma outra Capitania da costa, onde não houvesse os inconvenientes, que nesta há, que são serem descobertas minas.... as quais minas achavam e descobriram os castelhanos de Paraguai, que estarão daqui desta Capitania 100 léguas, e está averiguando estarem na Conquista de El-Rei de Portugal: e por estas e outras coisas fechou o Governo o caminho tanto a portugueses como a castelhanos.*

Antônio Rodrigues, 1553

”

# Formação dos *impérios ultramarinos*

O final da Idade Média foi um período de profundas transformações no modo de vida medieval na Europa: rompimento de antigos laços servis nas relações sociais, aceleração do comércio, formação de centros urbanos mais independentes do controle da nobreza e do alto clero. É neste período que são formados os Estados Nacionais na Europa, e Portugal está à frente desse processo.

Este conjunto de mudanças propiciou importantes alterações no mundo intelectual e artístico. A revolução cultural renascentista abriu novas possibilidades na geografia e na técnica de navegação, graças, principalmente, ao acesso às obras dos estudiosos gregos, que há muito tinham ideia da esfericidade da Terra.

As Grandes Navegações contribuíram para o desenvolvimento da colonização, reforçando, em certa medida, a política monetária na Europa e contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo no longo prazo. Portugal e Espanha consolidaram-se como dois grandes impérios ultramarinos.

A chegada de Cabral representou o início de uma conquista, mais do que um descobrimento: conquista da terra, exploração e aculturamento dos nativos americanos. O que se desenhou a partir daí foi o conflito entre povos que partilhavam modos de viver e culturas distintas, no qual o europeu procurou escravizar e cristianizar os indígenas, para colocar em andamento seu processo colonizador.

> “
>
> ***...se fez muito açúcar tanto da fazenda como de moradores e outros, mais ou menos novecentas arrobas de açúcar, das quais aproximadamente quatrocentas vão para Portugal para os armadores.***
>
> Carta de 1548
>
> ”





Urbano Monte, Mapa do Mundo, 1587. Manuscrito elaborado em uma projeção polar norte. A geografia deste mapa utiliza o mapa de Mercator (1569) como guia de estilo.



Sebastian Munster, Monstros Marinhos e Terrestres, 1572.

# Representações do *Novo Mundo*




Nova e importante edição de Ptolomeu, com mapas redesenhados e texto revisado por Sebastian Munster. Inclui os primeiros mapas separados dos quatro continentes e os primeiros mapas do Hemisfério Ocidental e da África. *Novarum insularum* é um dos primeiros mapas separados disponíveis que retratam as Américas de uma forma reconhecível. Os mapas não são coloridos, mostrando assentamentos, pontos de referência, estradas, rios e montanhas. Encadernação em relevo de bezerro marrom avermelhado, com o título *Ptolemaei Geographia Universalis* estampado na lombada.

**Sebastian Munster**,1448-1552, foi um matemático, geógrafo e professor da Universidade de Basel. Ele também compilou uma obra enciclopédica altamente influente intitulada *Cosmographia Universalis*, que apareceu pela primeira vez em 1544 e continha quarenta e oito mapas em xilogravura. (Página anterior)




Um dos primeiros mapas do Brasil (1565), de Jacopo Gastaldi, cartógrafo piemontês que trabalhou em Veneza e ascendeu à posição de cosmógrafo da República de Veneza. Gastaldi produziu mapas e ilustrações para partes de *Delle Navigationi et Viaggi* (Sobre as Navegações e viagens), uma compilação de escritos de viagem do diplomata e geógrafo veneziano Giovanni Battista Ramusio (1485-1557). A obra de Ramusio continha mais de 50 memórias, incluindo os escritos de Marco Polo.




Exemplo notável de um dos mais antigos mapas decorativos da América do Sul, por Joducus Hondius e Gerhard Mercator, publicado em 1607. O Estreito de Magalhães está representado, mas *Tierra Del Fuego* ainda faz parte do grande continente. O Brasil oriental é representado como uma ilha, tornada insular por um enorme Rio da Prata que se estende do sul do Atlântico até um grande lago, *Eupana Lacus*. Deste lago, o Rio Grande corre mais para norte, para o rio Amazonas e daí para o Atlântico. No detalhe, Cusco, a capital do Peru e centro do império Inca.

# A arte de *medir e prever*

A bússola e o astrolábio possibilitaram a navegação por meio da localização das estrelas. O sextante era utilizado para medir a distância angular na vertical entre um astro e a linha do horizonte.



Cornelis de Jode. *Teoria e Prática do Quadrante Geométrico*, 1594.





# Progressos culturais e técnicos na era dos descobrimentos

Caravela significa cávaro ou cárabo, uma palavra árabe para "barco ligeiro". A inovação possibilitou aos portugueses a conquista da costa africana e, posteriormente, a efetivação da navegação transatlântica.

Com cerca de 25 metros de comprimento e 7 metros de largura, possuíam dois ou três mastros com velas triangulares (latinas), que permitiam a navegação em ziguezague contra o vento. Velas neste formato já eram utilizadas pelos árabes para navegação no Oceano Índico e, desde o Século VII, com a expansão do Império Islâmico, foram levadas para o Mar Mediterrâneo.




Astrolábio funcional de latão envelhecido, baseado em modelo francês do Século XVII.

Reprodução baseada em modelo de caravela portuguesa do Século XVI (escala 1:50) executada por Carlos Eduardo Sadocco.

# O engenho dos Erasmos

Em 1532, a expedição de Martim Afonso de Souza a São Vicente pode ser considerada o ponto de partida para a indústria açucareira no Brasil. Donatário da Capitania de São Vicente, é considerado pioneiro na colonização. Foi responsável pelas bases da ocupação da região, criando uma infraestrutura que permitiu a fixação dos portugueses no território e a produção de açúcar em larga escala.

Inicialmente denominado Engenho do Governador, passou a ser conhecido como "dos Erasmos", quando adquirido pela família Schetz, de Antuérpia (Países Baixos). Por intermédio do flamengo Johan Van Hielst, representante comercial da família, os Schetz se tornaram sócios, em 1533, de Martim Afonso, Pero Lopes de Souza, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, formando a sociedade "Armadores do Trato".

Quando Martim Afonso viajou para as Índias e seus sócios negaram recursos para dar continuidade aos investimentos na manufatura açucareira, a sociedade se desfez. Van Hielst permaneceu no empreendimento e, em 1540, todas as partes foram compradas por Erasmos Schetz.

Os Schetz distribuiam seus produtos por toda a Europa e tinham ligações de caráter comercial com italianos, holandeses, franceses, portugueses e alemães, além da Companhia de Jesus.

Erasmos Schetz, bastante vinculado aos negócios do pai (Conrad), atuou como banqueiro da Casa dos Habsburgos, atividade que foi continuada pelos filhos. Em seus empreendimentos, também exportava trigo e metais para Portugal, o que facilitava as associações nas contratações das especiarias e, notadamente, do açúcar. Suas práticas comerciais com Lisboa eram frequentes, inclusive representando interessados flamengos ou apoiando aparentados de Flandres residentes no reino lusitano, ampliando negócios portugueses com o norte da Europa.



Retrato de Erasmos Schetz. Lambertus Suavius, 1554.

# Engenho São Jorge dos Erasmos

## *Histórias e trajetórias de preservação, educação e cultura*

Vera Lúcia Amaral Ferlini

A visão impactante do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, remete-nos a um território de ocupações milenares, de conquistas, de indígenas, africanos e europeus.

O litoral da Baixada Santista foi habitado por diversas populações, incluindo grupos rústicos e indígenas. A ocupação da área não se iniciou com a conquista europeia que levou à expansão do litoral e depois ao sertão. Os primeiros habitantes, conhecidos como *Povos Sambaquieiros*, ocuparam a região há cerca de 8.000 anos, vivendo da pesca e coleta de frutos do mar. Formavam montes artificiais, chamados sambaquis, a partir de restos de alimentos e conchas e onde sepultavam seus mortos. Quando os recursos se esgotavam, mudavam de local, mas sempre permaneciam próximos ao mar. Posteriormente, os Tupi Guaranis, com uma cultura agrícola e conhecimento em cerâmica, estabeleceram-se na área, substituindo os Sambaquis. Conflitos entre tribos eram comuns, com os Tupinambás frequentemente em luta contra outras tribos e colonizadores[1].

Nessa paisagem de mata refeita e de ruinas de pedras, em seu solo estão presentes agentes dessa história, trabalhadores escravizados, que operavam o Engenho no sopé do Morro da Caneleira. Antes dos africanos, os indígenas foram os braços da produção de açúcar. Sítio arqueológico tombado, escavações revelaram restos de um esqueleto africano, de indígenas do século XVI e indícios de um sambaqui[2].

1. CALIXTO, Benedicto. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaém e de Santos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, vol.VI, p. 490 -518, 1904.;GASPAR, MaDu. *Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.; AFONSO, Marisa Coutinho. Arqueologia dos sambaquis no litoral de São Paulo: análise da distribuição dos sítios e cronologia. Especiaria - *Cadernos de Ciências Humanas*. v. 17, n. 30, jan/Jun. 2017, p. 203 -227.

2. "Em 2003, após quase meio século de propriedade sobre o complexo açucareiro vicentino e algumas intervenções arqueológicas e arquitetônicas, a Universidade de São Paulo firmou um convênio com a Universidade Católica de Santos e, coordenadas pelo arqueólogo José Luis Morais, realizaram uma pesquisa que resultou na redescoberta do cemitério. Foram escavados 15m2 de terreno onde se localizaram 33 ocorrências de ossos humanos de 19 indivíduos: 18 adultos e uma criança. Entre os achados estavam crânios, dentes, ossos longos e um esqueleto completo. "GIAMPAOLO, Victor Lordano. Aproximações acerca da morte e da vida em um ambiente de contato (séculos XVI e XVII), *Anpuh*, 2013.
Veja-se também MORAIS, José Luis de *Arqueologia dos Erasmos:* relatório de atividades /2003. 123f. Relatório. Universidade de São Paulo, São Paulo.



A expansão marítima, a partir do século XV, ao conquistar o Atlantico, integrou esse território a uma nova história, a da colonização europeia. O que levou os europeus a lançarem-se aos mares, em busca de novos mundos e de fortunas? Crises, embates políticos, evangelização, uma nova mentalidade, tudo que construiu o Renascimento: contestação, curiosidade, aventura, fé, ambição? Desde o século XIV, prósperas atividades mercantis vicejavam, na Península Itálica e em áreas flamengas, alimentadas por caravanas que vinham da Ásia, movimentando barcos que cruzavam o Mediterrâneo e tinham Lisboa como importante porto. As riquezas da Índia incentivavam as monarquias ibéricas a buscarem um caminho marítimo, através do Atlântico. Colombo, em sua aposta, encontrou a América e a divisão do Ocidente (disputado por Portugal e Espanha), se deu a Castela a maior parte desse novo mundo, garantiu a Portugal o domínio do Atlântico e o caminho para o Oriente, costeando a África.

A terra de Santa Cruz, legitimada pela viagem de Cabral, porto seguro para o domínio dessa rota, era, porém, uma costa imensa, vulnerável a piratas e corsários. De imediato, pouco havia para as mercancias. O pau brasil não oferecia à Coroa Portuguesa atrativo capaz de superar as especiarias orientais e, embora estanco real, sua exploração foi arrendada a Fernão de Noronha. Os franceses, porém, tinham no pau tinta possibilidade de comércio e buscaram estabelecer feitorias. Incursões esporádicas de expedições a mando de Portugal, constataram essa presença e a existência na costa meridional de núcleos formados por degredados e aventureiros, como o Bacharel de Cananéia, João Ramalho, Pero Capico e outros[3].

A expedição que saiu de Lisboa em 1530 tinha um propósito, manter a costa, garantir o Atlântico e nutrir as poderosas redes mercantis que se formaram desde a conquista da Índia. Martim Afonso havia presta-

3. São Vicente Primeiros Tempos. **https://pt.scribd.com/document/450615998/PRIMEIROS-TEMPOS-HISTORIA-DE-SAO-VICENTE**

do serviços na Índia, tinha relações com mercadores e almejava cargo no Oriente, que lhe garantiria posição e riquezas. Da nova terra, além do pau brasil, havia apenas notícias de fabulosos tesouros em montes nevados e o contato com os nativos da costa indicavam um caminho, o Peabiru, o que explica a turbulenta incursão pelo rio de Santa Maria[4], nome original do rio onde diziam ter encontrado um machado de prata e a escolha por São Vicente, de onde, atravessando a serra e chegando ao Planalto, um curso de água levaria aos Andes.

Levado à Península Ibérica pelos árabes, as primeiras experiências no castelo de Silves, do Infante Dom Henrique, no século XV, permitiram a produção de açúcar na ilha da Madeira e nos Açores. O mercado, porém, se retraíra. E a produção diminuíra. Apenas no início dos Quinhentos, os metais preciosos, chegados do México, garantiram a retomada do comércio e do consumo do açúcar como próspero negócio para atrair cabedais de poderosos mercadores italianos e flamengos.

A partir de 1530, quando a Coroa, no reinado de d. João III, iniciou a efetiva posse do Brasil, os engenhos foram os núcleos de povoamento, capazes de fixar povoadores. Gandavo afirmava

> ***que "a felicidade e aumento desta terra consiste em ser povoada de muita gente" e que "não havia de haver pessoa pobre nestes Reinos que não fosse viver a estas partes com favor de S. A. onde os homens vivem todos abastados[5]."***

Na segunda metade do século, de meio para fixar povoadores e defensores da terra, o açúcar passou a fim da própria colonização, tornando-se produto de grande valor econômico para a Coroa. Tornar possível a ocupação, exigia atividade rentável, capaz de atrair tais povoadores. Portugal já possuía experiência na produção açucareira, dispunha de contatos comerciais que permitiam a alocação do produto no mercado europeu; seu relacionamento com o mundo financeiro de então, principalmente com banqueiros genoveses e flamengos, abria-lhe linhas de crédito para os investimentos básicos: o Brasil possuía terras em abundância[6].

A chegada de Martim Afonso de Souza a São Vicente em 1532 pode ser considerada o ponto de partida para a indústria açucareira no Brasil, fixando povoadores, e estimulando a construção de engenhos. Vieram homens de iniciativa, talvez de baixa linhagem, com o propósito de desenvolver na Ilha de São Vicente a atividade açucareira, que garantisse lucros, defesa e a exploração do sertão: Cavaleiros Fidalgos, Membros da Burocracia Local, Sertanistas, Artesãos, Comerciantes, Lavradores.

4. SOUSA, Pero Lopes de, *Diário de navegação (1532*). São Paulo, Obelisco, 1964.

5. GANDAVO, Pero Magalhães *Tratado da Terra do Brasil (1570)*, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980, p.

6. FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial.* 3ª.ed. São Paulo: Alameda, 2017, p.17.



Cavaleiros Fidalgos, Membros da Burocracia Local e Sertanistas tinham na aquisição de grandes lotes, o elemento de enobrecimento de ascensão social. Os Cavaleiros Fidalgos, que acompanharam Martim Afonso, foram os primeiros a requererem e receberem terras, grandes lotes que, em geral, justificavam para plantio de canas e erguimento de engenhos[7]. É o caso de Pero de Goês, que também foi Capitão Mor da Costa do Brasil, e recebeu, em 1532, a primeira sesmaria doada no Brasil, tendo erguido o Engenho Madre de Deus. Jerônimo Leitão, recebeu terras na área continental de São Vicente, onde ergueu um engenho, e um ancoradouro, conhecido como Porto das Naus[8].

Martim Afonso, firma sociedade com Johan Van Hielst ou João Veniste, Pero Lopes de Souza, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, em 1533 (os acionistas desta companhia chamavam-se 'Armadores do Trato") para arrecadar recursos e levantar um engenho. O grupo desfez-se, quando Martim Afonso viajou para as Índias e seus sócios negaram recursos para dar continuidade aos investimentos na manufatura açucareira.

O Engenho até então conhecido como "do Governador", tornou-se propriedade de Erasmo Schetz, que ergueu uma capela em louvor a São Jorge. Sem dúvida, esse foi seu período de apogeu como manufatura açucareira. Os negociantes flamengos fizeram várias tentativas de vender sua propriedade no Brasil entre 1593 e 1612, sendo vendido em meio a conflitos com os proprietários. O Engenho funcionou até o século XVIII e, ao longo desse período, produziu açúcar, vendido principalmente para a região do Prata, além de rapadura e aguardente para consumo interno.

Para a produção de açúcar e derivados, além da fábrica propriamente dita, o Engenho possuía unidades administrativas e residenciais, inclusive dependências de escravos. Segundo a documentação, tinha

> ***"[...] uma casa muito grande com seis lanços, uma senzala com uma ferraria provida de baluartes e ainda duas casas cobertas de telhas, muito boas e fortes [...] todas estas casas se erguem numa altura e todas juntas e próximas de maneira que nenhuma fazenda seja tão forte para os contrários[9]."***

Erguido em uma acrópole e protegido pelo maciço da Caneleira, era uma fortaleza e em seu horizonte mirava a Serra e a terras do sertão além. Garantia sua segurança, protegida do oceano, de ataque dos nativos e de piratas. Produtor de açúcar, fixador de colonos, o Engenho São Jorge atendia às necessidades de ocupação e defesa do território, base indispensável para a navegação e comércio com o Oriente.

A produção açucareira prosperou no litoral vicentino, e os empreendimentos multiplicaram-se. A do-

7. RICUPERO, Rodrigo. *A formação da Elite Colonial.* 2ª. Ed. Lisboa, Almedina, 2020.

8. STOLS, Eddy. Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente. *Revista de História.* São Paulo, ano XIX, vol.37, nº76, p.407-19, 1968.

9. Idem, Ibidem.

cumentação dá conta de cerca de treze engenhos, até o final do século XVI, mas não se sabe em que período funcionaram[10]. A prosperidade parece ter se prolongado até cerca de 1570, quando começou a diminuir. Vários fatores contribuíram para esse declínio: o crescimento da produção do Nordeste, dificuldades no provisionamento de escravos, mudança na dinâmica do comércio. Este último fator merece atenção. Em 1504, a Coroa associou-se a financistas alemães, que impulsionaram os negócios do Império: Függer, e indiretamente os Schetz, banqueiros com importantes conexões comerciais no Norte da Europa, fundamental para os produtos ultramarinos. A lucratividade do Império permitiu, ao mesmo tempo, o crescimento de grupos mercantis sediados em Lisboa, com participação de cristão novos, constituindo redes que atuaram principalmente na produção do Nordeste. O volume de investimentos no Nordeste foi muito alto[11].

Além das fábricas, havia canaviais, pois, os recursos para o erguimento de um engenho eram muito elevados e os que possuíam menores cabedais conseguiam terras, por sesmaria ou arrendamento, para produzir a cana, levada aos engenhos pelos cursos d'água ou por carros de bois. Para os lavradores de cana, senhores de fazenda, sua importância econômica tinha por base o trabalho escravo. Um lavrador que plantasse 40 tarefas de cana (uma tarefa corresponde à quantidade moída por um engenho em 24 horas, cerca de 40 carros de boi ou uma área cultivada de 30 braças em quadra que correspondia a 4356 m²) deveria dispor de mais ou menos 20 escravos[12].

> ***Quanto às terras e aos canaviais saibam vocês que o engenho tem-nos muito bons e bonitos e aumentam cada dia e são derrubados para plantar cana. Este ano foram feitas umas trinta e duas tarefas nas terras da propriedade que dão mais ou menos quatrocentas arrôbas. Pedro Rouzée fêz mais plantar um ou dois canaviais para moagem em julho vindouro, pois tinham só um ano e devem ter dezessete ou dezoito meses para seu tempo de moagem, o qual, espera-se, será em julho. Mais alguma cana dos vizinhos de maneira que para o próximo ano terão prontas mais de mil arrôbas de açúcar, pouco mais ou menos. Poderão ser carregadas desde que a fazenda seja bem provida e êle não deva pagar os trabalhadores com açúcar[13].***

A esplêndida mata que cobria o litoral vicentino, rapidamente diminuiu, para dar lugar aos canaviais, às roças e fornecer lenha. Para a plantação,

10. BOYAJIAN. James C. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650.* New Jersey: Rutgers University Press.1983.

11. FERLINI, Vera Lucia Amaral. Fazendas e Engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII) *Revista de História (UNESP)*, v. 39, p. 1 - 30, 2020. ISSN: 01019074

12. FERLINI, Vera Lucia Amaral, *A Civilização do Açúcar*, São Paulo, Alameda, 2017, p.27. Veja-se também *Sugar and the Formation of Colonial Brazil, Oxford Research Encyclopedia of Latin America History.*

13. STOLS, Eddy, Um dos primeiros documentos...Op.cit.



| Data | Engenho | Observação |
|---|---|---|
| 1532-1534 | Do governador | Do Trato, São Jorge dos Erasmos |
| 1532 | Madre de Deus | Fundado por Pero de Góis no Morro das Neves, na parte continental de Santos |
| 1533 | Engenho de São João | Fundado por José Adorno no local correspondente hoje à Praça Rui Barbosa, em Santos |
| 1534/1544 | Engenho dos Aires | Construído por Aires da Cunha no Morro do Saboó |
| 1560 | Engenho de Nossa Senhora, ou Nossa Senhora do Engenho | Fundado por Bartolomeu Antunes, em Cambraiaquara |
| 1565 | Engenho de Santo Amaro | Fundado por Estevão Raposo, na ilha de Guaibê |
| 1570 | Engenho de Santo Antônio | Fundado por Antônio Fernandes, junto à Igreja de Santo Antônio de Guaibê |
| 1580 | Engenho de Jerônimo Leitão | Localizado no Porto das Naus, O engenho foi destruído pelos corsários holandeses liderados por Joris van Spilberg, no ano de 1615. |
| 1590 | Engenho Nossa Senhora do Pilar | Fundado pela Companhia de Jesus à margem do Rio Itapanhaú, em Bertioga. |
| s/d | Guerra | Ilha de São Vicente |
| s/d | Estevão Pedroso | s/localização |
| s/d | Manuel Fernandes | s/ localização |
| 1577/1607 | Afonso Sardinha | |

punha-se fogo na mata e derrubavam-se as árvores, tirando-lhe tudo o que podia servir de embaraço. A cana não devorou apenas as matas densas e as terras férteis. Necessitando de lenha para as fornalhas dos engenhos, avançou sobre as matas ralas e os solos mais pobres. Antonil, frente à imensa necessidade de lenhas para os engenhos, chamou as fornalhas de "bocas verdadeiramente tragadoras de matos", dado que o meneio da produção exigia incessante provimento de madeira.

*"bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo, e fumo perpetuo , e viva imagem dos vulcões, vesuvios, etnas, e quase disse do purgatório, ou do inferno[14]."*

Qual era o gasto de lenha para as fornalhas? Num engenho com capacidade de moagem de 12 a 16 carros de canas, em 24 horas, era necessária a mesma quantidade de carros de lenhas.

*Também tem esta fazenda ainda necessidade de seis ou oito peças de machos, que não se pode dispensar, porque faltam. Pois não se chega a fazer num ano suficientes cinzas e carvão e deve-se comprá-los dos moradores, o que traz grande despesa a 25 ou 30 réis por alqueire. Por isso que não montam maiores despesas num engenho do que em cinzas. Ao que me parece gastaram-se mais de 40 ou 50 ducados nas cinzas mencionadas. Estes escravos podem eliminar tais gastos e estão lá para muito tempo e para fazer todas as coisas dentro da casa[15].*

A produção em larga escala, para um mercado distante e sem qualquer ligação imediata com o consumo, exigia grande contingente de trabalhadores que se submetessem a trabalhar para outros, sem terem, eles mesmos, qualquer motivação pelo processo de produção. A necessidade de carrear grandes quantidades de produtos como o açúcar, a dominação da produção pelos interesses comerciais e a abertura de novas fontes de escravos na África Ocidental concorreram para a criação dessa moderna forma de trabalho, possível, naquela época, pela compulsão[16].

Um cronista holandês advertia que

*"assim os que pretendem fixar-se no país devem trazer alguns bens e, para serem bem sucedidos devem comprar alguns negros, porque sem negros nada se pode cultivar aqui, e nenhum branco - por mais disposto ao trabalho que tenha sido na Pátria - se pode dedicar no Brasil a trabalhos tais, nem mesmo consegue suportá-lo...[17]"*

Nos primeiros tempos, a produção açucareira usou o braço indígena, imediatamente acessível e barato, até

14. ANTONIL Cultura e Opulência do Brasil. Por suas drogas e minas. Rio de Janeiro,:Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. , 1837, p 69.

15. STOLS, Eddy, Um dos primeiros documentos... Op.cit.

16. FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder*, Op.cit.

17. DUSSEN, Adriaen Van der. *Relatório sobre as Capitanias Conquistadas (1639).* Suas condições econômicas e sociais. Trad. de José Antônio Gonsalves de Mello, Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1954





que a produção rendesse o suficiente para se conectar ao tráfico atlântico de africanos. Ao longo do século XVI, os indígenas foram a principal força de trabalho dos engenhos. Guerras e epidemias, porém, dificultavam o aprisionamento e dizimaram populações, que migravam para sertões distantes. Por outro lado, o tráfico de africanos escravizados era negócio rentável, dinamizando o comércio triangular, entre Portugal, África e Brasil. Calcula-se que entre o século XVI e início do XIX, mais de 3 milhões de africanos aportaram no Brasil, sendo pelo menos metade, para as áreas açucareiras[18]. Dessa forma, a dinâmica dos negócios e a rentabilidade do açúcar impulsionaram o tráfico de africanos, como comércio lucrativo, embora a utilização dos indígenas, aldeados ou escravizados, tenha sido constante em todo o período colonial. Os religiosos em geral, e os jesuítas, em especial, buscaram impedir a sistemática escravização, criando e estimulando aldeamentos, o que levou a conflitos frequentes com os colonos[19].

Além de uma grande quantidade de indígenas, o Engenho São Jorge dos Erasmos possuía africanos escravizados, o que foi raro na Capitania, até o século XVIII.

Relata o correspondente dos Schetz;

> ***Quanto às escravarias que temos aqui, são muito boas e de aproximadamente cento e trinta peças, tanto de machos como de fêmeas, das quais a metade não trabalha pois são crianças e velhos que não são aproveitáveis. No país não existe melhor escravaria, por que muitos escravos têm ofício no engenho como tacheiros e cal - Também tem negros de Guiné, sete ou oito. São todos oficiais, a saber: um prêto que é mestre de açúcar, (...) o que agora pode-se cada ano economizar, e o prêto tem feito agora melhor açúcar como parece pelo açúcar que o feitor manda agora para Lisboa. O segundo é purgador e tal como os dois cada mês. Assim temos muito pouco pessoal a sôldo no engenho e muitos escravos da terra que outros engenhos não tem e devem dar todo o sôldo para homens brancos e para fazer tôdas as coisas dentro da casa[20].***

A grande quantidade de indígenas assinalada pelo correspondente, sendo muitos crianças e velhos, parece indicar um aldeamento nas proximidades do Engenho. Os Schetz foram bastante ligados aos Jesuítas e ao final do século, as Atas da Câmara de São Paulo registram uma reunião no São Jorge, para repartição de nativos.

**Trajetórias de preservação, educação e cultura**

O açúcar é ponto de partida de nossa história e o Engenho dos Erasmos, a mais antiga evidência preservada desse processo. Desde 1974, trabalhando com Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, tive contato com a documentação e a bibliografia do tema.

18. GOULART, Maurício, *A Escravidão Africana no Brasil (Das Origens à Extinção do Tráfico)*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

19. f. FERLINI,Vera Lucia Amaral, A Civilização do Açúcar, ,Op.cit.

20. STOLS, Eddy, Um dos primeiros documentos...Op.cit



A partir da década de 1990, a ação do Prof. Adilson Avansi de Abreu, na Pro Reitoria de Cultura e Extensão da USP, promoveu revitalização da área de pesquisas arqueológicas e a construção da Base Avançada em projeto do Prof. Juilio Katinsky. As ações pedagógicas e Culturais, idealizados pela Profa. Maria Cecília França Lourenço, dentro de um Plano, a Plataforma Sofia, permitiram, de 2010 a 2018 que eu, em parceria com a Profa. Beatriz Pacheco Jordão e com os educadores André Muller e Rodrigo Christofoletti, ampliássemos esse programa, desenvolvendo intensa atividade de pesquisa, educacionais, encontros culturais: cursos, congressos, palestras, oficinas de arqueologia, de plantas, jogos, observação de aves, materiais didáticos, etc. A iniciativa da Profa. Maria Arminda do Nascimento Arruda trouxe o apoio do BNDES para condições de retomada das pesquisas arqueológicas e valorização do Monumento, (torre e plataforma de observação, guia digital do patrimônio cultural da Baixada, e um espetáculo de luz e som, Memórias de um Velho Engenho). De 2018 a 2022, sob a direção da Profa. Beatriz Pacheco Jordão, as atividades consolidaram-se, em processo de continuidade e inovação, que possibilitou esta mostra como espaço para narrativas capazes de extroverter a memória institucional.

**Vera Ferlini** é doutora em História Econômica e Titular em História Ibérica e Presidente da Comissão Gestora da Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP/Instituto Camões. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, de 1988 a 2011, Presidente da Comissão de Pós Graduação da FFLCH/USP, de 2009 a 2012 e Diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP) entre 2010 e 2018. Professora do Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, atua nas áreas de História Econômica, História Ibérica e História do Brasil Colônia, estudando a formação do mercado de trabalho, imigração, escravismo, estrutura agrária e núcleos coloniais.

# O porto de Antuérpia

O *Civitates Orbis Terrarum* é uma obra publicada como complemento ao *Atlas Theatrum Orbis Terrarum*, tornando-se a coleção mais completa publicada durante a Idade Moderna. Os textos latinos que acompanham as imagens são de natureza descritiva e remetem à História, Geografia e aspectos socioeconômicos de 363 cidades representadas. A obra foi publicada em seis volumes, sendo reimpressa e reeditada em numerosas ocasiões, em diversos países.

O mapa da cidade de Antuérpia tem vista em perspectiva, com edifícios reproduzidos a partir das construções reais e suas principais ruas podem ser reconhecidas até hoje. Há informações efetivas adicionais sobre a política, a natureza e os campos circundantes. Além disso, as vias fluviais são salientadas através de pontes, portos com embarcações e outras tecnologias da época. Uma característica distintiva dos mapas da coleção é a inserção de grandes figuras, desproporcionais, que estão em primeiro plano, para ilustrar o traje local.



Hendrick Frans Schaefels. A festa em Antuérpia no século XVI. 1867. Pintura em óleo.




Georg Braun e Franz Hogenberg, 1572. Volume I de *Civitates Orbis Terrarum*.

# Jesuítas e a família Schetz

A Companhia de Jesus formou-se como uma ordem religiosa diretamente subordinada ao Papa, no século XVI. Sua influência na expansão do catolicismo pelo mundo, na época das grandes navegações, foi enorme.

Presente em diferentes obras da colonização, como engenhos e plantações de açúcar, a família Schetz contava com a ajuda e proteção dos jesuítas.

O Padre José de Anchieta esteve diversas vezes no Engenho, inclusive vigiando o comportamento do feitor dos Schetz, e chegou a rezar uma missa em razão do falecimento de um membro da família.

A relação era recíproca: os Schetz também abasteciam os Jesuítas com mantimentos e grande quantidade de imagens sacras enviadas da Europa, destinadas à catequese dos indígenas.

Em 1579, o navio Licorno trouxe vasto conteúdo que reflete o cotidiano do Engenho, uma mistura de requinte flamengo com a realidade escravagista. Na embarcação, ao lado de itens para uso dos escravizados, havia também tecidos finos, lençóis de cama, guardanapos, utensílios de cozinha, uma escrivaninha, papel e pena e até um clavicórdio - instrumento musical de cordas, dotado de teclado, semelhante ao cravo.

> “
>
> ***Todo o tempo que residi em S. Vicente procurei de socorrer a casa de V.M. com os ministérios de nossa Companhia, como também agora fazem os Padres que lá estão. (...) Deram-me notícia que era falecido o sr. Melchior Schetz, no tempo daquelas turbulências de Antuérpia.***
>
> Padre José de Anchieta, em carta a Gaspar Schetz. 7 de Junho de 1578.
>
> ”



Benedito Calixto. "Poema à Virgem Maria", versão de "Anchieta na praia de Iperoig". 1901.

# Diáspora africana

“

*Quanto às escravarias que temos aqui, são muito boas e de aproximadamente cento e trinta peças, tanto de machos como de fêmeas, das quais a metade não trabalha pois são crianças e velhos que não são aproveitáveis.*

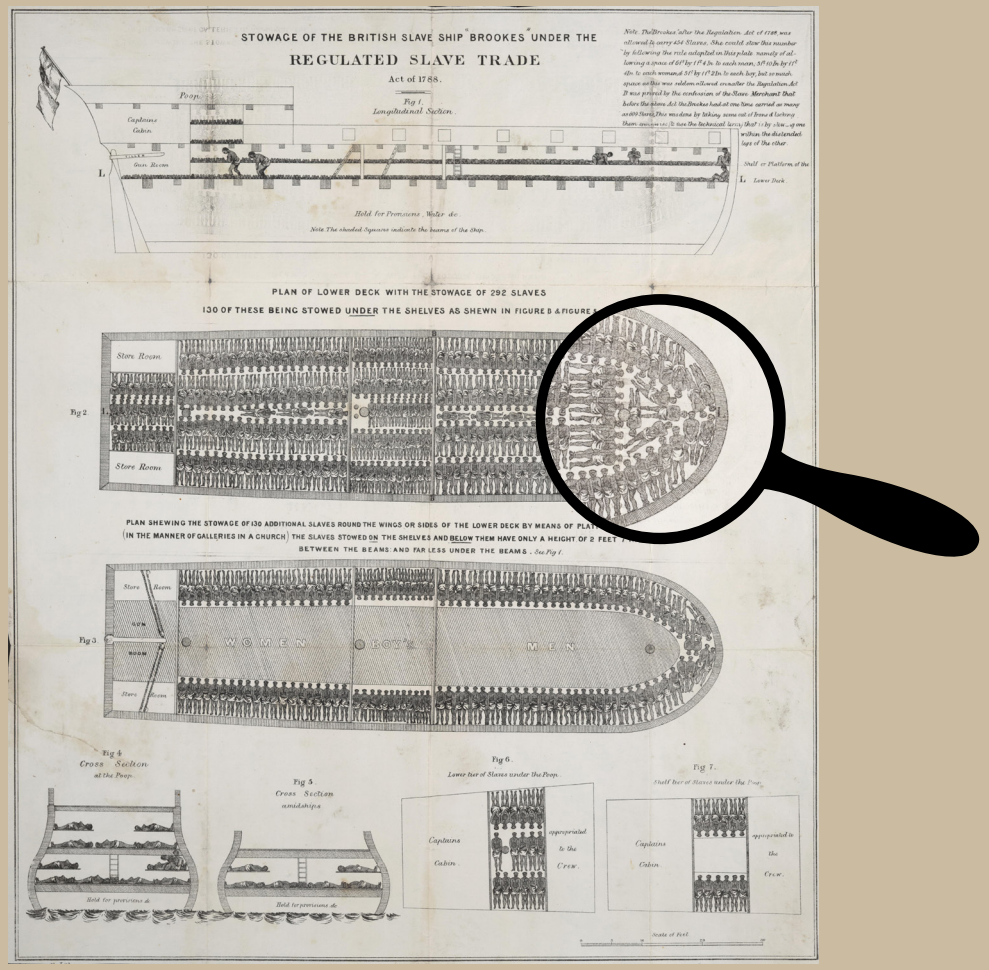
*“Muitos escravos têm ofício no engenho como tacheiros e caldeireiros. Também tem negros de Guiné, sete ou oito. São todos oficiais (...) Um preto é mestre de açúcar (...) Um segundo é purgador (...) Dois outros caldeireiros (...)”*

*“Também tem esta fazenda ainda necessidade de seis ou oito peças de machos, que não se podem dispensar, porque faltam.”*

*Assim temos muito pouco pessoal a soldo no engenho e muitos escravos da terra que outros engenhos não têm.*

Carta de 1548

”




Thomas Clarkson. Desenho esquemático do navio negreiro Brooks.
A História da Ascensão, Progresso e Realização da Abolição do Comércio de Escravos Africanos pelo Parlamento Britânico, 1808.



O produto brasileiro mais conhecido pelos comerciantes de escravizados na África, no século XVII, era a cachaça.

> ***Entre 1710 e 1830, um em cada quatro escravos trazidos da África foi trocado por cachaça em Luanda. Juntamente com o tabaco baiano, outro produto usado no tráfico, quase 1 milhão de negros que tinham contato com a bebida já nos porões dos navios, chegaram ao Brasil.***
>
> Luiz Felipe de Alencastro.
> *O Trato dos Viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul.*

Carta Portulano Kunsman II, conhecida como "Quatro Dedos". Autor desconhecido, 1502 - 1506. Copiada por um cartógrafo italiano de um original português. Um portulano (do italiano portolano, relativo a porto) é uma antiga carta náutica europeia, datada do Século XIII ou posterior, que tinha a função de fornecer direções e distâncias aproximadas entre os principais portos europeus e africanos.

# Costa ocidental do continente africano e a *diáspora negra*

Um dos mapas mais belamente produzidos da África Ocidental a aparecer no século XVII. Cobre a parte noroeste da África, do Cabo Branco e Senegal à Guiné Inferior. Tal como acontece com a maioria dos mapas do continente africano deste período, as zonas costeiras são altamente detalhadas, enquanto o interior é em branco ou bastante especulativo. As terras costeiras entre o rio Níger e Biafra são particularmente bem mapeadas, com muitas notas em latim sobre povos e lugares retratados. Este mapa também nomeia numerosos reinos africanos e grupos tribais, incluindo Biafra, Benin, Bambara, Pongo e Bituin. Um dos aspectos mais interessantes é a arte decorativa no quadrante inferior esquerdo, retratando aldeia africana com cabanas e nativos em atividades tribais. Cada elemento do desenho é rotulado com uma letra e referenciado em uma tabela abaixo do mapa. Há destaque para o lucrativo comércio de marfim. Em um momento de inspiração artística, o artista também usa as grandes presas de marfim em primeiro plano para mostrar suas escalas de distância.

Este mapa foi desenhado por Matthias Haas com base no trabalho cartográfico de J. B. de Anville.




Homann Heirs Map of West Africa ou Guiné – Geographicus Africa Propriahomannheirs-1743

**Gerhard Mercator, Iodocus Hondius. Mapa da Guiné, 1607.**

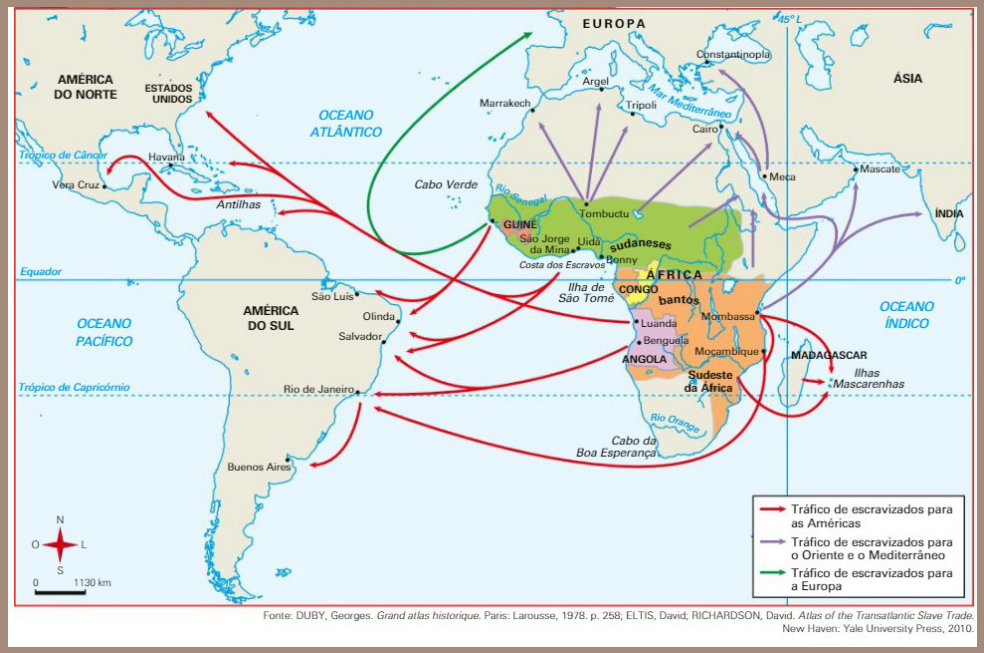



Gerardus Mercator, grande cartógrafo, ajudou a estabelecer Amsterdã como o principal centro da cartografia do século XVI. Originalmente um estudante de filosofia, tornou-se um especialista em topografia e cartografia do território, bem como um gravurista habilidoso. Seus primeiros mapas foram publicados em 1537 (Palestina) e 1538 (um mapa do mundo). A sua contribuição mais famosa para a ciência é uma técnica de projetar o globo numa superfície plana.

Em 1569 publicou a sua obra-prima, um mapa do mundo de vinte e uma folhas, conhecido como *Projeção de Mercator*.

Com a necessidade de um atlas de tamanho menor, mais prático e, sobretudo, mais barato, para público mais amplo, Hondius mandou reduzir os mapas, o que resultou na publicação do *Atlas Menor* em 1607.

**Principais rotas do tráfico de escravizados (século XVI-século XIX)**




Fonte: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 1978. p. 258; ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2010.

Quatro principais macrorrotas do tráfico de africanos escravizados envolvem as rotas da Guiné, da Mina, de Angola e de Moçambique. Estima-se que cerca de 12 milhões de cativos foram despachados nos porões dos navios em direção aos continentes europeu e americano. Pelo menos 1,8 milhão morreram durante a travessia.

# Piratas e corsários em Santos

Proprietários ingleses e franceses de embarcações armadas exerciam abertamente a profissão de pilhar navios portugueses e espanhóis que voltavam das Índias.

No caso de corsários ingleses, a costa brasileira era ponto estratégico nas tentativas de alcançar o Oceano Pacífico. No Brasil, os aventureiros encontravam condições de reabastecer seus navios em núcleos de povoamento como Santos e São Vicente, que era muito convidativa com sistemas de defesa vulneráveis e fartura de víveres como arroz, trigo, criação de gado, aves e caprinos, trazidos das Europa pelos colonos.

Thomas Cavendish, nobre aventureiro inglês ligado aos círculos sociais da corte da Rainha Elizabeth, chega ao litoral de São Sebastião em 21 de dezembro de 1591, com cerca de 350 homens. Na noite da véspera de Natal, passaram despercebidos pela fortaleza de Santo Amaro e ancoraram próximos à barra de Santos. Com quase todos os homens, mulheres e crianças na missa, um pequeno bando de Cavendish tomou a Vila de Santos sem resistência.

Os homens de Cavendish se instalaram no Colégio dos Jesuítas (atualmente a Bolsa do Café em Santos) por dois meses, tempo em que queimaram florestas e engenhos da região, saquearam e destruíram boa parte do vilarejo.

Além deste episódio, a região enfrentou ataques de Edward Fenton (inglês, 1583), Joris Van Spilbergen (holandês, 1615) e Francisco Duclerc (francês, 1710).



Retrato de um Cavalheiro (Thomas Cavendish).
Atribuído a John Bettes, o Jovem, 1560.

# A viagem das plantas

“

***Quanto às escravarias que temos aqui, são muito boas. Quanto às terras e aos canaviais saibam vocês que o engenho tem-nos muito bons e bonitos e aumentam cada dia e são derrubados para plantar cana.***

Carta de 1548

”

As grandes navegações trouxeram também transformações no cultivo, comércio e consumo de alimentos no mundo todo. O Trigo, originário do Oriente Próximo, espalhou-se por toda a África e Eurásia e depois cobriu todo o planeta, seguido por bananas, inhames e arroz, todos vindos da Ásia. Fazendo um caminho inverso, milho, cacau, mandioca e batatas, provenientes das Américas, avançaram para o leste.

Na América Portuguesa, o milho gradualmente se impôs como solução alimentar devido à convivência forçada do colonizador com os indígenas. O sucesso das incursões pelo sertão dependia, em boa parte, do milho.

*"Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que for ao sertão a descobrimentos será obrigada a levar milho, feijão e mandioca, para poder fazer plantas e deixá-las plantadas, porque com esta diligência se poderá penetrar os sertões, que sem isso é impossível."*

Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Informação sobre as Minas de São Paulo, 1772

*"Este milho se planta por entre a mandioca e por entre as canas novas de açúcar. E colhe-se a novidade aos três meses, uma em agosto e outra em janeiro. Este milho come o gentio assado por fruto, e fazem seus vinhos com ele cozido, com o qual se embebedam, e os portugueses que comunicam com o gentio, e os mestiços não se desprezam dele, e bebem-no mui valentemente."*

Gabriel Soares de Souza, Tratado Descritivo do Brasil, 1587.



Milho, Zea mays, por Anselmus Boëtius de Boodt (1596-1610). Humanista, mineralogista, taxonomista, médico e naturalista flamengo.



Mandioca, Macaxeira, Aipim, Manihot esculenta, por André Thevet. As Singularidades da França Antártica (1557).



Cana-de-açúcar, Saccharum officinarum, por Francisco Manuel Blanco (1880-1883). Eclesiástico e botânico espanhol.

“

***Pois os trabalhadores não têm forças destes mantimentos e aqui não se tem outra coisa que farinha moída de madeira e às vezes acompanha isso um pedaço de peixe salgado, quando tiver. (...) Uma panqueca de mandioca, que são raízes de madeira, vale 100 réis, com a qual uma pessoa come três ou quatro dias.***

Carta de 1548

”

# O porto de Lisboa




Georg Braun e Franz Hogenberg. *Civitates Orbis Terrarum*. Século XVI.

# Como era Lisboa na passagem do século?

Trecho do livro "A passagem do século: 1480-1520, as origens da globalização", de Serge Gruzinski (Companhia das Letras, 1999).

Uma das cidades mais populosas da Europa, por volta de 1500, teria abrigado quase cinquenta mil habitantes, dentre os quais vários milhares de escravizados. É uma das primeiras metrópoles comerciais do século XVI.

É um porto muito ativo, frequentado pelos comerciantes flamengos e italianos, onde vão parar marinheiros vindos de todos os mares europeus e onde trabalham milhares de africanos escravizados. A expansão da indústria naval não deixa de impressionar os visitantes estrangeiros. Fundições e fornos de Lisboa fabricam as âncoras, os canhões e todas as peças indispensáveis aos grandes navios que zarpam para a África.

Nos cais de Lisboa acumulam-se cobre, potássio, enxofre, mas também pimenta, malagueta, marfim. Lisboa é rica graças ao ouro da África, que lhe rende 120 mil ducados por ano. Abunda em curiosidades trazidas das terras longínquas: arcos e flechas da África, marfins finamente talhados, crocodilos empalhados [...] macacos, papagaios, lobos-marinhos, camelos, sem contar todo tipo de répteis e, logo depois, as grandes "plumagens" despachadas do Brasil. Na Casa da Mina havia entrepostos das mercadorias que eram trocadas com os africanos, o que maravilhava ainda mais os visitantes da época.
O ambiente da cidade de Lisboa era colorido e multiétnico, o que a tornava única na Europa. Falavam-se várias línguas nessa cidade mestiça igualmente aberta a artistas flamengos e a africanos que trabalhavam o marfim. Na corte do rei, encontravam-se príncipes negros a quem os clérigos ensinavam o cristianismo e o latim na esperança de fazê-los aliados fiéis e preciosos intermediários – e aqui aculturação e cristianização rimavam com expansão.

Os representantes das grandes firmas de Brugues estavam presentes nas margens do Tejo: ali expediam os têxteis dos Países Baixos e compravam o açúcar português.

Além disso, cruzava-se com todo tipo de curiosos e aventureiros, dispostos a qualquer coisa para recolher informações sobre as riquezas da Índia e da África. As línguas dos pilotos portugueses se soltavam nas tabernas da Alfama, mapas e relatos circulavam de mão em mão, sob os olhares indiscretos dos estrangeiros. (...) Conversas de bar a respeito das terras novas também eram típicas de Lisboa em 1500.

Lisboa é ainda uma cidade de saberes e de cultura. A arte da navegação, o que se chamava então marinharia ou sabedoria do mar, assim como a cartografia, eram altamente desenvolvidas: o Planisfério Cantino, que hoje é conservado na biblioteca Estense de Módena, é uma eloquente prova disso. Mesmo se os grandes textos sobre a Ásia e a África e os tratados impressos só iriam aparecer mais adiante, no século XVI, Portugal já é, em 1500, um fabuloso reservatório de conhecimentos sobre os mares e os mundos distantes.

As belas-artes tampouco estão ausentes de Portugal. A construção do mosteiro dos Jerônimos e o aterro do Terreiro do Paço transformam alguns aspectos da cidade.

Os portugueses importam pinturas, tapeçarias e madeiras policromadas dos Países Baixos. Desde o fim do século XV, pintores portugueses se inspiram nos flamengos, ao passo que os flamengos que moram em Portugal se adaptam ao gosto local. Na época de Manuel I, Portugal se tornou importador de livros com iluminuras também vindos de Flandres.

Mas em Lisboa, mais ainda que em Sevilha, tudo gira mesmo em torno do mar. Lisboa é, antes de mais nada, a base da primeira expansão marítima europeia para África e a Índia.





# A Quinta Avenida do século XVI ficava em Lisboa

Dois quadros descobertos em 2009 originaram um livro sobre Lisboa quinhentista e a Rua Nova dos Mercadores. Naquela artéria confluíam produtos do império e gentes de todo o mundo, transformando a capital portuguesa numa cidade global.

No século XVI, a Rua Nova dos Mercadores era uma pequena babel. Nos seus edifícios, moravam italianos, flamengos, andaluzes e portugueses.

Enquanto isso, naquela rua da Baixa de Lisboa, cristãos-novos, judeus estrangeiros, pessoas escravizadas vindas de 20 nações africanas, escravizados árabes passeavam-se, muitos faziam trocas comerciais.

Nicolau Ferreira 2015, Jornal *O Público*

(Página anterior) Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa. Autor anónimo, c. 1570-1590. Londres, Kelmscott Manor Collection – Society of Antiquaries of London.

# A grande viagem da cana-de-açúcar



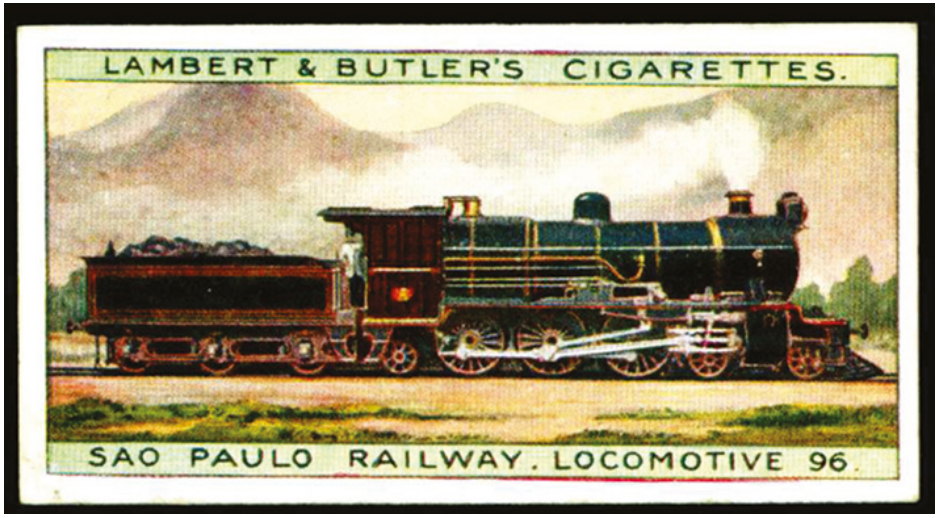

A cana-de-açúcar, originária da Índia, foi levada para China (séculos II - X), Síria e Egito (séculos X - XIV), Sicília, Espanha, Marrocos, ilhas de Açores, Madeira e Cabo Verde (século XV) e chegou à América no século XVI.

# Açúcar, café e ferrovia

No século XVIII, a cana-de-açúcar passou a ser cultivada no planalto paulista, com grande êxito e rápida expansão. O surgimento de três bebidas oriundas das colônias europeias, o café, o chá e o chocolate, fez crescer a demanda por açúcar. Dessa maneira, as lavouras açucareiras ajudaram a financiar novas culturas como a do café no Vale do Paraíba. Tais mudanças econômicas estimularam o tráfico de escravos, trazendo à força pessoas cativas de diferentes regiões do continente africano.

Em 1867 é inaugurada a São Paulo *Railway Company*, ferrovia que ligava Santos a Jundiaí. A serra do mar estava então vencida e Santos começou a crescer, graças à expansão da economia cafeeira, tornando-se cosmopolita, numa nova configuração urbana.

A regularidade dos trens viabilizou tanto o fluxo de novas mercadorias, como de novos escravizados e imigrantes livres. Paralelamente, o surgimento de grandes quilombos, como o Jabaquara (o segundo maior do país, depois de Palmares), o do Pai Felipe e o de Santos Pereira (Santos Garrafão), que abrigavam africanos e afrodescendentes fugidos, transformaram a cidade de Santos.




Locomotiva da São Paulo Railway. *Selo comemorativo Lambert & Butler's Cigarettes*. 1913.



Visita monitorada para estudantes do ensino médio da Escola Estadual Major Telmo Coelho Filho (Osasco, SP).

# Aquilombar-se

> *“Na realidade, a palavra quilombo, que é uma transformação portuguesa da palavra kilombo, certamente é de origem das línguas bantu, precisamente da língua Quimbundo de Angola. Ela não poderia originalmente ser atribuída pelos portugueses aos escravizados fugitivos, a não ser por eles mesmos que sabiam o que significava. Nessa língua, quilombo não significava habitação dos negros fugitivos das senzalas, mas sim uma sociedade ou organização de guerreiros.”*
>
> Kabengele Munanga (Bakwa Kalonji), 2020.

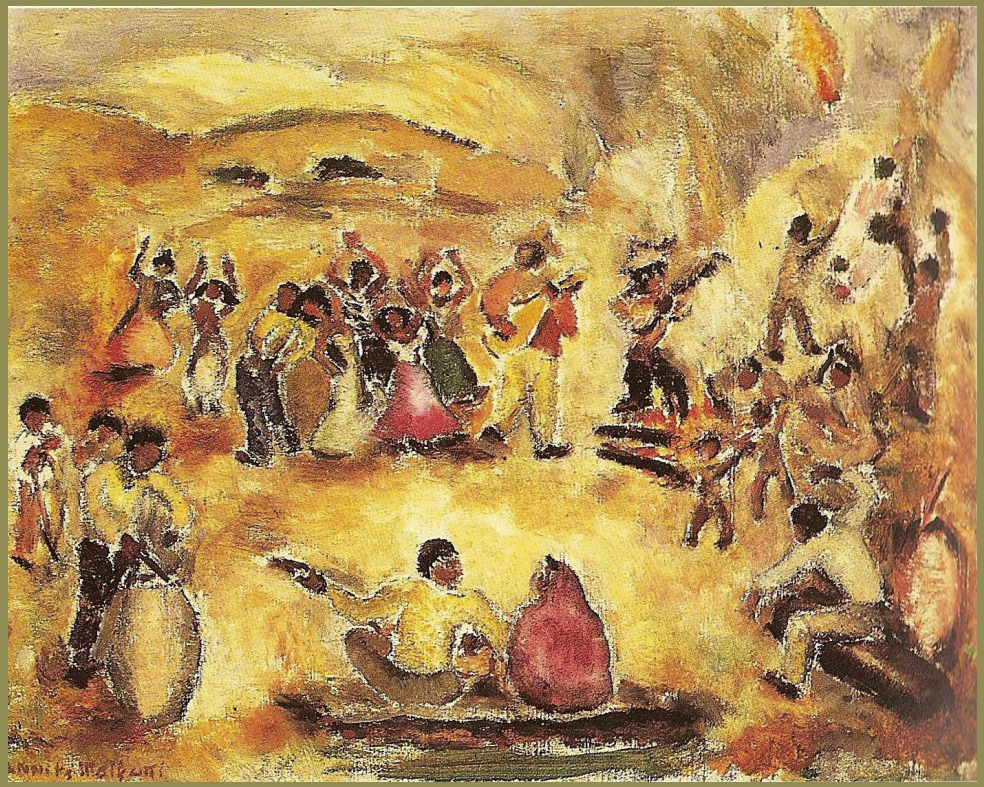
Santos sediou marcos da luta contra a escravidão, unindo lideranças negras e abolicionistas, por isso considerada a primeira cidade a ter antecipado o fim do sistema escravagista, dois anos antes do restante do país.

O quilombo do Pai Felipe, ou do Jurubatuba, surgiu na encosta da Serra do Mar, em Cubatão. Teria abrigado escravizados fugidos de Campinas, do litoral e do Vale do Paraíba até sua destruição, em 1839. Décadas depois, o Pai Felipe liderou seu grupo e se transferiu para Santos, no sopé do Monte Serrat, na área hoje conhecida como Vila Mathias. Sua gente trabalhava cortando madeira para a construção civil e produzindo chapéus de palha. Populares e lideranças abolicionistas da cidade frequentavam o local para ouvir os batuques ali produzidos, sendo conhecido Rei Batuqueiro. Na ocasião da Abolição, conta-se que Pai Felipe e seus seguidores festejaram por três dias pela estrada, hoje a Avenida Senador Feijó, e na Praça do Carmo.

Pai Felipe é homenageado pelos sambistas de Santos até hoje, nas celebrações do Dia Nacional do Samba (2 de dezembro) no local em que ficava o quilombo, hoje estacionamento da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET Santos), na Av. Dona Ana Costa.

Desde as batalhas de confetes, blocos e choros em várias ruas de Santos, nos anos 1940, passando pelos desfiles oficiais nas décadas de 1950 a 1970; os campeonatos regionais dos anos 80 e os desfiles na praia do Itararé, na década de 90; as interrupções dos festejos carnavalescos em 1997 e entre 2001 e 2005; desde 2006 o carnaval de Santos ocorre na Passarela do Samba Dráuzio da Cruz, na Zona Noroeste da cidade.

Anita Malfatti. Samba, 1945.






Casas de caiçaras da Ilha Porchat, cartão postal de 1905.




Caiçaras no Rio do Azeite, em Itariri, região próxima a Peruíbe, por volta de 1925.




Canoa caiçara no Rio do Azeite, por volta de 1925.





# Saberes e quereres caiçaras

O Brasil abriga imensa diversidade socio-cultural, expressa em comportamentos, saberes, línguas, crenças e modos de vida relacionados a ambientes naturais específicos.

Indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caboclos e caiçaras, entre tantas outras comunidades tradicionais vêm, há séculos, estabelecendo vínculos ambientais nos territórios em que vivem, diferentes daqueles que prevaleceram em meios urbano-industriais. Todos esses grupos desempenham papel crucial na proteção da biodiversidade brasileira.

*Caiçara* é um termo de origem tupi, que faz referência a cercas que protegiam aldeias. Os caiçaras são descendentes de indígenas, de portugueses que chegaram ao Brasil a partir do século XVI e, em alguns casos, de africanos escravizados.

Hoje, os caiçaras vivem cercados pelas fronteiras naturais do mar e das serras e também pela industrialização de áreas pesqueiras e expansão urbana. Outro obstáculo ao modo de vida tradicional caiçara é a criação de reservas florestais, que excluem a permanência das comunidades em seus territórios de origem.

Há três comunidades caiçaras na nossa região: Caraguatá (Cubatão), Ilha Diana e Monte Cabrão (Santos). As três têm em comum a área de pesca: o estuário de Santos.

Nas últimas décadas, comunidades caiçaras no litoral paulista vêm engendrando esforços de articulação, organização social e resistência, frente a preconceitos e especulação imobiliária, que vêm provocando a sistemática perda dos espaços materiais e simbólicos de suas comunidades. Tradições culturais como o fandango caiçara, música folclórica com viola e pandeiro tocada em rodas, já consideradas patrimônio imaterial desde 2012, correm o risco de se perder.

Busca-se, ainda, o reconhecimento oficial de outros aspectos típicos dessa cultura, como a canoa caiçara, feita a partir de um único tronco de árvore, criteriosamente selecionado, cortado e trabalhado.

Imagens da página anterior: GERODETTI, João Emilio. Lembranças de São Paulo: o litoral paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. Solaris Editorial, 2000.

# O engenho e a USP

Após deixar de ser um empreendimento dos Schetz, em 1620, o Engenho passa por uma sucessão de proprietários, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

No início do século XX, Benedito Calixto menciona o Engenho dos Erasmos em artigos e mapas e o local recebe uma placa comemorativa, por iniciativa conjunta da Prefeitura Municipal de Santos e de Calixto. Nas próximas décadas, as ruínas ficam praticamente esquecidas.

Em 1943, os terrenos com as ruínas foram adquiridos por Otávio Ribeiro de Araújo, que loteou a propriedade.

A veiculação na imprensa de artigos da historiadora Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula sobre o Engenho São Jorge dos Erasmos, além de seu constante diálogo com o proprietário, culminaram na doação do lote contendo as ruínas à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1958.



PUBLICADO NO "ESTADO DE SÃO PAULO" DE 20.12.1957

DOAÇÃO Á UNIVERSIDADE

*Engenho dos Erasmos: o 1.o Montado no País*

Em decorrencia da publicação, por esta folha, de dois artigos de autória da professora Maria Regina da Cunha Rodrigues, vai a Universidade de S. Paulo receber, em doação do sr. Otavio Ribeiro de Araujo, toda a gleba de terras onde, na antiga Capitania de S. Vicente, Martim Afonso de Souza montou o primeiro engenho de açucar do Brasil.

No ato da escritura, Araújo declarou haver sido o seu gesto "uma resposta ao apelo de uma aluna, depois docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apelo no sentido de que os 'restos' do Engenho de São Jorge dos Erasmos pudessem ser preservados, aproveitados e, talvez, restaurados por uma equipe credenciada".





“

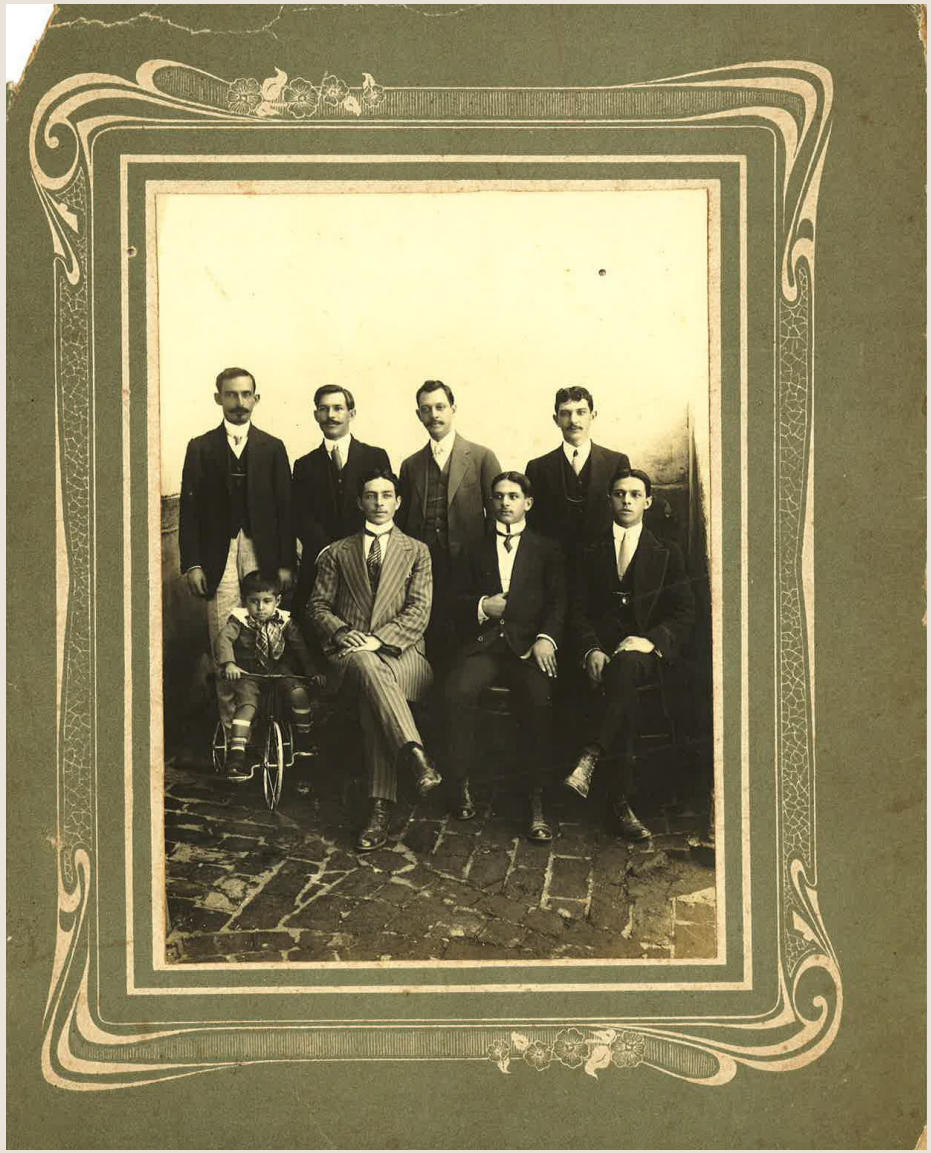
***Ninguém pode negar que a restauração do Engenho São Jorge dos Erasmos é uma obra patriótica, necessária, indispensável. (...) Assim, transformar-se-á num monumento nacional que será também um local de peregrinação, ao mesmo tempo, centro de estudos e motivo de turismo.***

”

Profa. Regina da Cunha Rodrigues.
A Restauração do Primeiro Engenho Brasileiro. O Estado de São Paulo, 10/09/1952.



Docente de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Profa. Dra. Regina da Cunha Rodrigues. Foto: CAPH - Projeto Memória da FFCL/ FFLCH-USP.



Irmãos Araújo. Em pé à direita, Otávio Ribeiro de Araújo. Por volta de 1909/1910, iniciou sua atividade profissional em Santos, titular da firma *O. Ribeiro de Araújo & Cia.*, que mantinha serraria, pedreiras em Santos, São Vicente e Cubatão (Santa Thereza e Voturuá), Acervo RESJE PRCEU USP.



Pedreira Voturuá, uma das três pertencentes a Otávio Ribeiro. Acervo pessoal de Djanira Rangel.



Otávio Ribeiro de Araújo em cerimônia de inauguração da Pedreira Santa Thereza (São Vicente). Junho de 1947. Acervo pessoal de Djanira Rangel.

# Protagonismo USP

Entre 1963 e 1965, foram realizadas prospecções arqueológicas, a restituição de parte da cobertura e consolidação das ruínas. O arquiteto Luís Saia usou modelos de engenhos do Nordeste e reconstruiu o pavilhão, que hoje recebe seu nome. A partir daí, iniciou o processo de tombamento em nível nacional, que foi efetivado em 1963.

> “
>
> ***Diante da originalidade histórica dessas Ruínas, projetos que incentivem a preservação deste bem cultural se relevam não só pela necessidade premente de sua salvaguarda, mas, sobretudo, devido à possibilidade de se reconstituir a identidade de parte significativa do início de nossa história enquanto povo brasileiro.***
>
> Luís Saia (4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). 1960.
>
> ”




Fragmentos do caderno de campo de Luís Saia, 1963-65. Arquivo IPHAN - SP.

Pouco mais foi feito no local, até a década de 1990, quando a sociedade demanda a revalorização do sítio. Somado a isso, intervenções irregulares de terraplanagem, efetuadas pela empresa VIP Empreendimentos Imobiliários, culminaram em ação do Ministério Público.



Área ao redor do Engenho dos Erasmos atingida pelas terraplanagens irregulares, 1987. Acervo RESJE PRCEU USP

A partir de um Termo de Ajustamento de Conduta, novas ações foram realizadas: projeto de contenção das encostas; reparos no telhado do Pavilhão Saia; levantamento topográfico; pesquisas documentais em arquivos estrangeiros; serviços de infraestrutura e obras de drenagem de águas pluviais.

Em 1995, a Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço torna-se a primeira Presidente do Conselho Curador do bem cultural e formula um Plano Gestor para o local, com proposta de uso qualificado para as ruínas.

No ano de 1996, por meio de parcerias com o Museu Paulista e a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), escavações arqueológicas coordenadas pela Profa. Dra. Margarida Andreatta evidenciaram mais de 1.700 artefatos, incluindo material lítico, cerâmica, louça, porcelana, faiança, vidro e metal.

Na década de 2000, sob gestões do Prof. Dr. Julio Katinsky e da Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço, o local passou por importantes intervenções: estabilização das paredes do Pavilhão Saia; escavações arqueológicas no cemitério; construção da Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária; concurso público para dois educadores e formalização de parcerias para ações educativas com as Secretarias de Educação de Santos e São Vicente.

Consolidou-se a abertura do Monumento Nacional ao público e, desde então, quase 200 mil pessoas conheceram de perto o Engenho São Jorge dos Erasmos.




*Portas Abertas: um programa em debate* (2008). A publicação comemorativa do cinquentenário de gestão USP do Monumento Nacional trouxe balanço das ações efetivadas nas últimas décadas e depoimentos de especialistas e frequentadores.

O Engenho dos Erasmos, hoje Órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, está triplamente tombado:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (1963)

-Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT (1974)

- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - CONDEPASA (1990)

# Esquecidas no *tempo dos engenhos*

Maria Cecília França Lourenço

***Acolá está a capela, inteiramente em ruínas, descoberta, caída a frontaria, uns restos da cimalha no chão apressado pelas lagartixas. As outras paredes inda continuam firmes [...]***
(ANDRADE, 2015 [1929], p.310).

***Ruína é, ruína deve ficar. É que as ruínas sempre foram mais eloquentes do que a obra remendada.***
(SARAMAGO, 1995, p.251).

Eram 8 horas do dia 4 de abril de 2022, quando me dirigi à Baixada Santista, para ver a exposição "Ruínas Quinhentistas em Território Milenar", no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos[1] (RESJE). Vivenciei a alegria de retornar a esse lugar ímpar, quando aprendi e dividi ações com os educadores Rodrigo Christofoletti e André Müller de Mello. Assim, foi uma grata surpresa o evento, com curadoria dos colegas Beatriz Pacheco Jordão e André Muller de Mello, elaborada com pesquisa e inovação. Ambos, há pouco me formularam gentil e desafiador convite para realizar este estudo, ante a existência de vários bons ensaios, ações, planos, gestões, projetos e pesquisas concretizadas na longa trilha dos engenhos.

Uma vez mais se fez presente a epígrafe acima do escritor luso, José Saramago, ao entrar nas RESJE, para que permaneçam como estão e façam ações, direcionadas à preservação. Como se tem reiterado, preservar um bem abarca processo longo de salvaguarda, a saber: acolher, conservar, documentar, pesquisar, difundir em muitos setores, com destaque à ação educacional, para favorecer uso qualificado. Assim, finca-se um marco indicativo para que nunca se repitam aspectos lastimáveis, lá advindos, a merecer repúdio, para afastar o desatino de humano explorar outro, como se procurará debater.

A estudiosa Maria Regina da Cunha Rodrigues envolveu-se com a doação do lote onde estão as ruínas, além de estudos e comissões sobre o local. Em trabalho datado de 1960, transcreveu o Relatório do arquiteto Luís Saia, com as intervenções para a salvaguarda dos remanescentes. Saia era então chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e cobriu com telhado parte restante delas, local hoje designado por Pavilhão Saia, em sua homenagem. Incidiram nesse bem uma série de confrontos, com (ou entre) povos originários, a incluir lutas de (e contra) africanos escravizados. Ademais ao ser doado, o Engenho se vitimara por assaltos de outros europeus, pirataria[2], incêndio, saque, mortes, registrados à época por viajantes. Então, o foco aqui não se dirige a diluir asperezas, mas, quiçá, colaborar para rever imagem feminina frágil, como se diria então, apenas atuante na lida 'porta adentro' da casa senhoril.

Na citada exposição, com muita propriedade, Jordão e Mello optaram por se valer de balanço-crítico, a abranger facetas das RESJE e, ressalto, com competente projeto expográfico, dos arquitetos Fernando Uehara e Marco Antônio Ribeiro Alves, da BUMMUB. Esta opção se fez por meio de saberes, formas e imagens, propícias para assinalar os quase cinco séculos de força, resistência e silêncios. No Currículo Lattes a professora Jordão assinalou que, entre os intentos, se deu a "[...] instalação de exposição permanente sobre aspectos históricos, arqueológicos e socioambientais". O professor Mello informou que na curadoria buscaram ativismo em quilombos, segmentos caiçaras e de povos originários. Elegeram projeto capaz de apontar não para uma história dulcificada, mas sim aquela permeada por batalhas, que ainda requerem ação e firmeza no combate. Em gesto imprescindível de continuidade, a exposição foi viabilizada na gestão anterior, da professora Jordão (2018-22), estando atualmente na direção, os colegas da USP Yuri Tavares Rocha e Olga Maurício Mendonça, desde 2022. Penso que, ao se conduzir o bem em sequência universitária e pública, coopera-se para este não sofrer rupturas contratuais e sobressaltos em programas. Ademais, a base acadêmica se baseia na relação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, submetidos a colegiados, assim se distanciar de interesses e

1. *Diário Oficial da União*. (Brasília/DF, 5 de ago. 1963. Nº 6.787. Sec. I.

2. Estudos citam dois deles: em 1591, do inglês Thomas Cavendish; e em 1615, pelo holandês Joris van Spilbergen.

ações veladas, lucro comercial e exploração imobiliária no território.

Por outra parte, consolida-se o espaço do anfiteatro, projeto do colega, arquiteto Júlio Roberto Katinsky, que merece homenagem. Em depoimento recente (por telefone, em dezembro de 2023), se reportou a algumas das preocupações, ao criar a Base Avançada de Apoio Científico para Ensino, Pesquisa e Extensão. A parte inicial, inaugurada em 24 de junho de 2008, se deu com o auditório, em que se situa a exposição. Reiterou que previu situar a edificação em cota bem inferior à do Monumento, visando a imediata fruição do conjunto para quem adentra, o que de fato comove e impressiona. Some-se que elaborou estudos sobre o tipo de moenda, edificações, organizou o Dossiê "Engenho dos Erasmos", ocasião em que convidou especialistas para análises no Monumento, que compuseram número especial da *Revista USP*, iniciativa esta que documenta posições nas variadas áreas, presentes nas RESJE.

A par do mencionado anfiteatro, somam-se outras partes para vários fins, cito local de trabalho, serviços, auditório, biblioteca, que têm ensejado trocas, encontros, eventos com e para grupos; realização sistemática de seminários, dinâmicas voltadas a distinto público. Dada a presença de cemitério no local[3], já investigado por ação arqueológica, a referida exposição aliou diversos meandros da cultura material, documentos, publicações e um aspecto sutil, ou seja, a vida feminina escravizada, de povos vindos da África e aqueles da terra. Visa-se aqui também debater e questionar, além das emudecidas e o respeito à continuidade em iniciativas, deseja-se pensar sobre o porquê do desprezo ante o próprio passado?

Junto com a exposição, ressalto o convite à artista, ativista das causas indígenas, Moara Tupinambá, com obra, a refletir sobre valores, hereditariedade, lutas e vivência desse povo originário. Acrescente a aquisição e incorporação desta ao Engenho, por meio do Programa de Ação Cultural (PROAC). Inserida em nicho singular e bem projetado, o apoio propicia a imprescindível unidade e diversidade das formas, ante os inúmeros setores do saber, que devem englobar atos em patrimônio cultural.

Note-se o recurso usado de diorama, consagrado por mostras em museus de História Natural e que enseja recompor o passado; não faltam povos na época dos sambaquis - depósito de conchas existentes em locais praianos; mapas históricos em mapoteca; registro da diáspora africana, ocupação inicial do território pelos povos originários e seus caminhos, como o Peabiru, a ligar Atlântico ao Pacífico, desde São Vicente até Peru, Bolívia, Paraguai; resistência dos indígenas à escravização, em especial de tupinambás e tupiniquins; formação de quilombos, história do Lagamar Santista, entre tantos a serem lembrados.

3. Ao realizar a citada pesquisa arqueológica (2003), o arqueólogo José Luiz de Morais, do MAE USP, disse à *Agência USP de Notícias*, que o último proprietário, Otávio Ribeiro de Araújo, em 1957, desconfiou de que haveria humanos enterrados e chamou Jayme Caldas, historiador local, para supervisionar escavações, tendo sido crânios localizados.







Somam-se, assim, partes recolhidas do passado, em aspectos educacional, artístico, biológico, arqueológico, ético, arquitetônico. Se antes pessoal técnico e público não dispunham de local para lá fruir o bem, com a construção pela USP da referida Base Avançada a situação se reverteu. Graças à sua existência, vem ensejando múltiplas atividades nas RESJE, a incluir um dos fragmentos da resistente Mata Atlântica, que a circunda.

Entre as variadas ações nas Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos cabe abordar aquela educacional, fundamental, fixada em planos, criativa, diuturna. Outros universitários compõem igualmente esses Programas, a partir de acordo entre a USP e a Universidade Católica Santista (UNISANTOS). Programam-se atividades críticas criadas e renovadas pelos educadores, a cargo, nesta fase recente, de André Müller de Mello, com perspectivas de se completar esse quadro. Escolares de variados locais e faixas etárias se deslocam até o bem cultural, tendo o projeto pedagógico o cuidado de antes compartilhar com seus professores, interesses, conteúdo em que a visita se insere, faixa etária e dificuldades a serem contornadas em cooperação.

Ao ingressar nas RESJE, que dirigi entre 2002 e 2008, fui convidada a formular um Plano pelo Reitor Jacques Marcovitch (1997-2001) e pelo então Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, Adilson Avansi de Abreu. Seguiram a este, os reitores: Adolpho José Melfi (2001-5) e Suely Vilela Sampaio (2005-9). Sem os colegas, que compuseram as equipes assessoras de cada um, não se efetivariam as inúmeras demandas, que as Ruínas diariamente requerem.

Diante de ação tão singular, antes empreendida, ao dirigir as RESJE, durante minha gestão optamos por dialogar, junto a outros setores. Entre as trocas cito, membros do judiciário, do legislativo e de órgãos de preservação na capital e em Santos; docentes universitários, da USP e da Universidade Católica Santista (UNISANTOS) com quem se celebrou acordo de colaboração acadêmica; também busquei contato líderes afrodescendentes e dos povos originários.

De início, tentou-se conversas com vizinhos e grupos atuantes nas imediações das Ruínas. Desejava-se saber o que pensavam sobre o bem, entre algumas questões: o que foi, o que se tornou e o que poderia vir a ser? A seguir estendi as perguntas de meu Plano Gestor a colegas e autoridades. Pude então intuir que os conflitos iam bem além do uso, e apenas o diálogo coletivo teria alguma chance de transformar essa paisagem cultural. Em várias ocasiões, foi necessário rever a rota inicial, ante confrontos, realizada com a determinação de inúmeros colegas, que compartilharam a vontade de se trabalhar com diversos coletivos.

Além da equipe envolvida de educadores, contou-se com o apoio e aliados, presentes em duplo sentido, físico e no projeto, obtendo algo capital: a irrestrita adesão de autoridades, sejam as da USP e as locais, sejam do Ministério Público e órgãos de preservação. Ainda assim, em que pese





a ação incomum, houve perguntas vindas de vítimas da tal sociedade do espetáculo, ou seja, indagando se a USP iria transformar as Ruínas em algo midiático, a gerar filas para ingresso; pior ainda, instalando bar para servir um dos produtos da cana-de-açúcar e, mesmo por que privilegiar escolares e da Baixada Santista? Constata-se assim, que para além das ruínas, diversos descaminhos ruíram com ela, tendo sido eleitos, neste estudo, alguns estudiosos, que igualmente se sentiram vitimados em sua humanidade com a escravização e a violência lá ocorridas.

Autores veiculados nesta investigação compreendem os que considero clássicos e acessíveis para se incentivar perguntas. Procurei reunir estudos de preferência os de acesso digital, dado o amplo alcance e extensão, na atualidade. Tais referências compõem conjunto respeitável, a abranger desde padres vindos no período colonial, até os recentes. Friso que os estudos, projetos e afirmações se deram após os cuidados tomados pela USP ao ter recebido o bem e seguida por gestões significativas de docentes. Nomeio as que até o momento acompanhei, de Katinsky, Vera Lúcia Amaral Ferlini (que esteve na Direção do Engenho entre 2010-18) e Beatriz Pacheco Jordão (Diretora, entre 2019-22).

Procurarei aqui aprofundar a questão feminina, grupo por vezes silenciado, ao contrário de outros. Boa parcela de textos anteriores versou acerca de tratamento, dificuldade, força e subordinação laboral em tarefas masculinas na produção de açúcar, relativa aos povos originários e aos escravizados provenientes da África. Algo curioso: no início os relatos eram fixados em muros, recolhidos por admiradores e, apenas ao surgir a impressão foram editados, daí haver se perdido parte deles.



Romancistas, jornalistas e poetas antes notaram o papel das mulheres, em tarefas domésticas e moradias nas casas de engenho, parte desses escritores aqui lembrada nas epígrafes a encabeçar os subtítulos, deste estudo. Assim consagrou-se que a função feminina incluiria desde ama-de-leite até demandas senhoris em amplo espectro, daí não se repeti-las neste texto. Ademais, as imagens de servidão foram temas de artistas viajantes europeus dos Anos 1800, em olhar vazado de assombro e diverso daquele Seiscentista de Frans Post[4]. O deste resvala em cumprir a tarefa de documentar a terra para seu contratante Maurício de Nassau.

## Expedição lusa marcou o início de edificações

*"O açúcar já se acabou?*
*..... Baixou*
*E o dinheiro se extinguiu?*
*.....Sumiu*
*Logo já convalesceu?*
*..... Morreu."*
(Gregório de Matos,
"Juízo anatômico da Bahia")

O escritor Gregório de Matos, conhecido por 'Boca do Inferno', atuante no século 17, surpreende a cada nova investigação[5], por seu caráter inovador tanto na forma quanto no conteúdo crítico, como se constata na epígrafe acima, quando alude ao sumiço da fortuna obtida com o açúcar, que ficou longe daqui. Enfatizo o enorme esforço efetuado por gerações para se reportar a um tempo bem distinto de hoje, na busca de desvelá-lo e receber lições com seus acertos e desvios. Reitere-se que o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos se alinha entre os raros engenhos restantes, não apenas no país, cabendo engendrar e renovar ações preservacionistas. Como bem assinalou Marc Augé: "Contemplar umas ruínas não é fazer uma viagem na história, mas sim viver a experiência do tempo puro (2003, p. 24)".

Ocorrências no período pós-chegada oficial[6] dos europeus em nosso território possuem elementos contraditórios. No entanto, convergiram de que o atual Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos constituiu um dos primeiros voltados ao fabrico do açúcar, iniciado com a vinda do fidalgo português Martim Afonso de Sousa, que recebeu a missão do então Rei de Portugal e Algarves, D. João III, para defender este território. A primeira edificação lusa em argamassa e pedra foi o Forte São João, indicativa dessa finalidade. Trata-se de uma entrada marítima, que liga a Barra de Bertioga diretamente a São Vicente. Possivelmente se almejava obter recursos, até para manter as enormes áreas sob jugo da referida Coroa, na expansão oceânica[7].

Imagens de viajantes documentaram as etapas desde a colheita da cana, à moagem por tração animal ou água, chamado real; branqueamento por fervura do caldo cozido em tachos e resfriados nas formas de cerâmica, ditas pão-de-açúcar[8], atividades fixadas por diversos autores, como se tentará valorizar. Capistrano de Abreu em sua obra "Capítulos de História Colonial" (1907) chama a atenção para a questão da localização preferencial dos engenhos: "[...]. Nas várzeas surgiam canaviais e engenhos" (1982: 53).

Selecionei enfrentar a questão de buscar o "tempo puro" (AUGÉ), nas ruínas, logo distante daquele histórico cronológico, ou seja, o do dia-a-dia. Assim, investiguei a lida feminina, tanto na plantação da cana de açúcar, quanto no fabrico de açúcar. O caro colega da FAU USP Mário Henrique Simões D'Agostino, que partiu bastante jovem, formulou pensamento oportuno sobre atos e ilusões, associando humanos às ruínas: "Testemunhos da precariedade das ações e da imprevisibilidade do porvir, as ruínas parecem deslustrar as ambições de fama imortal (2003, p. 127)".

Carta de um dos feitores, localizada em pesquisas nos arquivos belgas, pelo padre Carl Laga[9] fixou a existência das seguintes edificações: "[...] casa muito grande de 6 lanços e uma senzala com uma ferraria, todas providas com baluartes, e ainda duas casas cobertas de telhas, muito boas e fortes [...]". Acrescentou que a altura das partes era similar e foram agrupadas, o que para ele, ajudaria na defesa, assim sugerindo haver essa provável apreensão. (1968, p.416). Em análise distinta, o colega ativo no tema preservação[10] Nestor Goulart Reis afirmou sobre as RESJE, que estas "[...] não conservam detalhes arquitetônicos, que nos permitam uma comparação mais eficiente com outras informações" (1999, p.70). As edificações do Engenho foram feitas por blocos semitalhados de rochas em granito nas paredes e divisões internas, fator a colaborar para a resistência de partes, como assegurou o professor Aziz Ab'Sáber (1999, p.13).

O então Pró-Reitor de Cultura e Extensão, Adilson Avansi de Abreu, no Dossiê da *Revista USP* (1999, p.8), registrou que a assinatura de doação para USP pelo então proprietário Octávio Ribeiro de Araújo se deu em 31 de janeiro de 1958, em Santos. Seguiu-se longo caminho de esforços, liderado pela USP, associado a figuras locais, com exames

4. Frans Post (1612-80), pintor neerlandês, compôs a comitiva de Nassau, chegada em 1637, na cidade de Recife/PE. Cabia-lhe fazer e reconstruir engenhos de açúcar, além de outras iniciativas, lucrativas.

5. Cito, dedicados ao período colonial e/ou ao poeta: Alfredo Bosi, João Adolfo Hansen, José Miguel Wisnik.

6. Entre os que antes de Afonso de Sousa chegaram e os já citados, aqui estava João Ramalho, com plena inteiração junto aos tupiniquins, tendo colaborado para aproximação com os portugueses.

7. Como bem frisa a especialista em economia açucareira Vera Lúcia Amaral Ferlini; "[...] Portugal fora ponta de lança da expansão ultramarina" (2009, p.238)

8. Daí o nome do Morro no Rio de Janeiro, que lembra seu formato.

9. A estudiosa do Monumento, a profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues escreveu na Revista de História v. 21, 1960 que em 1956 o cônsul brasileiro Henrique de Araújo Mesquita a seu pedido, assim como, em 1960 o professor Hermann Kellenbenz, da Universidade de Erlangen-Nürnberg pesquisaram nos Arquivo Reais da Antuérpia.

10. Entre tantas iniciativas e concretizações realço a criação da então Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) USP.

apurados e investigações, a incluir histórica, arquitetônica, sociológica, educativa, biológica, arqueológica, garantindo-se fidelidade e abertura para ser levada adiante por grupos especializados. Considere-se que cada nova iniciativa pode incentivar desdobramentos nas áreas de conhecimento, indispensáveis para gerar ações voltadas aos múltiplos setores, nesse patrimônio cultural brasileiro[11], entre os mais antigos e um dos raros sobrevivente, não apenas aqui, testemunho ímpar do passado colonial.

Integraram a expedição de Martim Afonso de Sousa[12], entre tantos, seu irmão Pedro Lopes de Sousa, Francisco Lobo, o piloto-mor Vicente Gonçalves, o padre Gonçalo Monteiro[13], como se tem divulgado e outros, de Johan Van Hielst (ou Veniste), representante em Lisboa da casa comercial da família Schetz (ou Scheter), da Antuérpia, o segundo proprietário[14]. Contava com pessoal capaz de erguer Câmara de Vereadores, Pelourinho, Cadeia Pública, Igreja, além de engenho.

Dado sobre a viagem, com muitas versões, dá conta de que Martim Afonso de Sousa ao chegar trouxera ferramentas, sementes, mudas e animais domésticos. Consta mesmo que, na Armada saída de Portugal, havia gado bovino, talvez o primeiro que entrou no Brasil - e alfaias para exploração das terras, prática que foi comum na colonização portuguesa. Sublinhe-se que ao fundar São Vicente (1532) instituiu vários setores, para controle das terras, a gerar punição aos que não se sujeitassem às ordens e à catequese cristã, envolvida em diminuir diferenças religiosas e em hábitos.

Outra fonte sobre o período foi o beneditino Frei Gaspar Madre de Deus, já que filho de senhor de engenho, em São Vicente, ele se baseou em seu próprio cotidiano e igualmente na pesquisa em arquivos, registrados no texto "Memórias para a História da Capitania de São Vicente", publicação lançada em 1797, quando relatou sobre os nomes das atuais Ruínas, indicativo de que havia uma série de outras construções. O primeiro, quando Martim Afonso de Sousa mandou erigir, foi nomeado Engenho do Senhor Governador e este, ao criar iniciativa comercial, passou a ser identificado por Engenho dos Armadores do Trato.

11. Conquistou tombamento nas três instâncias: na Federal, em 2 jul. 1963, pelo atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Proc. 678-T, inscrição n.º 360, Livro Histórico, fl. 59; a seguir, em 1973, pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) o Proc. 362/73; e, mais recentemente (jan. 1990), listado pelo órgão santista, CONDEPASA (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos), Livro Tombo 01, inscrição 07, fl. 2, Proc. 1673, Resolução SC 01/90.

12. Convergem autores, que compuseram a viagem cerca de 400 pessoas e cinco embarcações: as naus nomeadas por Capitânia e São Miguel, o galeão São Vicente e as caravelas Princesa e Rosa.

13. De acordo com informe governamental, data de 30 de junho de 1535 a criação da Paróquia de São Vicente, cujo dirigente foi o Padre Gonçalo Monteiro, vindo com esquadra de Martim Afonso de Sousa. Disponível em: https://www2.itanhaem.sp.gov.br/turismo/as-capitanias-hereditarias/. Acesso em 30 jan. 2024.

14. Segundo Frei Gaspar Madre de Deus, o terreno depois pertencera a Rui Pinto (2010, p.46).



Frei Gaspar esclareceu que a citada companhia servia para importar: "[...] as drogas da Europa, que se haviam de vender aos portugueses, e eles aos índios [...]" (2010, p.69). O Frei igualmente teria se baseado nos "[...] livros das Vereações de S. Vicente. Firmou que Martim Afonso, Francisco Lobo e o piloto-mor venderam suas partes ao alemão Erasmo Scheter; ultimamente os filhos deste dono compraram também o quinhão de João Veniste, e por isso ficou chamando Engenho São Jorge dos Erasmos" (2010, p.68). Ao mencionar 'ultimamente' no citado texto, seria difícil concluir que a aquisição dos herdeiros se dera apenas no século 18, quando saiu a edição inicial. Ou se referiria à data de estudos?

Destaque-se que engenhos de cana de açúcar foram implantados em inúmeras regiões do território, sendo peça essencial do colonialismo. Assim, como bem formulou o colega da FAU USP Ruy Gama, em desdobramento de sua Tese de Doutorado "Engenho e Tecnologia" (1978): "[...] Quanto à tecnologia dos meios de trabalho, diríamos, sem medo, que a primeira máquina a ser usada no país foi a moenda de cana de açúcar. Sua construção e os aperfeiçoamentos foram, todavia, oriundos da prática [...]" (1990, p.48).

O açúcar constituía, no século 16, uma espécie de ouro, manejado pela primeira produção fabril, a englobar afazeres com feitores, mestres de açúcar, e deploravelmente, exploração de escravizados, sejam povos originários locais, sejam negros oriundos da África. De acordo com vários autores, os indígenas logo deixaram esse fazer, ao não se adaptar com o sistema de mando, jugo e escravização.

Sem dúvida, em face das circunstâncias, os produtos então retirados apontavam para diversos fins e, como registrou o professor Katinsky, o interesse pela cana de açúcar, sucedeu aquele dirigido ao "[...] pau-brasil [...], peles, e animais estranhos aos olhos europeus. O pau-brasil não era prezado pelas características mecânicas, mas pela tintura que dele se podia extrair" (1999, p.42). Segundo Fernando Novais, além de aspectos mercantis, esteve em foco estratégia "[...] antes de tudo política: visava-se, através do povoamento, preservar a posse já então disputada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses". (1979, p. 55).

A seguir, Martim Afonso foi convocado para outra função e regressou ao reino em agosto de 1533. No seguinte (1534), partiu para Índia, por três anos, como capitão-mor do mar. Para gerenciar seus negócios vicentinos, fez a nomeação oficial de sua mulher, Ana Pimentel, iniciativa singular, até mesmo, para aquelas ligadas à Coroa. Como bem afirmou Ronaldo Fainas, sobre a presença de brancas, estas seriam em pequeno número no então acanhado litoral do século 16, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais e depois aos maridos (1997, p.115).

Pimentel, integrara a expedição, além de ser autoridade no Engenho e procuradora para seus negócios no Brasil, com o apoio dos jesuítas, colonos e gente fidalga, integrara a expedição.



Testemunhos de época afirmaram que ela fez prosperar a vida em São Vicente, fundara o Hospital da Misericórdia e teria ficado entre 7 e 9 anos à frente da donataria. Lembram também a iniciativa no plantio de arroz e introdução da laranja.

Quanto à fartura de arroz na capitania de São Vicente mencionaram-na, entre outros, os freis Gaspar da Madre de Deus, Vicente do Salvador e Gabriel Soares de Sousa. Como asseguram várias fontes, nessa função permaneceu por longo período, até 1549, ano em que o Brasil passou a ter um governo-geral com Tomé de Sousa. Ainda ao final de 1540 localizara-se documentos por ela assinados. A decadência na produção açucareira adveio de muitas dificuldades, a incluir saques. Em pesquisa cuidadosa, o professor Eddy Stols, ao investigar em fontes europeias, arrolou o desinteresse da segunda e terceira gerações de herdeiros, depois voltados a outras iniciativas comerciais. Além disso houve "[...] a malversação da propriedade por feitores desonestos ou ainda as implicações das hostilidades entre espanhóis e holandeses como a interrupção das comunicações ou a destruição por Joris Van Spilbergen (1968, p.410).

Alcebíades Estevão Furtado, paraense, advogado e escritor, ligado ao Instituto Histórico e Geográfico (IHG) e, desde 1910, diretor do atual Arquivo Nacional, publicou "Os Schetz da Capitania de São Vicente" (1913), com ênfase nas boas relações da família com os padres e os problemas para se prosseguir no fabrico açucareiro. Mencionou haver ainda cerca de 600 colonos e vultuosa quantidade de escravos. Informou que, naquele tempo da sociedade, Armadores do Trato, exportava açúcar da Capitania e importava-se gêneros do então Ducado de Brabante e o Condado de Flandres, ambos, hoje ao norte da Bélgica. Na pesquisa de documentos contatou que por 35 anos a administração do Engenho esteve a cargo de João Baptista Maglio (1913, 96).

Podem ter pesado na derrocada da comercialização do açúcar, os confrontos de natureza religiosa e comercial, quando entre 1578 e 1640, Portugal passou ao domínio espanhol, etapa esta nomeada União Ibérica. Na Espanha, o Rei Felipe II se opunha aos países que se tornaram protestantes, envolvidos no comércio, em especial pelo Oceano Atlântico, neste caso, Holanda e Inglaterra. Esse dado cooperou também para o colapso e comprometimento do lucro. O agravamento piorou quando, entre 1630 a 1654, os holandeses invadiram o norte do país, tendo à frente Maurício de Nassau, o que acirrou a questão comercial.

## Lucro sustentado pela escravização

***"Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão[...]"***
Luiz Gama In: Gazeta do Povo, em 1º de dezembro de 1880.

O padre jesuíta André João Antonil pormenorizou o fazer nos engenhos

e o papel árduo das mulheres escravizadas, vindas da África. Enviado para cá, em 1681, para a catequese, redigiu texto editado em 1711, em Lisboa, "*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*", tão detalhada que a Coroa lusitana resolveu confiscar os exemplares, para evitar o interesse de outros na obtenção das riquezas. Apenas em 1837 surgiu o livro, no Rio de Janeiro. Como assinalado, preparação, limpeza e colheita nos canaviais ficavam por conta das mulheres escravizadas. E adiciona: "Assim os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana, porém comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes" (2011, p. 129).

Antonil narrou as ocupações femininas, atestando que a moenda se constituía no lugar mais arriscado, tendo formulado a frase sempre lembrada: "[...] os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente." (2011, p.105). Sobre a atividade das mulheres na moenda, na edição efetivada pelo Senado Federal (2011), destacou outra função feminina: esta serviria "[...] para tirar as segundas e terceiras escumas do seu próprio parol e torná-las a botar na caldeira uma escrava, a quem chamam, por alcunha, a Calcanha" (2011, p. 148). Detalhou cada um dos fazeres:

> ***As escravas de que necessita a moenda, são sete ou oito, a saber: três para trazer cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco, e para limpar o cocho do caldo (a quem chamam cocheira ou calumbá) e os aguilhões da moenda e refrescá-los com água para que não ardam, servindo-se para isso do parol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai do aguilhão, como também para lavar a cana enlodada, e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E, se for necessário botá-lo em parte mais adiante, não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que a ajude, porque, de outra sorte, não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda. (2011, p.138).***

O jesuíta acrescentou outros encargos na Casa de Purgar, ou seja, lugar em que, por meio de lento processo, o açúcar pouco sólido era trabalhado até secar e branquear. Contava com quatro escravas que trabalham nas formas, nomeadas por pão de açúcar, tanto para preencher quanto para lavar (2011, p. 165). Igualmente aborda a ação no balcão com escravas, de acordo com Antonil, as mais experimentadas e chamadas "Mães do balcão", encarregadas de mascavar e de secar o açúcar" (2011, p. 165).

Assinale-se, entre os estudos, o do professor alagoano Manoel Diegues Júnior, que examinou a questão dos engenhos, dando atenção aos aspectos laborais. Em seu primeiro livro, "*O banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*" (1949), arrolou os seguintes trabalhadores para a moagem: "[...] machadeiros, cortadores de cana, cambiteiros, capineiros, amarradores de cana, vigias; são ainda carreiros, estribeiros, vaqueiros, oleiros, pedreiros, ajudantes de carroça" (2006, p. 31). Baseou-se, para o título de seu livro, no poema, "Banguê" do conterrâneo Jorge de Lima, inserido ao final do livro. A palavra "banguê" se utiliza nos engenhos de açúcar e refere-se a suporte feito de cipó para levar o bagaço da cana. O poeta lamentava a troca dos engenhos por usinas e em trecho abaixo nomeia funções na moenda:

> ***[...] Cadê a bagaceira que desapareceu?***
> ***Os cambiteiros que traziam a cana,***
> ***Os caldeireiros remexendo o caldo,***
> ***O fornalheiro, o mestre de açúcar,***
> ***O maquinista, o homem da moenda,***
> ***Cadê tudo isso? [...]***

Outro a abordar o tema, conhecido como primeiro historiador do Brasil, o sorocabano Francisco Adolfo Varnhagen, relatou uma espécie de jurisprudência firmada, como esclarece sobre o tratamento oficial ante as aprisionadas "[...] se assim se pode chamar" (1877, p.45,) sendo que de imediato se reduziam a escravas. A vil reação se deu tanto naquelas vindas da África quanto em povos originários, incluindo as que fugiam e as que pertenciam a povos subjugados. O historiador advertiu que, apenas em casos de indígenas grávidas, se atenuava a punição, desde que estas não tivessem se envolvido em combates, contra os portugueses e, mesmo, feitores.

Tendem inúmeros autores de que inicialmente na lida no engenho se utilizou indígenas. Darcy Ribeiro, em seu clássico "O povo brasileiro" (1995), acrescenta razões para a mudança na utilização destes, por escravizados vindos da África, em particular na extração de pau-brasil. Argumenta que nos primeiros contatos havia troca de tarefas deles por ferramentas e mesmo as ditas bugigangas, mas, depois houve resistência e nomeia: "[...] queriam melhor retribuição [...] os paus-de-tinta ficavam cada vez mais escassos e longínquos; [...] as roças [...] tinham que ser cada vez maiores, dado o aumento crescente do número deles" [...] (1996, p. 92).

Ribeiro afirmou que a entrada inicial dos escravizados provenientes da África teria ocorrido "[...] nos últimos anos da primeira metade do século 16, talvez em 1538 (1996, p. 161)". A prática se estendeu até o século 19, com a nomeada "Libertação dos escravos" (1888), porém precedida por ações anteriores nessa direção[15]. Assim, o período inaugurou a escravização, lembrando que Portugal, antes já se valera de escravos[16], com pessoas comercializadas, tidas como mercadoria, assim, distante de tratamento adequado nas formas de

15. Entre estas deliberações anteriores cito: "Lei Feijó" (1831), que proibia a importação de escravizados no país, além de declarar livres todos os que foram trazidos para terras brasileiras a partir daquela data. "Lei do Ventre Livre" (1871) a ordenar dois aspectos significativos: 1) os filhos de escravizados nascidos a partir da promulgação da Lei seriam considerados livres; 2) os senhores deveriam fazer uma matrícula de seus escravos, de modo a se controlar desvios.

16. A dolorosa escravização abarcou longo período, pois na Antiguidade egípcia já ocorria. Segundo se consagrou, entre os séculos 14 e 19, esteve vigente em Portugal, tendo a primeira transação comercial nesta se dado em 1444.



trabalho. Documenta que os registros mostram o crescimento do número de escravos índios trabalhando para os donatários e que havia perto de 3 mil escravos em seis engenhos de açúcar (1996, p.92).

A partir de cerca de 1980 ampliaram-se estudos, com aportes baseados em arquivos, valiosos para se rever a História. Quem sabe isto se relacionou ao momento histórico com clamores pelo fim da Ditadura Civil-militar (1964-85), pois a liberdade estava abalada e rever tal período sem dúvida espelha tais tratamentos. Ademais, criaram-se novas abordagens históricas, ligadas ao cotidiano, que ajudaram a inscrição do escravizado nos estudos, inserindo-o como agente no país. Enraizaram-se reflexões sobre efeitos sociais, laborais, culturais, entre tantos. Ribeiro estende a questão, quanto à realidade e quem mereceria ser retratado na História, aludindo que "[...] as mulheres, nesse contexto, eram captadas não só para o trabalho agrícola, como "[...] para a gestação de crianças e para o cativeiro doméstico" (1996, p.100).

O pintor e pesquisador uruguaio sobre as questões vicentinas, Carlos Fabra, na obra "São Vicente nos primeiros tempos" (2010), discorreu sobre a acuidade em se relativizar e sempre se revisar a História já consagrada. O texto foi elaborado junto ao Instituto Histórico e geográfico de São Vicente (IHGSV), com base documental. Assim, investigou datas, atores e a antecedência na chegada de Martim Afonso de Sousa. Chamou a atenção para dois fatores: de um lado o sentido de liberdade dos indígenas, no tocante à escravização; de outro, a ação dos jesuítas, que se sentiam prejudicados na pretensa catequese junto a estes (2010, p.104). Significativa também a formulação do historiador Boris Fausto, no livro "História do Brasil" (2013), na análise sobre a diminuição de escravos indígenas, acrescentou: " [...] em 1562 e 1563, surtos epidêmicos foram responsáveis pela morte de cerca de 60 mil indígenas" (2013, p.46)

Stuart Schwartz inseriu informes em seu estudo, "Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835", sobre as mulheres. Afirma que a elas cabia, plantio, colheita e realização de alimentos e mais: agricultura era quase exclusivamente um trabalho feminino (1988. p.42).

Pontuou que, por volta de 1570, o preço de um escravizado africano, mesmo não qualificado, era o triplo de um indígena, mesmo o assalariado para as mesmas tarefas, pois a remuneração se fazia, entre outras por remuneração diária com roupas e bebidas. Traz dado polêmico: "[...] no período em que os indígenas predominavam nos engenhos, o nível de produtividade era relativamente baixo, em parte por causa da grande proporção de mulheres e crianças na força de trabalho escrava." (2018, p.230-1)

Relativo à procedência dos africanos, chegados no século 16, de acordo com o historiador Boris Fausto, viriam da Guiné (Bissau e Cacheu) e Costa do Marfim, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé e no seguinte, "[...] forneceram o maior número de escravos. Do século 16 em diante, vieram de regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – que se tornaram centros relevantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda; (2013, p.47). Vera Lúcia Amaral Ferlini na obra "Terra, Trabalho e Poder" narrou que a posterior produção canavieira de São Paulo passou a ser beneficiada "[...] com o declínio da mineração, as revoltas no Caribe e a desarticulação do tráfico negreiro para várias regiões." (1988, p.220).

Maria Odila da Silva Dias, neste século, chegou à acurada pesquisa e afirmou que "[...] tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livraram dos castigos violentos – como os pontapés na barriga aplicados pelos capatazes – que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte do bebê dentro da mãe" (2012, p. 337). Dado diferenciado por ela aborda sobre mulheres escravas mais velhas "[...] que moravam sós em quartos de aluguel, com a permissão das donas, e amparavam seus filhos e netos. Deviam às proprietárias, cada semana, uma certa quantia estipulada ou, mais comumente, quatro dias de jornada, guardando os outros para si. " (1995, p. 125-126)

Na atualidade felizmente a escravidão vem sendo repudiada por variados pensadores e, em especial, em trabalhos acadêmicos, alguns dos quais arrolados em destaque nas referências bibliográficas abaixo. Constituiu também um ciclo econômico bastante estudado e debatido, e como lembra Milton Santos: "A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país. Mas trata-se de um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país. (1996-7, p.135). Memorável a afirmativa de Jacob Gorender: "Jesuítas, beneditinos e carmelitas, como já dito, adminis-

travam propriedades com milhares de escravos" (2016, p.76-7).

Não obstante os lucros obtidos com o açúcar, os engenhos entraram em declínio de forma que as terras do Engenho dos Erasmos passaram por inúmeros proprietários - segundo Frei Gaspar Madre de Deus, o terreno antes pertencera a Rui Pinto (2010, p.46). Assinale-se o interesse do mercado imobiliário, ante a expansão urbana na zona noroeste, em que se situa. O conjunto remanescente construtivo foi também alvo de intempéries naturais e imperícia humana. Especialmente na questão da produção açucareira, cabe lembrar a imensa quantidade fabricada no período colônia. Como afirma Jacob Gorender "[ ...] os maiores engenhos do Brasil colonial produziam entre 150 e 250 toneladas de açúcar por ano, ao passo que são comuns hoje as usinas que fabricam 60 mil toneladas anuais. (2016, p. 128).

Tantas variáveis qualificam o fato que este antigo engenho em foco sobreviveu, ao contrário dos demais situados na região, ou mesmo entre tantos erigidos no país, desaparecidos, como se registrou, ante o mercado imobiliário, negócios mercantis, desinteresse atávico ante o passado, entre tantos fatores. Ressalte-se o cuidado de vários proprietários, que colaboraram para evitar que esse bem não sucumbisse, até ser passado para a USP. Lembro a definição acima, do caro colega, conhecido por Maique, que partiu cedo, em que apontou como as ruínas alertam sobre a imperícia no agir e a efemeridade humana, em contraste com perenidade de outros, sejam pedras, plantas e, mesmo, espécies.

## Considerações finais

*[...] Em usinas escuras,*
*homens de vida amarga e dura*
*produziram este açúcar*

*branco e puro [...]*
"O açúcar". Ferreira Gullar

O Monumento Nacional Ruínas Engenho dos Erasmos desafia e saúda distinto público que adentra em seu campo, para visita qualificada e programas em inúmeras áreas do saber, em continuidade na ação e na gestão de professores, desde o final do século passado. Ademais, há muito comovem gerações, em particular na atualidade, quando boa parte dela se interessa e bem discute a questão colonialista, que arriscou apagar outras culturas étnicas. Talvez isto se deva pelo fato de que as Ruínas constituam marcas a nos unir neste momento em que restam confrontos, tendo inaugurado nefasta polarização entre proprietários versus escravos. Após o primeiro olhar e de forma generosa, o visitante é acolhido na Base Avançada e convidado a rever esse tempo longínquo e a compor programas, em várias áreas do saber.

Formulei três questões ao ingressar na direção do Monumento e para diferentes segmentos de vizinhança deste bem cultural, que repito aqui: 1. O que as Ruínas foram? 2. No que se tornou o local? 3. O que poderia vir a ser? Tentou-se registrar de maneira sutil, vale dizer, sem apontar o dedo em riste para os enormes obstáculos, em especial por interessados em dispor desse terreno. Estes me respondiam que não foi nada de importante o que lá se passou, levando-me a deslocar para os outros aspectos. Neste estudo tentei trazer as batalhas das mulheres no trabalho, já na chegada no dito Novo Mundo, valorizando também a figura de Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso de Sousa, até mesmo, para fugir da mera polarização: fidalga versus escrava. O maior realce foi para as mulheres voltadas ao plantio, fabrico e exportação açucareira.

Contrastes sociais se mantêm e no desejo de um papel transformador da educação, também na questão social, defendi a difusão qualificada do ensino, sendo o Monumento Nacional Ruínas Engenho dos Erasmos local privilegiado para ações pedagógicas em inúmeras áreas, como se buscou demonstrar. Este patrimônio, sem dúvida, se constituiu em um dos mais antigos, tendo inaugurado o ciclo agrário, fabril, exportador açucareiro e abriga remanescentes seculares. Cabe frisar: mulheres indígenas e africanas escravizadas, ou não, trabalharam nessa atividade agrícola, embora esquecidas na maioria dos estudos.

Assim, ao menos, procurei apostar em contrariar demandas opostas à convivência humana, compartilhada com diferenças étnicas, éticas, etárias e racialistas, aliadas a outras meramente mercantis e fundiárias, dessa imensa leva de setores em disputas por posse e poder, de que o Engenho é testemunho. Neste texto buscou-se dar relevo a várias questões, sendo a primordial se incluir negros e povos originários, como figuras históricas e entender a complexa trama do porquê de terem sido silenciadas. Concomitantemente, a defesa de programas educativo-culturais. Defendi o complexo conjunto, como uma maneira primordial para se preservar e se avançar no sonho de futuro, de respeito entre seres vivos.

Graças a incontáveis fatores e programas aqui selecionados, a USP tem batalhado para se ter cidadãos protagonistas, críticos, entendendo a função admirável de se preservar e refletir sobre o passado, coligada à gestão de professores, sempre apoiados por Conselho. Longa vida às funções ativadas no Monumento Ruínas Engenho dos Erasmos, levadas com esmero por inúmeros povos, vindos de distintos continentes. Essa marca gerou aspectos vivazes, a serem preservados, com constância, empenho e, em especial, ao se constatar a solidez de princípios, que lá se encontram amalgamados.

Interessou registrar a seriedade permanente dos trabalhos transdisciplinares e congregados para essas Ruínas, com foco em várias memórias sobre o período colonial. Antes pertenceu a São Vicente e, agora, situa-se no município santista, próximo à divisa entre ambas as cidades. Enfatizo, graças a tantas ações e personagens, se garantiu a preservação do bem, não se esquecendo da população escolar. Espera-se, desta forma, que as evidências restantes trilhem vias incomuns, em especial aquelas frutuosas, contrapostas às tortuosas e escravistas. Assim, se insinua indício de trato distinto do passado, não aquele edulcorado e ingênuo, mas firmado em estudos

para que não se repitam descaminhos e desvios antes traçados.

Procurou-se também sublinhar que, longe da tal sociedade do espetáculo, a preservação advém de zelo cotidiano, sem se voltar aos tais shows midiáticos, vazados por quantificadores reducionistas, que apenas buscam número de visitantes, extensão territorial, lucro, prejuízo, entre tantos desatinos. Ao contrário, destacaram-se iniciativas ímpares para se avivar a humanidade do local. Ademais de esforços deletérios, a prática pública na escolha de educadores por processo seletivo transparente, se mostrou barreira eficiente contra se favorecer aliados, parentes e apadrinhados.
As ações junto às Ruínas muito têm tributado para que aspectos fulcrais não tenham desaparecido, assim como outros, a envolver personagens combatentes, embora tenha sido tantas vezes obliterado pela coletividade. Por último, sublinho o papel autônomo e técnico, para que esse bem cultural seja respeitado como um algo inalienável, efetuado por diferentes protagonistas, provenientes de variadas áreas especializadas, nos órgãos de preservação (locais, regionais e nacional).

Obrigada pelo convite e, ao leitor, por me acompanhar nestas inquietações*.

***Ciça, Verão 2024.***





**As referências bibliográficas deste texto encontram-se no final do catálogo, a partir da página 160.*

Acessar referências bibliográficas

**Maria Cecília França Lourenço** é Historiadora e museóloga, Professora Aposentada Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), lidera o Grupo Museu/Patrimônio e é Editora do Dossiê Revista ARA FAU USP. Dirigiu a Pinacoteca do Estado/SP, o Centro de Preservação Cultural/CPC USP, o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU USP), o Laboratório de Modelos Tridimensionais e o Departamento de História (ambos da FAU USP).

# O mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendajú

“

*Qualquer estimativa da população global indígena em 1500 terá de levar em conta fatores históricos, tais como efeitos diferenciados das doenças sobre povos distintos e os movimentos espaciais de grupos indígenas em decorrência do contato, entre outros.*

John Monteiro. A Dança dos Números, in Tempo e Presença, São Paulo: CEDI, ano 16, n. 273, 1994

”

Segundo o Censo IBGE 2010, os mais de 305 povos indígenas somam 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, correspondendo aproximadamente a 0,47% da população total do país.

**Curt Nimuendajú e o mapa etno-histórico**

O jovem Kurt Unckel (1883-1945) migrou da Alemanha para o Brasil aos 20 anos e, não muito tempo depois de chegar ao País, decidiu viver entre os Apapocuva-Guarani na região do Rio Batalha (SP). Após passar por um ritual de batismo nessa comunidade, recebeu o nome indígena que adotou oficialmente, Nimuendajú – "*aquele que fez sua morada*". O primeiro nome foi "abrasileirado" para Curt, e, em 1922, ele se naturalizou brasileiro.

*"Não é um pesquisador que vem e observa as coisas da varanda para o centro da aldeia, mas alguém que cria uma relação muito densa e forte com essas populações. Curt realizou uma etnografia radical, solidária, comprometida com os índios e a defesa de seus interesses".*

João Pacheco de Oliveira, antropólogo, professor e pesquisador do Museu Nacional

Por onde passava, o pesquisador se esforçava para aprender a falar e documentar a língua falada pelo grupo estudado.





“

*"O mapa de Nimuendajú é um gigantesco banco de dados sobre a distribuição no espaço e no tempo das tribos indígenas brasileiras. É testemunho do estado da arte da etnologia de seu tempo. Foi artesanalmente elaborado com os recursos da época, o desenho a nanquim. Reúne, em sua última versão, praticamente toda a literatura então disponível para a identificação do nome das tribos indígenas brasileiras atuais e extintas, conhecidas até a data sua elaboração, sua classificação linguística, sua localização atual, sua localização histórica e, em muitos casos o sentido de suas migrações."*

George Zarur, em 1981.

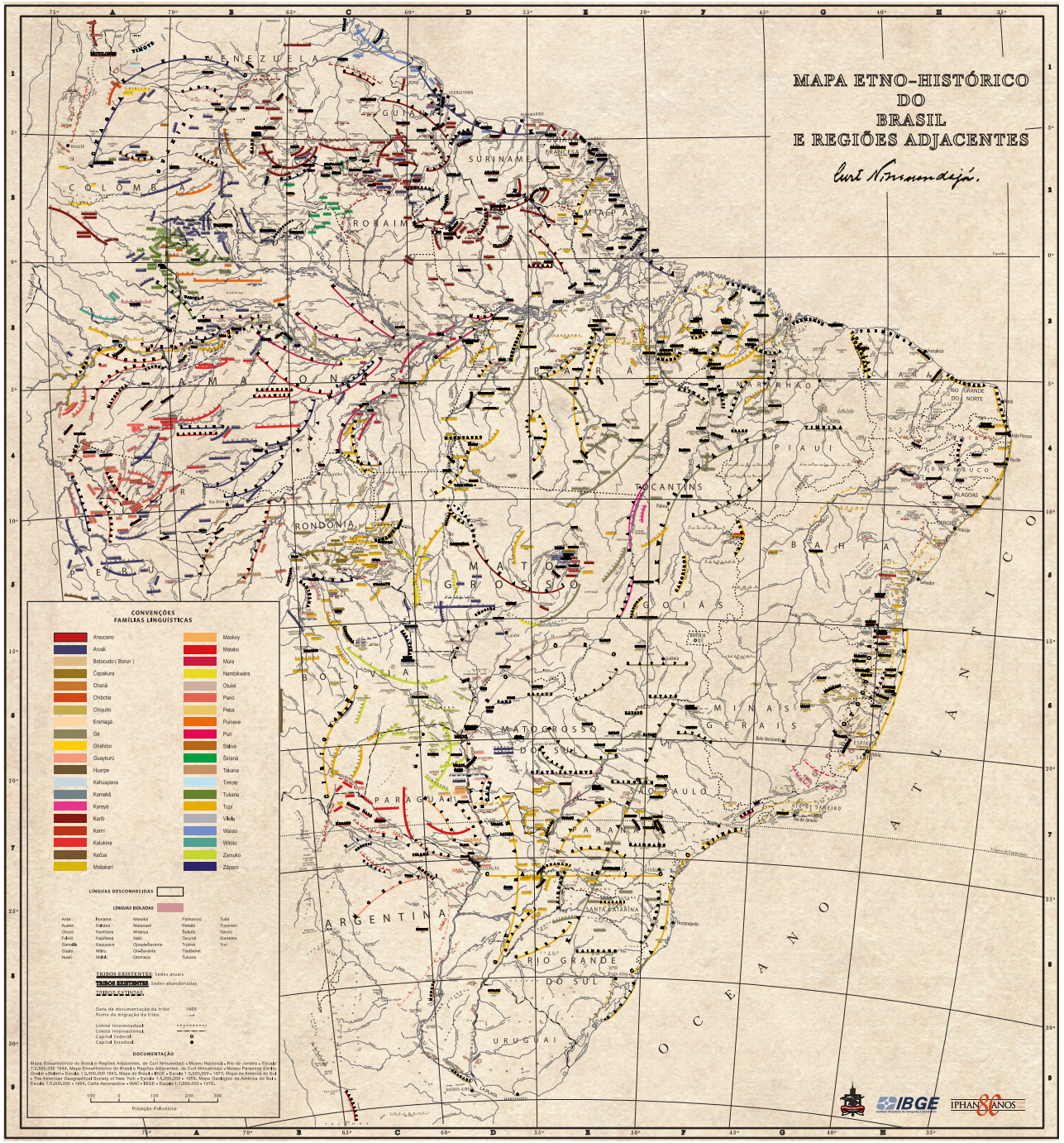
”

“

*Nimuendajú é o pai fundador da etnologia brasileira, com obra mais alentada e relevante que a de todos nós que o sucedemos.*

Darcy Ribeiro, em 1957, ao sinalizar a importância da contribuição do pesquisador para o estudo dos povos indígenas no Brasil.

”




# Perda inestimável

O incêndio do Museu Nacional (RJ) em 2018 destruiu cerca de 20 milhões de itens, dentre os quais negativos originais, cadernos de campo e outros manuscritos de valor inestimável produzidos ao longo da vida de Nimuendajú. O acervo só não foi totalmente perdido graças ao empenho de pesquisadoras do Museu Nacional que vinham se dedicando à digitalização de parte do material. No espólio de Nimuendajú comprado pelo Museu Nacional em 1950, havia um acervo fotográfico composto por 457 fotos em papel – destruídas no incêndio. O museu abrigava seus negativos originais, cadernos de campo e outros manuscritos.

Restaurações digitais do mapa de 1944 e versões de outros anos, digitalizadas, além de livros e em diversos formatos, podem ser acessados na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, repositório online de recursos sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas e também no Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

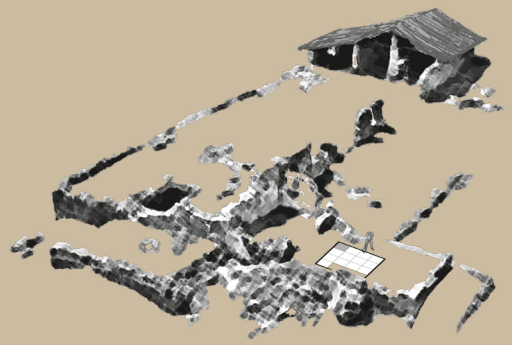
# O engenho, a ermida e o cemitério

As ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos estão entre as mais antigas construções do início da ocupação colonial. Construído em 1534, por iniciativa de Martim Afonso de Souza, o Engenho foi adquirido, em 1543, pelo abastado mercador e financista Erasmus Schetz, residente na cidade de Antuérpia, região de Flandres (Países Baixos, atual Bélgica).

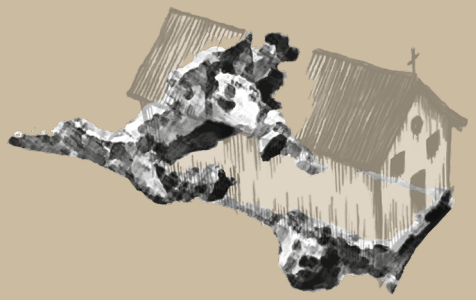
As estruturas arquitetônicas em ruínas são testemunho da presença europeia neste território habitado há milênios. Inscritas em paisagem urbana intensamente transformada ao longo do tempo, as ruínas do Engenho dos Erasmos ainda guardam respostas a diversas questões contemporâneas acerca da nossa trajetória.

A Ermida (capela) foi erguida em momento posterior à construção do próprio Engenho. Documentos do início do Século XVI e análises estruturais indicam que o templo foi adicionado entre os anos 1549 e 1585.
As paredes laterais da muralha e da Ermida não estão unidas na mesma estrutura, apenas se apoiam perpendicularmente, compondo uma das extremidades do templo.

A Ermida é dividida em duas áreas: o Altar, onde há pequeno nicho na parede lateral, destinado à imagem de culto; e a Nave, sob a qual arqueólogos encontraram antigos enterramentos durante as escavações realizadas no início dos anos 2000. Na ocasião, foram evidenciados 19 indivíduos, entre crânios e conjuntos de ossos esparsos. Estas investigações arqueológicas foram realizadas através de parceria entre a USP e a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

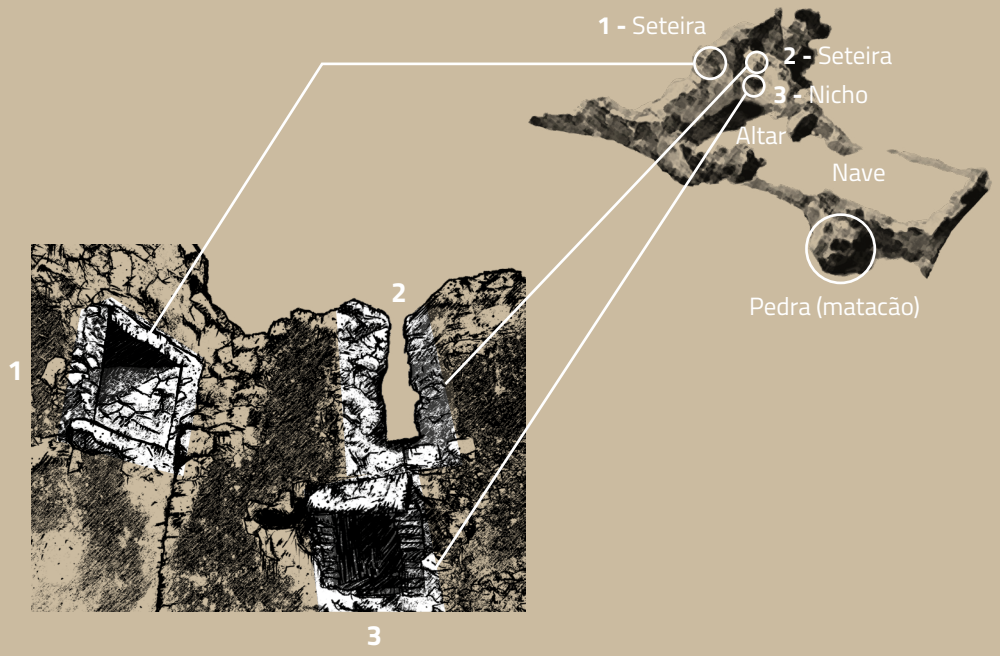


Nas estruturas em ruínas, há remanescentes de Seteiras, dispositivos arquitetônicos relacionados à defesa, característicos de construções medievais: a partir de estreitas aberturas verticais, era possível visualizar e atacar inimigos. O local foi palco de conflitos entre colonizadores e indígenas, além dos ataques de piratas e corsários.



Hipótese da Ermida do Engenho São Jorge dos Erasmos à época. Pequenas igrejas ou capelas em lugares ermos ou fora de uma povoação eram chamadas de Ermidas.

Arte e assessoria: Sílvio Luiz Cordeiro





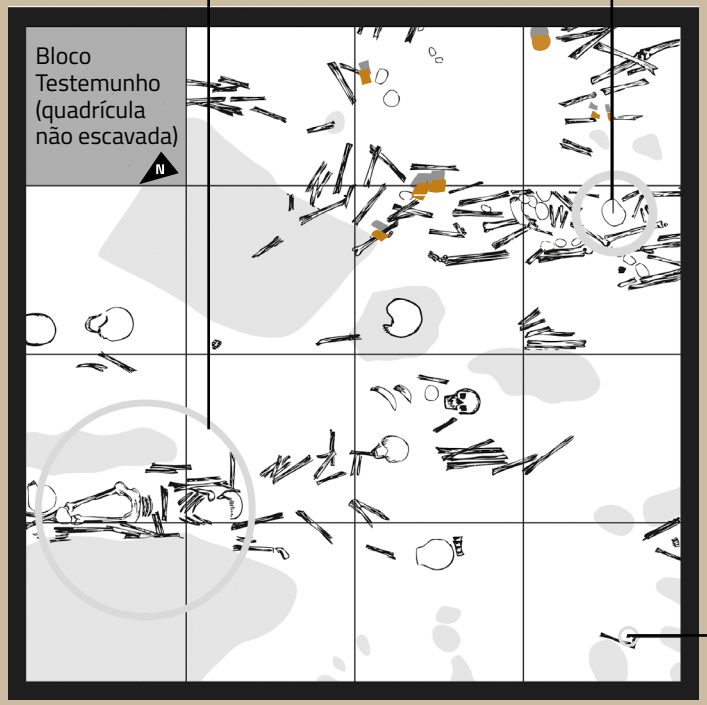

Escavação realizada em 2003. As marcações perpendiculares (fios) servem para referenciar os registros fotográficos e esquemáticos, metodologia essencial do fazer arqueológico. Esta malha foi composta por 4 trincheiras, cada uma com 4 quadrículas de1m2. Fragmentos de ossos foram coletados para análises de laboratório sem remoção das ossadas.



A ossada em decúpito dorsal está na profundidade de 70cm; um fragmento ósseo foi datado por radiocarbono: a morte desta pessoa se deu entre meados dos séculos XVI e XVII.



A anatomia deste crânio, evidenciado na quadrícula T6/Q1, a 75 cm de profundidade, aponta para provável origem africana desta pessoa.




Pedra

Cerâmica

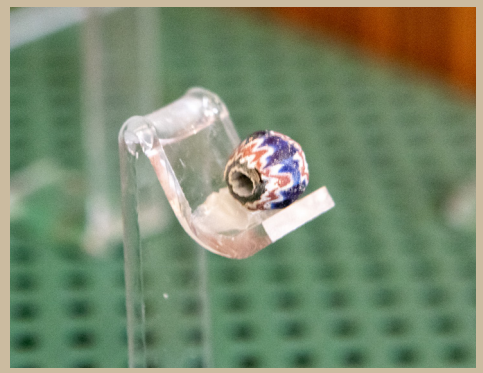
Pingente metálico na quadrícula T6/Q3 encontrado a 60 cm de profundidade.

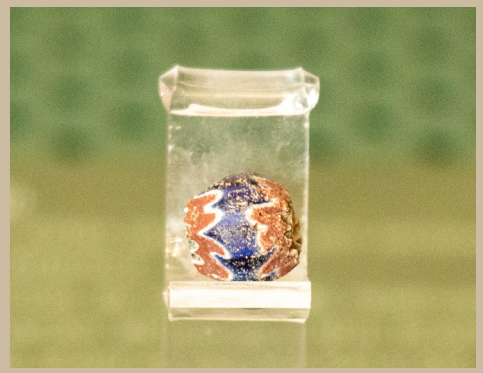


Planta esquemática da escavação arqueológica.
Os cadernos de campo com dados e artefatos coletados no local encontram-se sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

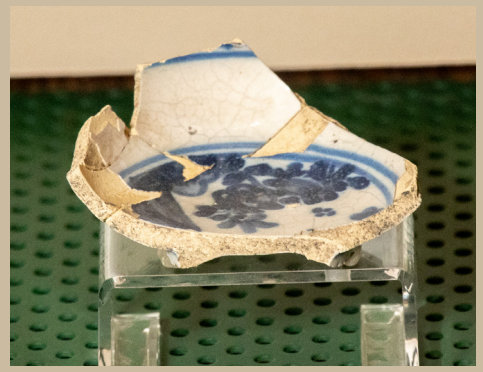




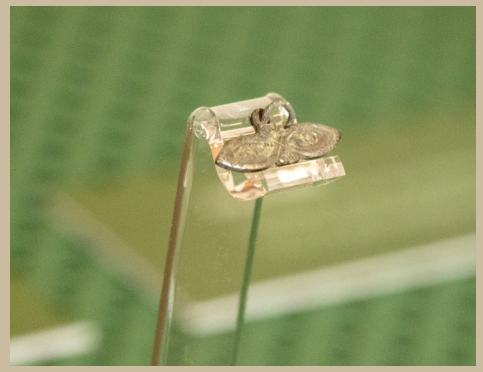




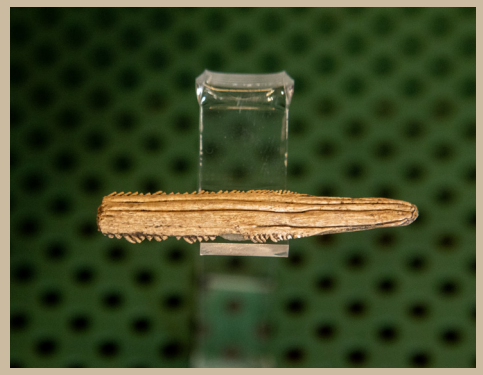
Contas Chevron, Século XVI. As contas do tipo Chevron estão presentes em contextos arqueológicos de quase todas as regiões do Atlântico. Cachimbos cerâmicos e contas de colares são relativamente frequentes em sítios arqueológicos que tiveram africanos e afro-brasileiros em sua rede de relações sociais conectando, entre os séculos XVI e XIX, o Mar Mediterrâneo a diversas localidades nos continentes africano e americano.



Taça de faiança portuguesa, 1580-1620. Louça esmaltada branca e azul. Os objetos deste período inspiram-se nas produções espanholas, italianas e nas porcelanas Ming que chegaram em Portugal durante os séculos XVI e XVII.



Pingente representando uma pomba. Provavelmente simbolizando o "Divino Espírito Santo". Possível século XVI. Artefato escavado na trincheira T6 Q3 do cemitério, a uma profundidade de 60 a 70cm, junto ao osso 8.



Ferrão de raia. Provavelmente do sambaqui da área do Engenho dos Erasmos, com marcas de uso humano, como instrumento cortante.



Anel de metal. Encontrado junto ao individuo 15, na trincheira T5 Q2, em profundidade entre 62 e 72cm.

# Ruínas para que te quero

Adriana Negreiros Campos

A Secretaria de Educação de Santos (SP), constitui-se, desde 2004, como parceira institucional do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP), o que tornou possível o uso público, por parte dos estudantes da rede municipal de ensino. Estudos do Meio são, portanto, realidade constante na trajetória educacional do bem patrimonial desde então, possibilitando a milhares de estudantes o contato direto com o objeto de conhecimento.

Desde o início formal do *Projeto Educacional VouVolto para o Ensino Fundamental*, idealizado pela então diretora em exercício, Prof. Dra. Maria Cecília França Lourenço (FAU-USP), em consonância com educadores e educadoras do Monumento Nacional e da Secretaria de Educação de Santos, o bem apresentou inúmeras possibilidades de apreensão, a partir das relações entre diferentes grupos – europeus, povos indígenas e negros - que habitaram a região e deixaram marcas na paisagem, transformando o território e seu meio ambiente. Podemos encontrar, na Baixada Santista, assinaturas arqueológicas de povos sambaquieiros, de povos tupi-guarani e, a partir da inserção, na América Portuguesa do Século XVI, da cultura mélica para exportação, marcas na paisagem que nos falam de conflitos entre povos originários e europeus, de genocídio e miscigenação, formas de resistência, técnicas construtivas, métodos exploratórios de recursos e de relações predatórias.

Nesse sentido, as possibilidades educacionais advindas do local suscitaram o imaginário dos educadores envolvidos, na busca de procedimentos de educação patrimonial e socioambiental que ultrapassassem a repetição de conhecimentos, evitando discursos retóricos prontos. A investigação deu-se por metodologias que valorizassem as múltiplas áreas do saber, a produção de conhecimento e atuação efetiva do educando.

Com a promulgação, em 2017, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define os direitos de aprendizagem de todos os alunos das escolas brasileiras e normatiza conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, nos coube construir a parte diversificada do currículo municipal/local.

Tal demanda nos proporcionou a reflexão e a proposição de habilidades e competências que perpassam, do 1º ao 9º ano, temas de relevância social e cultural, contextualizados com a



realidade dos alunos e da comunidade escolar como um todo. Neste sentido, ampliamos o público escolar em atendimento ao bem, a fim de oportunizar diferentes abordagens, a partir do que é preconizado no Currículo Santista.

A exposição *Ruínas Quinhentistas em Território Milenar*, inaugurada em 2024, corrobora com o entendimento da Secretaria de Educação de Santos, de que todo conhecimento do passado é também um conhecimento do presente, constantemente revisto e reelaborado.

As ações educativas desenvolvidas a partir das leituras de mundo apresentadas na intervenção expográfica ampliam o entendimento de mundo dos nossos alunos, à medida que os tornam sujeitos históricos capazes de indagar, relacionar, analisar e compreender diferentes significados dos lugares, da sua ocupação, dos movimentos de pessoas, mercadorias e saberes, das diferentes narrativas e, principalmente, de como se produz conhecimento.

Ressaltamos que os distintos e férteis temas abordados na exposição, ao dispor de diferentes fontes e tipos de documentos, promove a compreensão das relações entre tempo e espaço, entre permanências e mudanças, tornando a aprendizagem significativa.

O uso da cartografia histórica, da arte contemporânea de Moara Tupinambá, de maquete e diorama, de reproduções em escala como a da caravela, de rica iconografia, de registros documentais diversos, dos vestígios materiais (tais como os artefatos arqueológicos e etnográficos, vários deles obtidos em escavações no local e jamais expostos antes) aproximam o educando da atitude historiadora, que tanto almejamos.

Por fim, ao possibilitar a discussão de temáticas que extrapolam o discurso oficial, trazendo o olhar para a toponímia indígena dos territórios, a diáspora africana pelo viés da resistência, a presença de quilombos em Santos e as populações caiçaras, a exposição dá visibilidade a novas histórias, sujeitos e temas que foram marginalizadas e silenciadas ao longo do tempo.

Para encerrar, os conteúdos propostos potencializam as relações dialéticas entre concreto e abstrato, entre discurso pronto e produção de conhecimento, entre História factual e História presente, valorizando novas ressignificações do bem, produzidas pela experiência única que nossos professores e estudantes vivenciam no local, semanalmente.



**Adriana Negreiros Campos** é Arqueóloga pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP e historiadora pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação de Santos, na Seção de Formação de Professores, na área de História de Santos e aplicação da Lei 11645/08, que aborda a inclusão da temática africana e indígena nas escolas.


Cesto cargueiro Guarani
Coroa vertical emplumada tupi
Tigela cerâmica policrômica tupinambá
Prato cerâmico com pintura policrômica, Tupinambá
Panela, Cerâmica Paulista
Forma de pão de açúcar
Pega ou pegador de tampa
Boião, Cerâmica Paulista
Fragmento de assadeira
Tigela, Cerâmica Paulista
Prato coletivo Tupiniquim (Ná)
Panela (ñá ẽ pepó) tupi
Prato, Cerâmica Paulista
Torrador, Século XVI
Tampa, Cerâmica Paulista





**Cesto cargueiro Guarani.**
Os Guarani são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kainguá, Monteses, Baticola, Apyteré, Tembekuá, entre outros. No entanto, sua autodenominação é Avá, que significa, em Guarani, "pessoa". Habitam regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferenciam internamente em diversos grupos.



**Coroa vertical emplumada tupi.**
Emplumação, ema (Rhea americana);
Suporte, aro trançado com fasquias de taquara e fitas de cipó-imbé.
Penas, plumas e penugens de variadas aves são utilizadas por diversas etnias na confecção de adornos corporais. Indicam etnia e posição social do indivíduo dentro do grupo e dos grupos entre si.



**Tigela cerâmica policrômica tupinambá.**
**Data desconhecida. Coletor desconhecido.**
Os tupi-guarani ocuparam parte significativa da América do Sul e a sua principal evidência arqueológica é a cerâmica. Os desenhos são cheios de detalhes, com linhas finas, geralmente pretas, que se destacam no fundo branco e uma ou duas linhas grossas vermelhas próximas às bordas.



**Prato cerâmico com pintura policrômica, Tupinambá, sítio Itaguá, Ubatuba, SP, séc. XVI, coletores D. Uchoa e C. Garcia.**
No início da colonização portuguesa no Brasil, a área ocupada pelos indígenas pertencentes à família linguística tupi-guarani era imensa, ocupando todo leste da América do Sul, desde o norte do Amazonas até o rio da Prata.





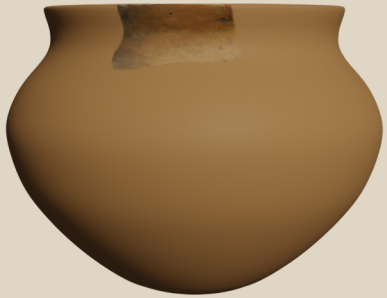
**Panela, Cerâmica Paulista.**
Produzida com a técnica acordelada, base arredondada, borda direta, com lábio aplanado, corrugada externamente e alisada internamente.



**Fragmento de assadeira.**
**Cerâmica Paulista, Século XVI.**
Utilizada para peixes e carnes. Superfície interna alisada e externa corrugada (encrespada, enrugada). Trata-se de produção de mulheres Tupiniquim, articulando técnicas indígenas e portuguesas, feitas com roletes de barro acordelados em espiral para dar forma à vasilha (antiga técnica cerâmica que permite criar objetos sobrepondo rolinhos de argila).



**Pega ou pegador de tampa.**
Apropriação Tupiniquim do objeto similar português, para erguer a tampa.
Peça modelada, maciça.



**Boião, Cerâmica Paulista.**
Usada para guardar líquidos. Construído com a técnica do acordelado, superfícies externa e interna alisadas com aguada em tom creme, borda extrovertida e lábio aplanado.



**Forma de pão de açúcar, Século XVI.**
Técnica de manufatura do corpo da vasilha: torneada. Borda arredondada. Superfícies externa e interna alisadas, com uma aguada em tom avermelhado. Na base, há orifício para drenar o líquido no processo de purga.
A forma de pão de açúcar foi um dos equipamentos trazidos pelos portugueses, a partir da década de 1530, para a produção do açúcar. Eram produzidas em Portugal continental a partir do século XV. Como a nossa região possui as matérias-primas necessárias para produção local, é provável que estas formas tenham sido feitas em São Vicente.



**Prato, Cerâmica Paulista.**
Encontrado nos estratos mais antigos do Engenho, trata-se de testemunho da articulação das técnicas Tupiniquim e Portuguesa. A forma era comum para ambos, mas a superfície externa contém dois tratamentos distintos, separados por um sulco. Lateral superior possui superfície alisada, com linhas diagonais duplas. O resto da vasilha possui a superfície impressa-estriada. Corpo construído com a técnica dos roletes acordelados.



**Tigela, Cerâmica Paulista.**
Possui semelhança com a da Cerâmica Comum Portuguesa, produzida até a década de 1960 em Jairê, Iguape. Corpo modelado, base aplanada, superfícies externa e interna lisas, com evidências de aguada em tom vermelho.

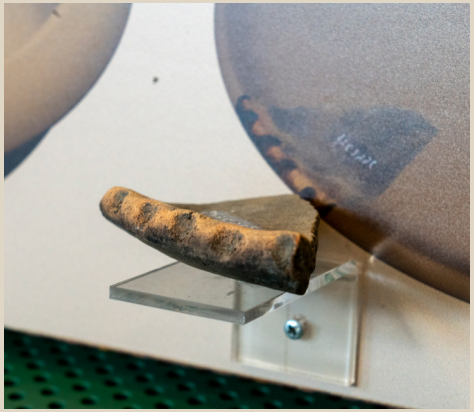




**Tampa, Cerâmica Paulista.**
Técnica do acordelado para manufatura do corpo circular da peça. Superfícies externa e interna alisadas. Borda e lábio aplanados, ponteados com taquarinha. Trata-se de uma apropriação Tupiniquim da peça portuguesa. Era usada sobre os depósitos de água.



**Prato coletivo Tupiniquim (Ná).**
Motivos variados pintados com pigmentos naturais. O fragmento encontrado no Engenho pode ser uma referência dos primeiros tempos da aliança com os portugueses. Os Tupiniquim atualmente habitam três Terras Indígenas no norte do Espírito Santo.



**Torrador, Século XVI.**
Técnica de manufatura: modelado. Impressão com taquarinha na borda, alisada interna e externamente. A forma plana foi uma criação colonial de indígenas, portugueses ou de ambos.
Hans Staden, 1557: "a coisa em que secam e cozinham a farinha é de barro queimado e tem a forma de uma grande bacia chata".



**Panela *(ñá ẽ pepó)* tupi.**
Artefato exumado no Engenho do Erasmos, sob coordenação do Prof. José Luiz de Morais, nas escavações realizadas em 2003.

# Terras indígenas no Brasil

A partir de análises demográficas e antropológicas de populações nativas de diferentes regiões colonizadas pelos europeus, sabe-se que, após um longo período de perdas populacionais causadas por guerras, epidemias e pelos processos de escravização, os povos indígenas iniciam um processo de recuperação demográfica, muitas vezes consciente.
Segundo o Censo IBGE 2010, os mais de 305 povos indígenas somam 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país.

**Como é feita a demarcação hoje?**

1° passo - Estudos de identificação
Primeiramente, a Funai nomeia um antropólogo com qualificação reconhecida para elaborar estudo antropológico de identificação da Terra Indígena (TI) em questão, em prazo determinado.

2° passo - Aprovação da Funai
O relatório tem que ser aprovado pelo Presidente da Funai, que, no prazo de 15 dias, fará com que seja publicado o seu resumo no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial da unidade federada correspondente. A publicação deve ainda ser afixada na sede da Prefeitura local.

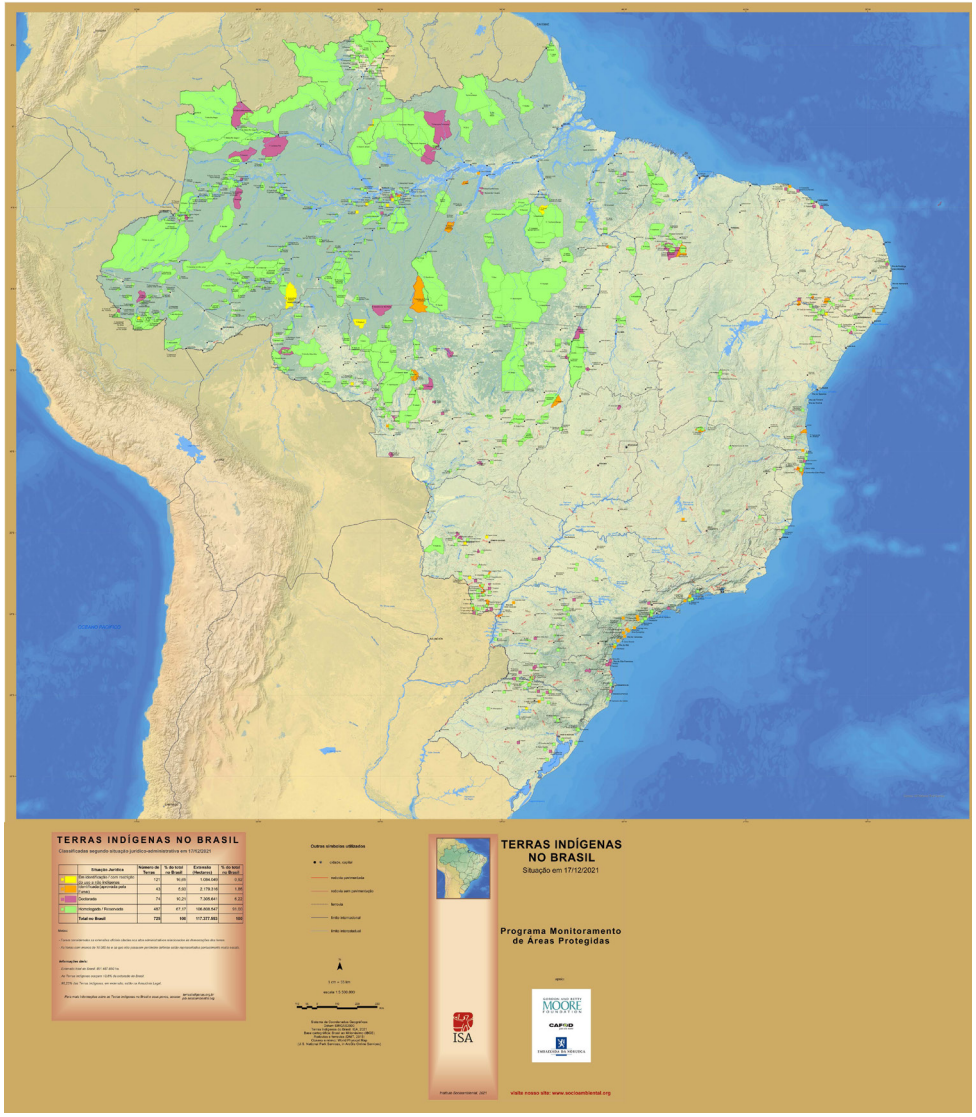
3° passo - Contestações
A contar do início do procedimento até 90 dias após a publicação do relatório no DOU, todo interessado, inclusive estados e municípios, poderá manifestar-se, apresentando ao órgão indigenista suas razões, acompanhadas de todas as provas pertinentes, com o fim de pleitear indenização ou demonstrar vícios existentes no relatório. Depois disso, a Funai tem 60 dias para elaborar pareceres sobre as razões de todos os interessados e encaminhar o procedimento ao Ministro da Justiça.

4° passo - Declarações dos limites da TI
O Ministro da Justiça terá 30 dias para: (a) expedir portaria, declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física; ou (b) prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; ou ainda, (c) desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1°. do artigo 231 da Constituição.

5° passo - Demarcação física
Declarados os limites da área, a Funai promove a sua demarcação física, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em caráter prioritário, procederá ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

6° passo - Homologação
O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto.

7° passo - Registro
A terra demarcada e homologada será registrada, em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).




Fontes: Instituto Socioambiental – ISA

# Quilombos e outros Povos Tradicionais do vale do Ribeira

**Comunidades quilombolas, o que são e onde estão?**

As comunidades quilombolas ou quilombos, como são chamados os locais onde vivem descendentes de antigos escravizados, espalham-se por todo o Brasil. A Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq) estimava cinco mil comunidades, o correspondente a 16 milhões de pessoas. Não existe, porém, até hoje, reconhecimento institucional baseado em um levantamento oficial de toda população quilombola no país, a despeito de sistemáticas reivindicações destas comunidades.

No Estado de São Paulo, há enorme disparidade entre o número de terras reivindicadas (59), muito superior às terras reconhecidas pelas autoridades (33), dentre as quais poucas foram tituladas (conquistando, parcial ou integralmente, o título de propriedade coletiva).

O Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) do Vale do Ribeira foi reconhecido em 2018 Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Os quilombolas têm histórico de lutas para continuar praticando seu sistema agrícola tradicional, ameaçado pela falta de ordenamento territorial adequado na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Quilombos do Médio Ribeira.

**Diversidade socio-ambiental: outros povos da floresta**

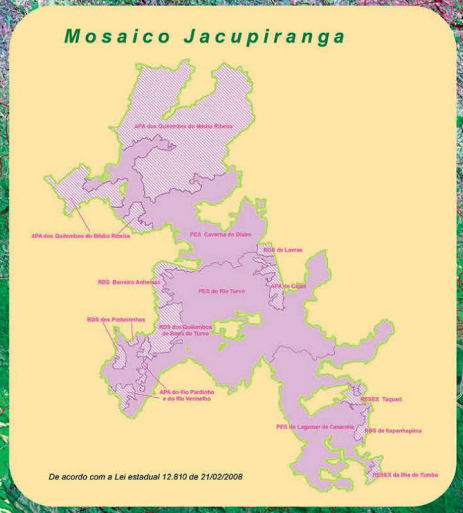
O Vale do Ribeira concentra o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, abrigando mais de 20% dos 7% de floresta que restam do bioma. Em contato com essa rica diversidade biológica, há outros povos tradicionais historicamente ligados à terra e à floresta, que ocupam este território. Tamanha diversidade cultural é raramente encontrada em locais tão próximos de regiões altamente urbanizadas, como São Paulo e Curitiba: comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas, caboclas, de pescadores e de pequenos produtores rurais.

A região abriga cerca de 100 comunidades caiçaras com modo de vida diretamente relacionado à natureza, seus ciclos e recursos renováveis. A atividade pesqueira de subsistência, realizada de modo artesanal e com baixo impacto ambiental, é sua principal atividade econômica, mantendo atividades culturais e sociais em torno da unidade familiar, domiciliar e comunal.

De acordo com estimativas da Funai (Fundação Nacional do Índio), aproximadamente 600 indivíduos Guarani vivem no Vale do Ribeira, distribuídos em dez aldeias e pertencentes aos subgrupos Mbyá, Ñandeva e Tupi, das quais apenas duas em terras homologadas. Sua economia também se baseia na agricultura de subsistência. A caça e a pesca são atividades sazonais e sua relação com o espaço e a natureza também é pautada por preceitos religiosos e éticos.



# CORREDOR SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA









## Unidades de Conservação *(Fonte: ISA, 2016)*

**Estaduais**

- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Não enquadrada no SNUC

**Federais**

- Proteção Integral
- Uso Sustentável

## Terras de Quilombo *(Fonte: ITESP e EAACONE, 2012)*

- Identificado pela Fundação Palmares e/ou Órgão Estadual Competente
- Reconhecido pelo INCRA e/ou Órgão Estadual Competente
- Apontado para Identificação e/ou Reconhecimento
- Titulado Parcialmente
- Titulado Integralmente
- Território Quilombola

## Base Cartográfica *(Fonte: IBGE, 1:250.000 e ISA)*

- Sedes Municipais
- Limites Municipais
- Bacia do Rio Ribeira
- Rio Ribeira de Iguape

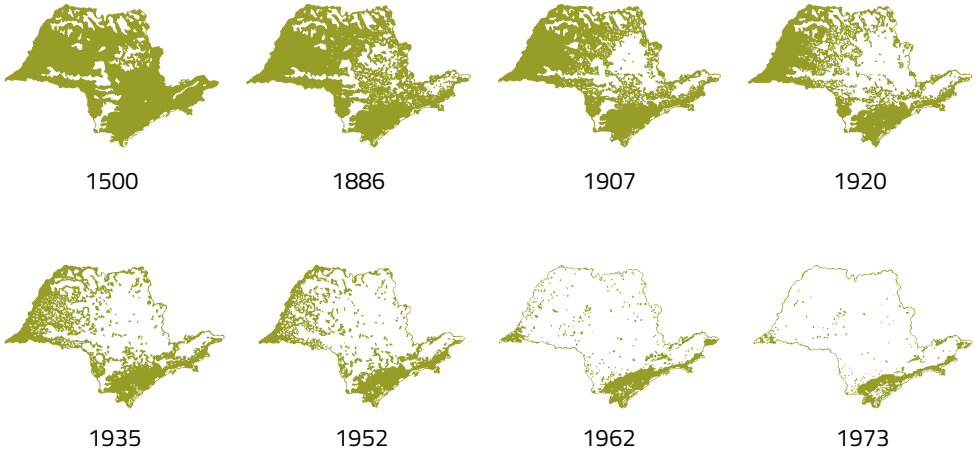
0 20 40 km

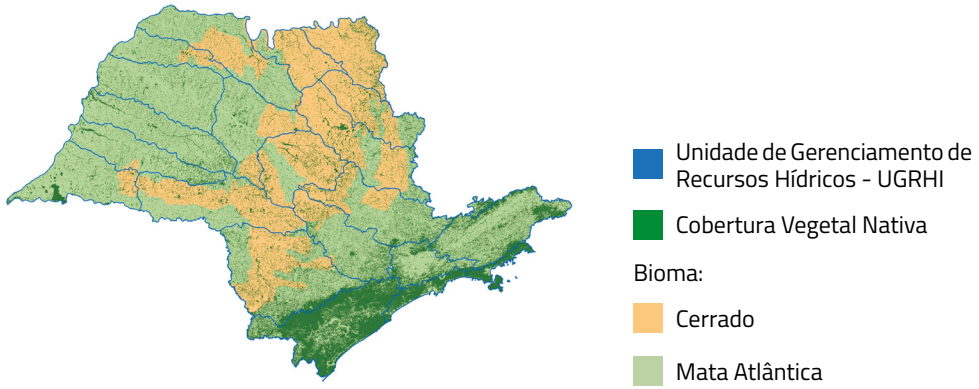
Instituto Socioambiental, 2016

Fontes: Terra titulada, liberdade conquistada (2017). Instituto Socioambiental – ISA

*Mosaico elaborado pela Intersat a partir de imagens Landsat7/TM de 1999 reamostradas para 15 m de resolução espacial*

# O que aconteceu com a vegetação nativa do Estado de São Paulo?




Fonte: Instituto Florestal SP 2020





# Você sabia?

O nome científico dos seres vivos é escrito em latim, por tratar-se de uma língua morta. Logo, é uma língua que não evolui e o significado das palavras não se altera.

Essas regras foram desenvolvidas pelo naturalista Carl Linnaeus, no Século XVIII, em sua famosa publicação *Systema Naturae*, em que constam as regras da nomenclatura binomial utilizadas pelos cientistas até hoje.



"Há (...) lagartos que vivem (...) em rios (...). Animais de excessiva corpulência, de modo que podem engolir um homem; cobertos de escamas duríssimas e armados de agudíssimos dentes; passam a vida na água; às vezes sobem até as ribanceiras, onde acontece serem mortos enquanto dormem, não, todavia sem bastante custo e perigo (...). As suas carnes, que são boas de comer-se, cheiram a almíscar (...)"



"Há (...) animais (...) chamados capiyûára, isto é, que pastam ervas, pouco diferentes dos porcos, de cor um tanto ruiva, com dentes como os da lebre, exceto os molares, dos quais alguns estão fixos nas mandíbulas e outros no meio do céu da boca; não têm cauda; comem ervas, donde lhes provém o nome; (...) Domesticam-se e criam-se em casa como os cães: saem para pastar e voltam para casa por si mesmos. "



"Há outro animal de feio aspecto (...) Avantaja-se no tamanho ao maior cão, mas tem as pernas curtas e levanta-se pouco do chão; é, por isso, vagaroso, podendo ser vencido pelo homem na carreira.
As suas cerdas, que são negras entremeadas de cinzento, são mais rijas e compridas que as do porco, máxime na cauda (...). Tem o pescoço comprido e fino; cabeça pequena e mui desproporcionada ao tamanho do corpo; boca redonda (...). A língua distendida tem o comprimento de três palmos (...) a qual costuma, pondo-a para fora, estender nas covas das formigas, e logo que estas a enchem de todos os lados, ele a recolhe para dentro da boca, e esta é a sua refeição ordinária: admira como tamanho animal com tão pouca comida se alimente. As patas dianteiras são robustíssimas, de grande grossura, quase iguais a coxa de um homem (...) armadas de unhas muito duras (...); não faz mal a ninguém, senão em sua defesa própria (...)."



"Há outro animal que os índios chamam aig (...). Na verdade preguiçoso, pois é mais vagaroso que um caracol; tem o corpo grande, cor de cinza; a sua cara parece assemelhar-se alguma cousa de rosto de uma mulher; tem os braços compridos, munidos de unhas compridas e curvas, com que o dotou a natureza para poder trepar em árvores, no que gasta uma boa parte do dia e alimenta-se das suas folhas e rebentos: não se pode dizer quanto tempo leva em mover um braço; tendo porém subido, ali se demora finalmente, até que consuma a árvore toda; passa depois para outra (...)."



"Há ainda uma ave marinha (...) igual ao mergulhão, porém de pernas mais compridas, de pescoço igualmente alongado, bico comprido e adunco; alimenta-se de caranguejos e é muito voraz. Passa por uma metamorfose, como que perpétua, pois na primeira idade, cobre-se de penas brancas que depois se transformam em cor de cinza, e, passado algum tempo, tornam-se segunda vez brancas, de menos alvura das primeiras; por fim ornam-se de uma cor purpúrea lindíssima; estas penas são de grande estimação entre os índios, que usam delas para enfeitar os cabelos e braços em suas festas."



*Sobre os textos descritivos de animais, apresentados nas páginas anteriores: Trechos extraídos da "Carta sobre as coisas naturais de São Vicente", escrita em 31 de maio de 1560, pelo Padre José de Anchieta ao Padre Diogo Laínes.*





Estagiário Luiz Henrique Ignácio Balbino, aluno de Cinema da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), bolsista da PRCEU-USP no Engenho dos Erasmos, durante visita mediada ao sítio arqueológico, para alunos do Ensino Médio de escola da Secretaria Estadual de Educação de SP.


São Paulo da Piratininga
CUBATÃO
Caminho do Padre Anchieta
Trilha dos Tupiniquins
SANTOS
Engenho Madre de Deus
Engenho de São João
Engenho do Erasmos
Engenho dos Aires
SÃO VICENTE
Engenho de Jerônimo Leitão
PRAIA GRANDE
Engenho de Santo Amaro
GUARUJÁ
Engenho de Nossa Senhora
BERTIOGA
Engenho de Nossa Senhora do Pilar
Engenho de Santo Antônio
Fonte: V.L.A. FERLINI, 2020. FAZENDAS E ENGENHOS DO LITORAL VICENTINO: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII)


Vila de Santos
Porto de Santos
Caminho
Santos - São Vicente
ENGUAGUAÇU
Primeira
Santa Casa de
Misericórdia de
Santos
Rio São Jorge
ITORORÓ
Santuário de
Nossa Senhora
do Monte Serrat
GUAIAÓ
Ilha de
São Vicente
GUAÍBE
Ilha do Guaymbe
(Santo Amaro)
Engenho dos
Erasmos
Domínio do
Chefe
PIQUEROBI
Domínio do
Chefe
CAIUBÍ
Vila de
São Vicente
TUMIARU
Biquinha
ITARARÉ
1ª Vila (1532)
Submergida em 1542
URUBUQUEÇABA
IMBARÉ
Porto das Naus
Porto de São Vicente
Fortaleza de santo Amaro
da Barra Grande

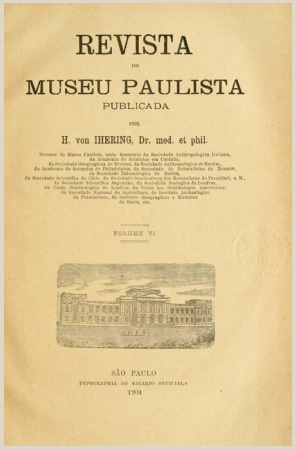


# Benedito Calixto e mapas históricos do Lagamar Santista



Benedicto Calixto em seu ateliê.
Autor desconhecido, sem data
Acervo Museu Paulista

Foi pintor, professor, historiador e ensaísta. Em 1884, após estadia em Paris, volta ao Brasil trazendo uma câmera fotográfica, que passa a utilizar para elaborar suas composições. Reside em Santos e, posteriormente, em São Vicente. Produziu inúmeras marinhas, em que representa o litoral paulista. No começo do século XX, realizou diversos painéis de temas religiosos para igrejas na capital e interior do Estado de São Paulo. Pintou vistas de antigos trechos das cidades de São Paulo, Santos e São Vicente para o Museu Paulista da Universidade de São Paulo - MP/USP, por encomenda do diretor do museu, o historiador Afonso d´Escragnolle Taunay (1876 - 1958). Dedicou-se também a estudos históricos da região e à preservação de seu patrimônio, e publicou, entre outros, os livros A Vila de Itanhaém, em 1895, e Capitanias Paulistas, em 1924.


REVISTA
DO
MUSEU PAULISTA
PUBLICADA
POR
H. von IHERING, Dr. med. et phil.
VOLUME VI
SÃO PAULO
1904

Revista do Museu Paulista, 1904

*“*

***Isto, de resto, é sabido por todos os que, como nós, viveram ou vivem ainda nesta zona sambaquieira e sabem, pela prática e experiência, de todas essas pequenas particularidades da vida das nossas florestas de beira-mar.***

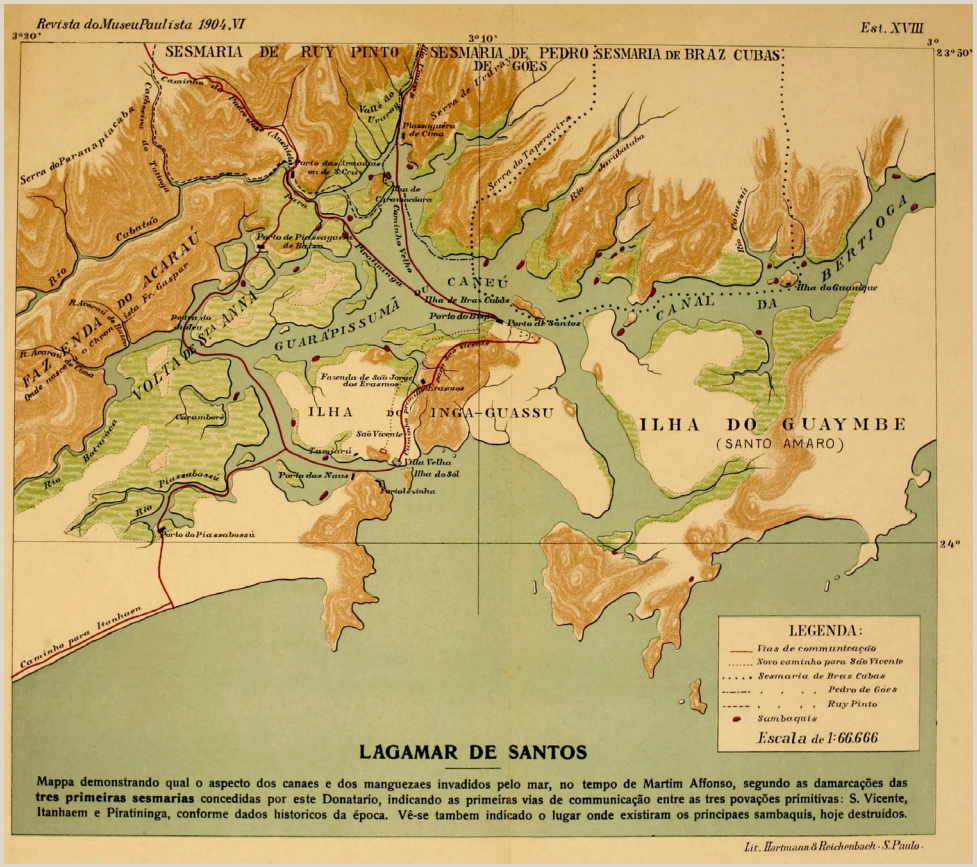
***Além dos sambaquis atualmente conhecidos, existiram outros que já foram inteiramente demolidos para o fabrico da cal, e dos quais só existem vagas notícias; e mesmo dos atuais existentes, nem um se acha intacto, porque o trabalho de devastação, embora lento, vai infelizmente aumentando sempre.***

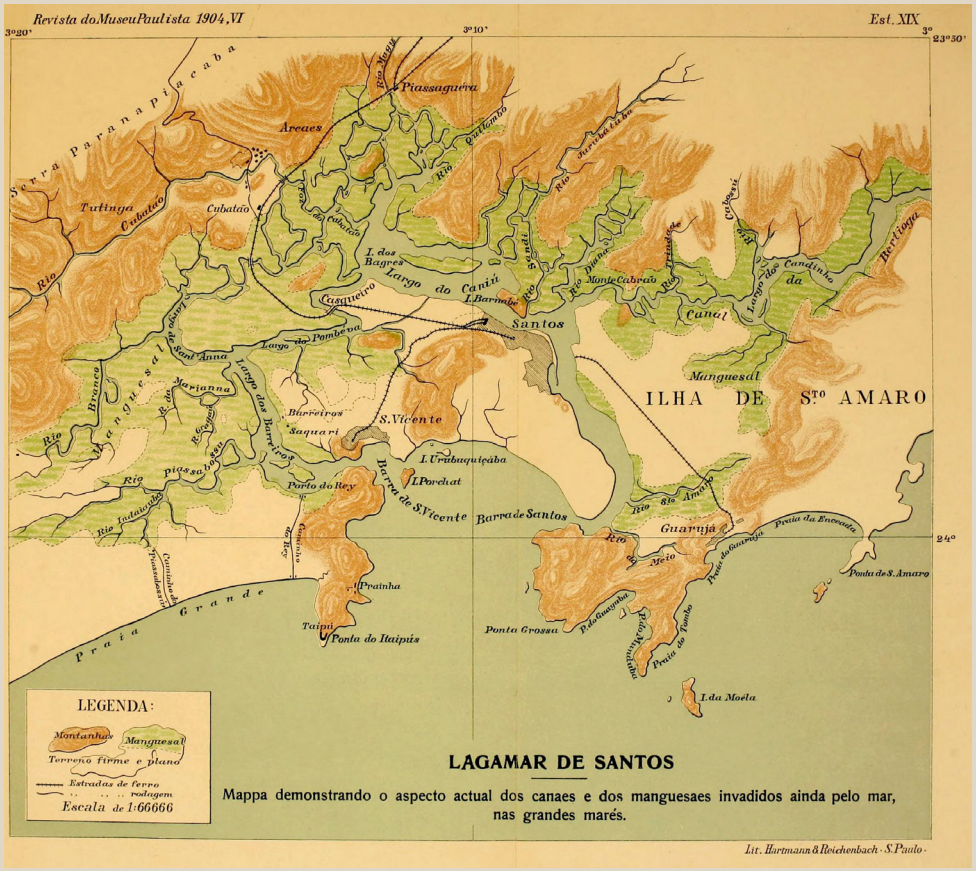
***Não se precisa, pois, ser muito atilado de espírito para, conhecendo isto, compreender, que toda essa região de mangues, ao redor de Santos, Bertioga e São Vicente esteve, há trezentos ou quatrocentos anos, coberta de água e que o recuo do mar, embora lento, tem sido aí bastante apreciável; porém, isto não nos leva a crer, que se desse o mesmo fenômeno em Itanhaém.***

***Dos dois mapas, que ilustram o presente estudo, representa o primeiro a configuração atual do litoral de Santos, ao passo que o outro demonstra qual teria sido o aspecto do lagamar de São Vicente, no tempo do descobrimento; este último foi por nós organizado, segundo dados de documentos antigos, cartas de sesmarias, tradições, etc.***

Benedito Calixto, Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaém e de Santos. 1904

*”*




Revista do Museu Paulista, 1904


A carta
O QUE ACONTECEU COM A VEGETAÇÃO NATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO?
1500
1886
1907
1952
1962
1979
1985
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO ÍNDICO
A Viagem das Plantas

# Referências bibliográficas
## *Esquecidas no tempo dos engenhos*

Maria Cecília França Lourenço


ABREU, Adilson Avansi de. Apresentação. Revista USP, São Paulo, v. 41, p. 6-9, mar./mai. 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i41p6-9. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28432.** Acesso em 25 jan. 2024.

ABREU. Capistrano de (1853-1924). *Capítulos de História Colonial (1500-1800).* Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (1907). Disponível em: **https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf/** Acesso em: 01 fev. 2024.

AB'SÁBER, Aziz Nabi. Proposta de um parque no velho território dos Erasmos. *Revista USP*, São Paulo, n. 41, p. 10-17, mar./mai. 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i41p10-17. Acesso em 07 jan. 2024.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O engenho anti-moderno:* a invenção do Nordeste e outras artes. 1994. 500f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

AMANTINO, Márcia Sueli. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro:* o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII. Lisboa: NOVA, 2015.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido.* Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, SP, São Paulo, 1993.

ANDRADE, Wilma Terezinha Fernandes. *Porto e Estado de São Vicente.* Disponível em: **https://www.peabirucalunga.blogspot.com/2019/07/** Acesso em: 03 jan. 2024

ANDREATTA, Margarida Davina. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. Revista USP, São Paulo, n.41, p.28-47, mar./mai. 1999. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28435/pdf/** Acesso em: 13 dez.2023

ANDREATTA, Margarida Davina. *Projeto de pesquisa interdisciplinar:* Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos/ SP: USP, 1996/97. (Projeto de Pesquisa)

ANJOS, Fernanda Maria Felipe dos. Andreatta, Margarida Davina (orient). *Engenho São Jorge dos Erasmos : uma abordagem interdisciplinar do documento na arqueologia histórica.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.





ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Introdução por Afonso d' Escragnolle Taunay; vocabulário por A.P. Canabrava. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. (1711). https://www.senado.leg.br/ Acesso em 4 jan. 2024.

AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento.* São Paulo: Imán, 200?.

AUGÉ, Marc. *El tiempo en Ruinas.* Madrid: Gedisa, 2003.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. *O avesso da costura:* uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591). 2015. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar & Poder:* analise da evolução política de vicência, um município da microrregião da Mata Seca Pernambucana. Recife: Condepe. 1977.

CAMPOS, Adriana Negreiros. *Arqueologia e Educação:* as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.71.2014.tde-23102014-164854. Disponível em: **https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-23102014-164854/publico/AdrianaCamposORIGINAL.pdf**

CANABRAVA, Alice Piffer. *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas:* 1697-1755: Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1946.

CANUTO, Cláudio Accioly. *A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego.* 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife,1990.

CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil:* um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Apontamentos sobre a modificação de uma paisagem: os arredores do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos, SP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 4., 2012 Teresina/Piauí, *Anais*: Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: **https://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Rodrigo%20Christofoletti.pdf** Acesso em 29 dez.2023.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. De engenho fortaleza a monumento nacional brasileiro: a trajetória das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. In: ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (org.). *Genius Loci: lugares e significados, places and meanings.* Porto: CITCEM-ULP, 2018, v. 3, p. 171-180. Disponível em: **https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17096.pdf** . Acesso em 26 dez. 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: patrimônio da humanidade? In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, 19., 2014. Juiz de Fora, Anais eletrônicos [...] Juiz de Fora: UFJF, 2014. Disponível em: **http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401492976_ARQUIVO_TextoAnpuhMG-2014-RodrigoChristofoletti.pdf**. Acesso em 25 dez.2023.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; LEITE, Gilvan. Moto-contínuo: consumo e produção de energia no Engenho São Jorge dos Erasmos. *Revista Leopoldianum*, Santos, v. 2, p. 35-49, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, André Müller de. Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: entre a teoria e a prática preservacionista. *Histórica São Paulo*, v. 47, p. 65-80, 2011. Disponível em: **http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao47/materia03/**. Acesso em 31 dez. 2023.

CORDEIRO, Silvio Luiz. *A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos:* o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: **https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-09042008-152050/publico/tdeSilvioLuizCordeiro.pdf** Acesso em 12 jan. 2024.

CORREA, Viriato. *O engenho do governador e outros engenhos de S. Vicente.* Disponível em: **https://www.peabirucalunga.blogspot.com/2019/07/**. Acesso em: 03 jan. 2024.

COSTA, Alexandre José Barboza da. *Pero de Magalhães Gandavo*: um cronista beletrista no Brasil Colonial. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Escravidão nas áreas cafeeiras:* aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

CRUZ, Luana Honório. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte:* o papel dos engenhos na formação território potiguar. Tese (Doutorado) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.



D' AGOSTINO, Mário Henrique Simão. A arquitetura, o corpo e o espelho sobre a beleza e o tempo na arte do Renascimento e em nossos dias. *Tempo Social*, v. 15, n.1, p. 113-137. 2003. Disponível em **https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12397/14174/** Acesso em: 10 dez.2023.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho:* relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DANTAS, Pedrianne Barbosa Souza. *Pelos caminhos d'água, pelas rugosidades da terra:* a construção territorial de Sergipe D'El Rey. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

DE SOUSA, Gabriel Soares; DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo; DE PORTO SEGURO, Visconde. *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* São Paulo: Companhia editora nacional, 1971. Disponível em: **http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf**. Acesso: 4 fev. 2024

DEL PRIORE. Mary (org.), BASSANEZI, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, Editora UNESP, 1997. Disponível em: **https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-hist-c3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf/.** Acesso em 5 fev. 2024.

DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagem da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial.* Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra.* Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

DIAS, Maria Odila da Silva. Escravas. Resistir e Sobreviver. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL. São Paulo: Contexto. 2013.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEGUES JR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas:* traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª ed. Pref. de Gilberto Freyre, [1948] Maceió: EDUFAL, 2006. [1949]. Disponível em: **https://pdfcoffee.com/qdownload/o-bangue-das-alagoas-pdf-free.html/**. Acesso em: 17 jan. 2024.

DIEGUES JR., Manuel (1912-91). *População e Açúcar no Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

ENGENHO dos Erasmos inaugura exposição de artefatos arqueológicos em Santos. *Diário do Litoral:* 03 de abril de 2023. Disponível em: **https://www.diariodolitoral.com.br/santos/engenho-dos-erasmos-inaugura-exposicao--de-artefatos-arqueologicos-em/166844/** Acesso em: 5 jan. 2024.

FAUTO, Boris (1930-2023). *História do Brasil.* São Paulo: EDUSP, 2013.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral, CHRISTOFOLETTI, Rodrigo, JORDÃO, Beatriz Pacheco, de MELLO, André, Müller. Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: educação patrimonial e ambiental como chave da preservação. *Revista CPC*, São Paulo. v. 14, n. 27esp, p. 280-299. 2019. DOI: **https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp280-299**.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral, KATINSKY, Júlio Roberto, LOURENÇO, Maria Cecília França. Testemunha das raízes do Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, p. 4, 26 mar. 2012.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Em busca de uma economia esquecida no fundo da Mata Atlântica. *SciELO em Perspectiva:* 2020. Disponível em: **https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/11/25/em-busca-de-uma-economia-esquecida-no-fundo-da-mata-atlantica** Acesso em 8 fev. 2024.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Projeto de valorização patrimonial do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Santos:* USP, BNDES, 2012.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder:* o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988. Disponível em: **https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539903/mod_resource/content/1/Vera%20L%C3%BAcia%20Amaral%20Ferlini.%20Terra%2C%20trabalho%20e%20poder.pdf/ Acesso em: 03 jan. 2024**

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista:* História e Cultura Material, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 237–250, 2009. DOI: 10.1590/S0101-47142009000200012. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5521**. Acesso em: 8 fev. 2024

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras:* álcool, embriagues e contatos culturais no Brasil Colonial. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FIGUEIREDO, Rosângela Miranda. *Em diligência de se libertar:* alforria, família escrava e tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia, Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.



FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Engenhos cristãos novos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967. Porto Alegre. Anais. São Paulo: FFCL-USP, 1969, 776 p. il.

FURTADO, Alcebíades. Os Schetz da Capitânia de São Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo. v. 23, 1913. Disponível em: **http://ihgsp.org.br/revista-ihgsp-vol-18/** Acesso em: 8 jan. 2024.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. Contribuição à história da técnica no Brasil. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1978. Acesso em: 6 fev. 2024.

GAMA, Ruy. A tecnologia em questão. *Revista USP* v.7, p. 43-48. 1990. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/55859/59257**. Acesso em 6 fev. 2024

GEAMPAULO, Victor L. *Engenho São Jorge dos Erasmos:* aproximações acerca da morte e da vida no complexo açucareiro vicentino (séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GORENDER, Jacob (1923-2013). O Escravismo colonial. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. Disponível em: **https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravismo-Colonial-Web.pdf**. Acesso em: 4 jan. 2024.

GUIMARÃES, Luiz. Engenho: da ameaça à esperança. Santos *A Tribuna*, abril 1987, p.34.

GULLAR, Ferreira. *Açúcar*. Poemas Completos. Disponível em: https://www.tudoepoema.com.br/ferreira-gullar-o-acucar/ Acesso em13 jan. 2024.

JORDÃO, Beatriz Pacheco; MELLO, André Müller de. *Educação para a biodiversidade:* possibilidades da relação bem cultural/escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10., 2015, Águas de Lindóia. Anais [...]. Bauru: Abrapec, 2015. p.178-196.

KATINSKY, Júlio Roberto. Ideário comum. In: Prodesan. (org.). Prefeitura Municipal, Secretaria de Cultura, Santos: Prodesan, 1991, v. p. 1-11.

KATINSKY, Júlio Roberto, LOURENÇO, Maria Cecília França; ABREU, Aracy; RODRIGUES, Marly R. C.; ANDREATTA, Margarida Davina. Uma nova vida para o Engenho dos Erasmos [Depoimento]. *Jornal da USP*, São Paulo, p. 10 - 11, 24 maio 1999.

KATINSKY, Júlio Roberto, MELFI, Adolpho José; LOURENÇO, Maria Cecília França; ABREU, A. A. As ruínas dos Schetz a serviço da cultura. *Jornal da USP*, São Paulo, p. 8 - 9, 15 dez. 2003.

KATINSKY, Júlio Roberto. *A Casa Bandeirista:* nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1973.

KATINSKY, Júlio Roberto. Glossário dos Moinhos Hidráulicos, In: Gama, Ruy (org.), *História da Técnica e da Tecnologia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

KATINSKY, Júlio Roberto. Monumentos Quinhentistas da Baixada Santista. *Revista USP*. São Paulo. v. 41. p. 74-97, mar./mai. 1999.

KATINSKY, Júlio Roberto. Povoados, vilas e cidades coloniais do Brasil. *Estudos em Design*, São Paulo, v. 1, p. 81-92, 2004.

KATINSKY, Júlio Roberto; LOURENÇO, Maria Cecília França; MELFI, Adolpho José; ANDREATTA, Margarida Davina. De engenho a centro cultural da USP: ao lado de ruínas, em Santos, Universidade vai montar laboratório de arqueologia e auditório. *Jornal O Estado de S. Paulo*, Caderno Cidades, São Paulo, p. C-8, 03 dez. 2003.

LAGA, Carl. O Engenho São Jorge dos Erasmos em São Vicente: resultado de pesquisas em arquivos belgas. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, jun. 1963, n. 1, p.13-43, 1963. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128490/125335/** Acesso em 11 dez.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial:* exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LOPES, Kaíque Moreira Léo. *O Engenho de Santana em dois tempos* (c.1537 e c.1730). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: **https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38273/1/O%20Engenho%20de%20Santana%20em%20dois%20tempos.pdf/** Acesso em: 7 fev. 2024.

LOURENÇO, Maria Cecília França; MELLO, André Muller de; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *I-Papo*: Imaginário e Práticas Aproximativas do Patrimônio. São Paulo: Edusp, 2007.

LOURENÇO, Maria Cecília França. As ruínas dos Schetz a serviço da cultura. *Jornal da USP*. 15 dez. 2003.



LOURENÇO, Maria Cecília França. *Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamentos da USP*. 2. ed. (org.) São Paulo: Edusp, 2002.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Engenho dos Erasmos será reaberto. *A Tribuna*. Santos, 18 dez. 2003.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Patrimônio de desafios. In: *Bens Imóveis Tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Edusp, 1999.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Portas Abertas*: um Programa em debate. São Paulo: Edusp, 2009.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Projeto Vou Volto.* São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, 2005.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. *Revista Cultura e Extensão*. São Paulo: Edusp, 2005.

MACEDO, Joaquim Manoel. Lições de História do Brasil. Disponível em: **https://www./peabirucalunga.blogspot.com/**. Acesso em 9 jan. 2024.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (1715-1800). *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2010 [1797]. Disponível em: **https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573101/000970256_memorias_historia_capitania_sao_vicente.pdf /** Acesso em: 16 dez. 2023.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus*. A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654). Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MALHEIROS, Márcia. *Homens da fronteira:* índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal:* uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus (1758-1822). Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATOS, Gregório de. (?1636-1695). *Seleção de obras poéticas*. Disponível em: **http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000119.pdf** Acesso em 11 jan.2024.

MÉLO, Mário Ferreira da Silva. *O rescaldo da cana:* inflexões decoloniais sobre a colonialidade do saber retratada na região cultural do Nordeste Agrário do Litoral por Manuel Diegues Júnior. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: **https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50308/** Acesso em: 12 dez. 2023.

MENDES, Claudinei Magno M.. *Construindo um Mundo Novo*: os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MEURS, Paul. Engenho São Jorge dos Erasmos, the remains of an early multinational. *Vitruvius*, março 2006. Disponível em: **https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/369/** Acesso em 10 dez. 2023.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Em diligência de se libertar*: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto sertão da Bahia - Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MONTEIRO, John. "*Tupis, Tapuias e historiadores:* estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS (PRCEU-USP). *Arqueologia das Ruínas*. Santos: RESJE/PRCEU-USP. 2013. Disponível em: **http://www.engenho.prceu.usp.br/arqueologia-das-ruinas/** Acesso em: 27 dez. 2023.

MONUMENTO Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (PRCEU-USP). Santos: PRCEU-USP, 2013. Disponível em: **https://www.engenho.prceu.usp.br/** Acesso em 10 dez. 2023.
MORAIS, José Luiz de. *Engenho São Jorge dos Erasmos estudos de arqueologia da paisagem.*1999. (Projeto de Pesquisa) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MORAIS, José Luiz de. *Engenho São Jorge dos Erasmos:* estudos de arqueologia da Paisagem. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MORAIS, José Luiz de; PIEDADE, Silvia Cristina Matta; MAXIMINO, Eliete Pitágoras Britto. Arqueologia da Terra Brasilis: o Engenho São Jorge dos Erasmos, na capitania de São Vicente. *Revista de Arqueologia Americana*. México, n. 23, p. 349-384, 2005.



MORI, Victor Hugo. *Arquitetura Militar:* Um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1973. 420 p. Disponível em: **https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539874/mod_resource/content/1/3-%20Portugal%20e%20o%20Brasil%20na%20crise%20do%20Antigo%20Sistema%20Colonial%2C%20de%20Fernando%20Novais.pdf** Acesso em: 4 jan. 2024

PASSOS, Haihani Silva. *Impactos da expansão da cana-de-açúcar:* percepção e prática científica. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PAULA, Eurípedes Simões de. Resenha de: Estudos Históricos. *Revista de História*, v. 28, n. 58, p. 506-507, 1964. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.122743. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122743/ Acesso em: 4 já, 2024.

PERUGORRIA, Carlos Alberto Fabra. (1936-2004). *São Vicente Primeiros Tempos*. São Vicente: GESP, 2010. Disponível em: https://www.saovicente.sp.gov.br/6378 Acesso em: 10 jan. 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso, GOMES, Geraldo. *Antigos Engenhos de Açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. Disponível em: **https://docplayer.com.br/79280990-Engenhos-antigos-de-acucar-no-brasil-fernando-tasso-fragoso-pires-geraldo-gomes-introducao-historia-dos-engenhos-e-legendas.html/** Acesso em 4 jan. 2024.

PREFEITURA de Itanhaem. *As capitanias hereditárias*. Itanhaem: Prefeitura Municipal de Itanhaem. Disponível em: **https://www2.itanhaem.sp.gov.br/turismo/as-capitanias-hereditarias/** Acesso em: 31 jan. 2024.

PREFEITURA DE SANTOS. Inaugurada Base da USP no Engenho dos Erasmos PRCEU-USP. Prefeitura de Santos. Disponível em: **https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/inaugurada-base-da-usp-no-engenho-dos-erasmo/**. Acesso em 04 jan. 2024.

PREFEITURA de Santos. *Santos nos primeiros tempos*. Disponível em: **https://www.saovicente.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=1907/** Acesso em: 9 jan. 2024.

PREFEITURA de Santos. *Unisantos e USP retomam pesquisa no Engenho dos Erasmos*. 11 jun. 2003 Disponível em: **https://www.santos.sp.gov.br/?q=-noticia/unisantos-e-usp-retomam-pesquisa-no-engenho-dos-erasmos/**

QUINTO, Antônio Carlos. Pesquisadores da USP encontram ossadas de humanos no Engenho dos Erasmos. *Agência USP*. São Paulo: 14 jul. 2003. Disponível em: **http://www.usp.br/agen/repgs/2003/pags/140.htm/** Acesso em 25 jan. 2024.

RAMOS, Antônio Martins. *As almas do gentio da terra:* a escravidão indígena em São Paulo na instituição do sistema da administração. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2021.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas:* irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (Doutorado) - = Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: *A História do Levante dos Malês em 1835.* Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Disponível em: **https://www.pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Revoltas-escravas-no-Brasil-do-s%C3%A9culo-19/**. Acesso em: 19 dez. 2023.

REIS, Nestor Goulart. Os Engenhos da Baixada Santista e do Litoral. *Revista USP*, São Paulo, n.41, p. 62-73, mar./mai. 1999. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/**. Acesso em:16 jan.2024.

RIBEIRO, Darcy (1922-1997). *O povo brasileiro:* a formação e o sentido de Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: **https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4829037/mod_resource/content/1/O%20povo%20brasileiro%20forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20sentido%20do%20Brasil.pdf/** Acesso em: 15 jan. 2024.

RODRIGUES, Angela Rosch. Ruínas e paisagem: o caso do Engenho São Jorge dos Erasmos. In: ENCONTRO CITCEM, 3., 2013. Porto. Resumos. Porto: Faculdade de Arquitectura e Faculdade de Letras. 2013. Disponível em: **https://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_03/21%20Nov/Sess%C3%A3o%209/13%20-%20Angela%20Rosch%20Rodrigues%20-%20Resumo.pdf** Acesso em 9 dez. 2023.

RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Documentação antuerpiana sobre o Engenho São Jorge dos Erasmos e o Prof. Dr. Hermann Kellenbenz. *Revista de História*, v. 21, n. 43, p. 199-201, 1960. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120129/117332/** Acesso em: 5 fev. 2024



RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. O Engenho São Jorge dos Erasmos. estado atual do problema da preservação das ruínas e considerações sobre a documentação dos arquivos belgas (II), *Revista de História*. v. 35, n. 18 1967, p. 591-6.

RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado:* a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. 1994. 179f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: **http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000093527**. Acesso em: 06 fev. 2024

SAIA, Luís (1911-1975). Notas sobre o processo de restauração do Engenho dos Erasmos, 1958: Pasta Primeiros Processos (1958-1963). Santos: Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

SAIA, Luís (1911-1975). Notas para a teorização sobre São Paulo. *Revista Acrópole*, 1963. Disponível em: **http://www.museuimaginario.com.br/wp-content/uploads/2016/05/revista_acropole_295_jun_1963.pdf/** . Acesso em 25 jan. 2024.

SANTANA, Eduardo Augusto de. *História da implantação e desenvolvimento da freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 - 1780*: contada a partir dos seus engenhos açucareiros. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Dalmo Duque dos. Enciclopédia da Capitania de São Vicente: do porto dos escravos ao porto das indústrias. Disponível em: **https://peabirucalunga.blogspot.com/p/calungah.html/** Acesso em 9 jan. 2024.

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. *Entre aldeamentos, mocambos e engenhos:* etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1697). Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Júlio (ed.). *Preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1996-7. Disponível em: **http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf/**. Acesso em: 17 jul.2024.

SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade:* cinquenta textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: **https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ-_-GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf/Acesso** Acesso em: 14 jan. 2024

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos íntimos*: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1735. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Disponível em: **https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5549494/mod_resource/content/0/SCHWARTZ%2C%20Stuart%20B.%20Segredos%20Internos.%20Completo.pdf/** Acesso em: 4 jan. 2024

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SOMMER, Friedrich. Os Schetz de Antuérpia e de S. Vicente, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1943, t. 93, p. 79.

SOUSA, Caroline P.; TARDIVO, Giovana P.; HAACK, Marina C.. Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho. *Cantareira*, 34. ed. Jan-Jun. 2021. Dossiê Mundos do Trabalho. Disponível em: **https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44322/** Acesso em: 29 jan. 2024.

STOLS, Eddy. Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente. *Revista de História*. São Paulo, ano 19, v.37, n.76, p.407-19, 1968. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/article/view/128490/125335/**. Acesso em: 12 dez. 2023.

STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (orgs.). *Brasil e Bélgica*: cinco séculos de conexões e interações. São Paulo: Narrativa Um, 2014.

SUNEGA, Renata; TOGNON, Marcos; AUGUSTO, Marcelo Gáudio. *Ruínas Paulistas*. Campinas: Renata Sunega. 2020. Disponível em: https://archive.org/stream/ruinas-paulistas/Ruinas%20Paulistas_djvu.txt/ Acesso em: 04 fev. 2024.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. *Donatários e Administração colonial*: A Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VESTÍGIOS da formação do Brasil. *Jornal da USP, São Paulo, ano 18, n. 653*, 11 a 17 agosto de 2003. Disponível em: **http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp653/pag0809.htm/**. Acesso em: 27 dez. 2023.

